



CNPJ nº 91.983.056/0001-69
Sede: Av. Andaraí, 566
Porto Alegre - RS

**Prospecto de Oferta
Pública de Debêntures Simples
4ª Emissão**

R\$ 56.300.000,00



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

COORDENADOR



"Este Prospecto foi preparado com base em informações prestadas pela companhia emissora, visando o atendimento dos padrões mínimos de informação estabelecidos para colocação e distribuição pública de títulos e valores mobiliários definidos pelo Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil, o que não implica, por parte da ANBID, em garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, das instituições participantes e/ou dos títulos e valores mobiliários objeto da distribuição"

Índice

Sumário	3
Anexo I da Instrução CVM nº 13/80	5
A Companhia	12
Atividades da Companhia	15
Fatores de Risco	19
Fatores Macroeconômicos	20
Produção	21
Fornecedores e Clientes	25
Mercados e Concorrência	27
Contratos Relevantes	29
Recursos Humanos	30
Endividamento	31
Análise pela Administração das Demonstrações Financeiras	33
Valores Mobiliários	42
Pendências Judiciais	43
Partes Relacionadas	44
Atas de AGE e RCA	45
Escritura de Emissão das Debêntures	53
Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP	77
Informações Trimestrais – ITR	93
Informações Anuais - IAN	103
Balço Patrimonial da Companhia	119
Estatuto Social	131



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Sumário

Companhia	Sociedade anônima de capital aberto, denominada Kepler Weber S/A (isoladamente “Emissora” ou “Companhia”)
Grupo Kepler Weber	Sociedades que incluem a Companhia e suas empresas controladas: Kepler Weber Industrial S.A., CEPEM - Centro de Engenharia, Projetos e Montagens Ltda. e GKS International Company (conjuntamente “Grupo” ou “Grupo Kepler Weber”) Vide “A Companhia – Empresas Controladas”.
Número de Debêntures	5.630 (cinco mil seiscentas e trinta).
Valor Nominal Unitário	R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Volume	R\$ 56.300.000,00 (cinquenta e seis milhões e trezentos mil reais).
Data de Emissão	17 de maio de 1999.
Data de Vencimento	15 de setembro de 2006.
Prazo	88 meses.
Conversibilidade	As debêntures não são conversíveis em ações representativas do Capital Social da Emissora.
Tipo, Forma e Espécie	Debêntures não conversíveis, nominativas e subordinadas.
Juros Remuneratórios	ANBID + 1,0% a.a. (Vide “Características Básicas da Emissão”).
Pagamento dos Juros	Anualmente, sempre no dia 15 de setembro de cada ano.
Cronograma de Amortização	Vide “Anexo I da Instrução nº 13/80”.
Fundo de Amortização	Não há.
Resgate Antecipado	A Emitente se reserva no direito de, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das debêntures em circulação. No caso de resgate parcial, obedecerá a sorteio.
Aquisição Facultativa	A Emissora poderá, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, deduzido das amortizações ocorridas, acrescido de juros remuneratórios a que fizerem jus, calculados “pro rata temporis”, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado.
Repactuação	Caberá ao Conselho de Administração da Emissora, deliberar sobre as condições da repactuação das debêntures, aprovando o novo prazo de duração - “período de capitalização” - e as condições da remuneração, taxa de juros a ser paga, bem como a época de seu pagamento. Define-se como “período de capitalização” aquele em que a taxa de juros e as demais condições da remuneração permanecem inalteradas. As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Emissora, por intermédio de publicação, no décimo dia útil anterior ao do encerramento de cada período de incidência de remuneração, informando: (a) o prazo do próximo “período de capitalização”; (b) a taxa e condições da remuneração, se for o caso. (Vide “Anexo I da Instrução nº 13/80”).
Negociação	Através do SND, operacionalizado pela CETIP.
Local de Pagamento	CETIP ou na sede da Emissora.
Procedimento da Colocação	A colocação pública das debêntures objeto desta emissão será efetuada pelo regime de procedimento diferenciado, previsto no Art. 33, da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980. Não será utilizada sistemática de reserva antecipada, nem serão fixados lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes da instituição financeira ofertante que desejarem efetuar investimentos na Emissora.
Destinação dos Recursos	Os recursos da presente emissão terão duas destinações: pagamento da dívida de curto prazo da Companhia e investimentos nas controladas. Com os recursos oriundos da presente emissão, o perfil da dívida da Companhia deverá ser alterado, concentrando-se no longo prazo, permitindo sair de uma captação de recursos de curto prazo com custos incompatíveis para a sua realidade. (Vide “Destinação dos Recursos”). Para alongar todo este perfil serão utilizados R\$ 49,4 milhões da emissão. Neste montante estão inclusos os pagamentos de contratos de importação, resgate das debêntures de sua 2ª emissão e resgate do Euro commercial paper, não entrando no cálculo o pagamento de Antecipações de Contrato Câmbio (Vide “Endividamento”). Com o valor restante de R\$ 6,9 milhões, a Companhia pretende realizar investimentos mais intensos no ano de 1999 em duas áreas de suas controladas (Vide “Atividades da Companhia – Estratégia - Planos de Investimento”): (i) Manufatura - através da aquisição de novas máquinas e equipamentos, para acelerar a modernização do parque fabril; e (ii) Comercial - para informatização das equipes de vendas. Neste montante também estão inclusos os investimentos necessários à manutenção dos projetos “Foco do Cliente” e “Reposicionamento Estratégico”.
Publicidade	Folha de São Paulo.
Banco Coordenador	B.B. Banco de Investimento S/A.
Agente Fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Banco Mandatário	Banco Itaú S/A.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO
(INSTRUÇÃO CVM Nº 13/80)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ANEXO I DA INSTRUÇÃO CVM Nº 13/80

KEPLER WEBER S.A.

CNPJ: 91.983.056/0001-69
 SEDE: AV. ANDARAÍ, 566
 PORTO ALEGRE - RS

Emissão de 5.630 (cinco mil seiscentas e trinta) debêntures, nominativas, não conversíveis em ações, da quarta emissão, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data da emissão, perfazendo o valor total de R\$ 56.300.000,00 (cinquenta e seis milhões e trezentos mil reais), com data de emissão em 17 de maio de 1999 e vencimento final em 15 de setembro de 2006, a serem integralizadas, à vista, em dinheiro, na data de subscrição, pelo seu valor nominal unitário, acrescido do rendimento composto de Taxa ANBID mais um "spread" de 1,0% (um por cento) ao ano, sempre calculados exponencial e cumulativamente por dias decorridos, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, calculados "pro-rata-temporis", se necessário, considerado o ano de 360 dias, com periodicidade de pagamento anual, na forma da escritura de emissão.

A ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 1999, que deliberou sobre a emissão das debêntures, encontra-se devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e nos jornais Zero Hora e Folha de São Paulo no dia 3 de maio de 1999.

A emissão foi registrada na CVM em 01/06/99 sob o seguinte número: CVM/SRE/DEB/043.

"O registro da presente emissão não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as debêntures a serem distribuídas."



KEPLER WEBER S.A. EMISSORA

Sergio Araújo Sens
 Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado




BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.
 COORDENADOR

Sérgio Memede Rosa de Nascimento
 Gerente Executivo

Carlos José da Costa André
 Gerente Executivo

Proibida a reprodução
 deste documento sem a
 autorização da Pefran

I. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - ATUAL

ESPÉCIE *	SUBSCRITAS		INTEGRALIZADAS	
	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Ordinárias	1.800.770	1.800.770,00	1.800.770	1.800.770,00
Preferenciais	2.214.039	2.214.039,00	2.214.039	2.214.039,00
TOTAL	4.014.809	4.014.809,00	4.014.809	4.014.809,00

* Ações sem valor nominal. Posição na data da AGE de 5 de abril de 1999

II. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA EMISSÃO

DEBÊNTURES	QUANTIDADE	PREÇO DE EMISSÃO (R\$)	MONTANTE (R\$)
4ª EMISSÃO	5.630	10.000,00	56.300.000,00
		<i>Custo Máximo da Distribuição</i>	140.750,00
		TAXA DE FISCALIZAÇÃO	82.870,00
		MONTANTE LÍQUIDO PARA A COMPANHIA	56.076.380,00

III. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

1. Custos previstos no contrato de distribuição:

- Comissão de coordenação e de colocação: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) calculada sobre o valor total da emissão das debêntures na data da emissão.

2. Custo unitário do lançamento:

VALOR NOMINAL (R\$)	CUSTO POR DEBÊNTURE (R\$)	MONTANTE LÍQUIDO (R\$)
10.000,00	39,72	9.960,28

3. Despesas decorrentes do registro de emissão na CVM:

- R\$ 82.870,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta reais), relativos à Taxa Fiscalização do Mercado de Capitais, correspondentes a 0,30 % (trinta centésimos por cento) sobre o valor da emissão, limitado a 100.000 (cem mil) UFIR.

IV. CONDIÇÕES E PRAZO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

- A colocação das debêntures terá início após a concessão do registro de emissão pública por parte da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme artigo 26 da Instrução CVM nº 13/80, e encerramento no prazo máximo de distribuição primária previsto no item V seguinte;
- As debêntures desta emissão poderão ser subscritas, a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, e serão integralizadas, na forma estabelecida no item VI - 5, a seguir.

V. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES

- Observadas as condições previstas no contrato de colocação, o BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A., na qualidade de Coordenador do lançamento, se compromete a colocar publicamente as 5.630 (cinco mil seiscentas e trinta) debêntures da 4ª (quarta) emissão em regime de MELHORES ESFORÇOS.
- Coordenador terá o prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da concessão do registro de emissão pela CVM, para promover a colocação dos títulos;
- Se, ao final do prazo a que se refere a alínea anterior, as debêntures a serem colocadas sob o regime de MELHORES ESFORÇOS não tiverem sido totalmente colocadas, o Coordenador não se responsabilizará pela subscrição do eventual saldo, devendo o saldo ser cancelado pela Emissora.
- Poderão participar do lançamento das debêntures objeto da presente emissão, na qualidade de subcontratados, mediante adesão aos termos do contrato de colocação, outras instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais.

VI. CONDIÇÕES GERAIS DA EMISSÃO E CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

A emissão de debêntures observará as seguintes características e condições:

- Quantidade de Títulos:** A emissão será constituída de 5.630 (cinco mil seiscentas e trinta) debêntures simples, em série única.
- Valor Nominal e Montante da Emissão:** As debêntures terão o valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão, perfazendo, nessa mesma data, o montante de R\$ 56.300.000,00 (cinquenta e seis milhões e trezentos mil reais). As debêntures terão o seu valor nominal mantido, sem atualização monetária.
- Forma e Espécie:** As debêntures serão nominativas, sem emissão de cautelas, da espécie subordinada.
- Data de Emissão e Data de Vencimento:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão será a de 17 de maio de 1999 e a data de vencimento será em 15 de setembro de 2006.
- Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** O preço de subscrição das debêntures será o correspondente ao valor nominal das debêntures, acrescido da remuneração calculada de acordo com o item "7", adiante, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, calculados "pro rata temporis", se necessário.

5.1. Todas as debêntures desta emissão serão integralizadas à vista, em dinheiro, na data da subscrição.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

- 6. Regime de Colocação:** A colocação pública das debêntures objeto desta emissão será efetuada pelo regime de procedimento diferenciado, previsto no Art. 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980. Não será utilizada sistemática de reserva antecipada, nem serão fixados lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes da instituição financeira ofertante que desejarem efetuar investimentos na Emissora.
- 7. Remuneração:** Serão conferidos às debêntures, anualmente, sempre no dia 15 de setembro de cada ano, a partir da data de emissão, juros remuneratórios calculados sobre o valor nominal, correspondentes a aplicação do fator acumulado das taxas ANBID, ou seja, das taxas dos depósitos bancários à prazo de maior volume de negociação entre os tipos pré ou pós-fixada à época da sua apuração, informada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento - ANBID, acrescidos de uma taxa de risco (spread) de 1,0% (um por cento) ao ano (base anual de 360 dias), sempre calculados exponencial e cumulativamente por dias decorridos, de acordo com a fórmula a seguir, sendo seu pagamento devido ao final de cada "período de capitalização" definido no item "8" seguinte.

$$VR = VN \times \{ [Fn \times (1,01)^{D/360}] - 1 \},$$

onde:

- VR = valor da remuneração das debêntures expresso em moeda corrente, a ser pago, anualmente, ao final de cada período de capitalização;
- D = número de dias corridos entre a data de emissão, ou data de vencimento do último período de capitalização, conforme o caso, até a data de pagamento da remuneração;
- Fn = fator acumulado no período de capitalização, resultante da aplicação das taxas e respectivos indexadores (se pós-fixadas) dos subperíodos, divulgadas pela ANBID conforme definido no item 7, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fn = (T1 \times T2 \times \dots \times Tn),$$

onde:

$$Tn = (1 + Taxa/100)^{d \times dus/dut}$$

Taxa = taxa divulgada pela ANBID, do início do sub-período, na forma percentual, ao ano;

d = prazo da taxa divulgada pela ANBID;

dus = número de dias úteis do subperíodo em curso;

dut = número de dias úteis compreendido no prazo da taxa divulgada pela ANBID;

VN = valor nominal não amortizado das debêntures.

- 7.1.** O primeiro vencimento dos juros remuneratórios ocorrerá em 15 de setembro de 2000. O último vencimento ocorrerá em 15 de setembro de 2006, data de vencimento das debêntures.
- 7.2.** Entende-se como sub-períodos, os prazos definidos para a taxa ANBID de maior volume de negociação divulgada pela ANBID, apuradas no início de cada subperíodo, cujo somatório dos referidos prazos cobrirá todo o período de capitalização. Assim:
- o primeiro subperíodo inicia-se na data de emissão das debêntures e termina no último dia do prazo definido para a taxa ANBID mais negociada, apurada na data de emissão;
 - o segundo subperíodo inicia-se na data de encerramento do primeiro subperíodo descrito na alínea "a" retro, e termina no último dia do prazo definido para a taxa ANBID mais negociada nesta data de encerramento e, assim, sucessivamente, com os demais subperíodos;
- 7.3.** Aplicar-se-á a taxa ANBID calculada "pro rata temporis" por dias úteis nos casos onde seu prazo de remuneração não coincida com a data de qualquer dos pagamentos efetuados pela Emissora.
- 7.4.** Na falta de divulgação da taxa ANBID para uma determinada data, adotar-se-á a taxa efetiva resultante da taxa "over" média das taxas ANBID do dia imediatamente anterior e do dia imediatamente posterior ao referido dia.
- Caso o vencimento deste prazo não coincida com um dia útil, prorrogar-se-á o mesmo até o primeiro dia útil subsequente, considerando-se, para todos fins e efeitos, esta data como a data de encerramento deste subperíodo e início do próximo subperíodo;
 - Na apuração do valor de quaisquer obrigações a serem liquidadas em datas para as quais não se conheça a taxa ANBID, por esta ainda não ter sido divulgada, será aplicada a taxa ANBID utilizada no período anterior, calculada exponencialmente por dias úteis, a partir do vencimento do período de incidência anterior, não sendo devidas quaisquer compensações, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da taxa ANBID.
- 7.5.** Na falta de divulgação da taxa ANBID relativa a qualquer dos dois dias indicados na alínea "7.4" retro, ou, caso não haja apuração e/ou divulgação da taxa ANBID por período superior a 5 (cinco) dias úteis consecutivos, ou, ainda, se, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, se alterem substancialmente os critérios de sua aplicação ou se a taxa ANBID não possa vir a ser utilizada pela Emissora como remuneração das debêntures, a Emissora e o Agente Fiduciário definirão, no prazo máximo de 30 (trinta dias) contados da ocorrência do evento, mediante deliberação dos debenturistas em Assembleia Geral convocada e realizada especialmente para esse fim, qual será o novo parâmetro aplicável para apuração da base de remuneração das debêntures desta emissão.
- 7.6.** A Emissora pagará "pro rata temporis" a remuneração devida até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa, resgate e vencimento antecipados.
- 8. Repactuação:** Caberá ao Conselho de Administração da Emissora deliberar sobre as condições da repactuação das debêntures, aprovando o novo prazo de duração - "período de capitalização" - e as condições da remuneração, taxa de juros a ser paga, bem como a época de seu pagamento. Define-se como "período de capitalização" aquele em que a taxa de juros e as demais condições da remuneração permanecem inalteradas. As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Emissora, por intermédio de publicação, no décimo dia útil anterior ao do encerramento de cada período de incidência de remuneração, informando:
- o prazo do próximo "período de capitalização";
 - a taxa e condições da remuneração, se for o caso.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

- 8.1. Os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação do "Aviso aos Debenturistas" para manifestar, por escrito, perante a CETIP, ou à Emissora (na sua sede ou em local por ela indicado), na hipótese do debenturista não estar vinculado ao sistema, a sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à Emissora.
- 8.2. A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures nas datas de encerramento de cada "período de capitalização", dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração, pelo valor nominal da debênture, computadas as amortizações ocorridas, quando for o caso, acrescido da remuneração decorrida.
- 8.3. As debêntures adquiridas pela Emissora, em decorrência do exercício da opção de venda do debenturista, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.
- 8.4. Fica desde já definido que o primeiro "período de capitalização" das debêntures terá início na data de emissão das debêntures e vencimento em 15 de setembro de 2000, data da próxima repactuação, estabelecendo-se, ainda, que os demais períodos de capitalização serão anuais.
9. **Juros Moratórios:** A remuneração definida no item "7" será elevada em 1% (um por cento) a cada período de 30 dias, "pro rata temporis" se necessário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da Emissora no pagamento dos juros remuneratórios, parcelas de amortização, ou do principal não amortizado das debêntures, nas épocas em que forem devidos, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida, até a data da regularização dessa obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures.
10. **Amortizações Programadas:** As debêntures desta emissão terão o seu valor nominal amortizado em 6 (seis) parcelas, da seguinte forma:

<u>DATA DA AMORTIZAÇÃO</u>	<u>PERCENTUAL AMORTIZADO EM RELAÇÃO AO PRINCIPAL</u>	<u>VALOR DA AMORTIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO PRINCIPAL (R\$)</u>
15 de setembro de 2001	10%	1.000,00
15 de setembro de 2002	15%	1.500,00
15 de setembro de 2003	15%	1.500,00
15 de setembro de 2004	20%	2.000,00
15 de setembro de 2005	20%	2.000,00
15 de setembro de 2006	20%	2.000,00
Total	100%	10.000,00

11. **Pagamento das Obrigações:** O valor da remuneração, calculado na forma do item "7" acima, será pago anualmente nas datas de encerramento dos períodos de capitalização, sendo que o primeiro pagamento dar-se-á em 15 de setembro de 2000 e o último, juntamente com o principal não amortizado, em 15 de setembro de 2006, ocasião do vencimento das debêntures.
12. **Publicação na Imprensa:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal Folha de São Paulo, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.
13. **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referidos nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de cumprimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.
14. **Dos Direitos aos Acréscimos:** O não comparecimento de debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de atualização monetária e rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
15. **Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, deduzido das amortizações ocorridas, acrescido de juros remuneratórios a que fizerem jus, calculados "pro rata temporis", observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado.
16. **Resgate Antecipado:** A Emitente se reserva no direito de, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das debêntures em circulação. No caso de resgate parcial, obedecerá a sorteio.
17. **Local de Pagamentos:** Os pagamentos referentes ao principal e aos juros remuneratórios a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou em instituição financeira contratada para tal fim, ou, ainda, na sede da sociedade Emissora, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema.
18. **Negociação:** As debêntures serão registradas e negociadas junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.
19. **Delegação:** Caberá ao Conselho de Administração da Emissora, com referência às deliberações tomadas na AGE realizada em 05 de abril de 1999, poderes para a deliberação sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII, do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15.12.76.
20. **Vencimento Antecipado:** O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do valor nominal, deduzidas as amortizações ocorridas, e acrescido dos juros devidos, na ocorrência dos seguintes eventos:
- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora;
 - pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
 - liquidação ou decretação de falência da Emissora;
 - falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta escritura de emissão.

VII. ATENDIMENTO AOS DEBENTURISTAS

- Todos os pagamentos aos debenturistas serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - ou, na hipótese do debenturista não estar vinculado àquele sistema, no Departamento de Acionistas da empresa Emissora situado à Av. Andaraí nº 566, Porto Alegre - RS.
- Banco Mandatário: BANCO ITAÚ S/A.

VIII. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da presente emissão terão duas destinações: pagamento da dívida de curto prazo da Companhia e investimentos nas controladas.

Com os recursos oriundos da presente emissão, o perfil da dívida da Companhia deverá ser alterado, concentrando-se no longo prazo, permitindo sair de uma captação de recursos de curto prazo com custos incompatíveis para a sua realidade. (Vide "Destinação dos Recursos"). Para alongar todo este perfil serão utilizados R\$ 49,4 milhões da emissão. Neste montante estão inclusos os pagamentos de contratos de importação, resgate das debêntures de sua 2ª emissão e resgate do Euro commercial paper, não entrando no cálculo o pagamento de Antecipações de Contrato Câmbio (Vide "Endividamento").

Com o valor restante de R\$ 6,9 milhões, a Companhia pretende realizar investimentos mais intensos no ano de 1999 em duas áreas de suas controladas (Vide "Atividades da Companhia – Estratégia - Planos de Investimento"): (i) Manufatura - através da aquisição de novas máquinas e equipamentos, para acelerar a modernização do parque fabril; e (ii) Comercial - para informatização das equipes de vendas.

Neste montante também estão inclusos os investimentos necessários à manutenção dos projetos "Foco do Cliente" e "Reposicionamento Estratégico".

IX. RELACIONAMENTO DA EMPRESA EMISSORA COM O COORDENADOR DA DISTRIBUIÇÃO

O Coordenador possui participação minoritária (9,72% das ações ordinárias) na empresa Emissora, a qual possui relacionamento unicamente de natureza comercial com o Banco do Brasil S/A, acionista controlador do Coordenador. No momento, existe, ainda, a relação decorrente do contrato firmado para distribuição pública das debêntures desta 4ª emissão.

X. CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ

Não há e nem será constituído fundo de sustentação para as debêntures objeto da presente emissão.

XI. INSTITUIÇÃO COORDENADORA

- Coordenador: BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A., sediada na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco C, 5º andar.

XII. AGENTE FIDUCIÁRIO

- Agente Fiduciário: OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sediada na Avenida das Américas nº 500, bloco 13, grupo 205 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ.

XIII. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a distribuição em questão, poderão ser obtidas junto ao Coordenador da operação, ou na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

A COMPANHIA

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma do artigo 21, da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Destacam-se como suas principais atividades:

- a exportação de equipamentos industriais e agrícolas fabricados por sua controlada Kepler Weber Industrial S/A. ("KWI");
- o controle sobre a KWI, subsidiária integral, com sede no município de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul, fabricante dos equipamentos industriais e agrícolas destinados à armazenagem de grãos, maltarias, cervejarias, fábricas de alimentos balanceados e transportadores portuários que compõem as soluções integradas de engenharia para os segmentos agrícolas e industriais; e
- o controle sobre o CEPEM - Centro de Engenharia, Projetos e Montagens Ltda., desde outubro de 1997, localizado no município de Bauru, Estado de São Paulo, que projeta, desenvolve e fabrica sistemas sanitizados em aço inox, destinados às indústrias de alimentos, bebidas, laticínios, frigoríficos, cosméticos e produtos químicos (Vide "Atividades da Companhia").

No ano de 1998, a receita bruta consolidada do Grupo Kepler Weber foi de R\$ 138 milhões.

Histórico

A Companhia passou por quatro fases distintas. A primeira fase iniciou-se com a sua fundação em 12 de maio de 1925, pelos irmãos Otto Kepler e Adolfo Kepler Jr., filhos dos pioneiros Adolfo e Olga Kepler, que adquiriram no núcleo colonial "New Württemberg", hoje município de Panambi, uma pequena ferraria, através da qual passaram a fabricar carroças, aranhas (carruagens), enxadas, foices e outros instrumentos. Anos depois, os irmãos Otto e Adolfo estabeleceram contato com o Sr. Paulo Otto Weber que naquela época fabricava, em Cachoeira do Sul, máquinas para engenhos de arroz. Com a fusão dos dois empreendimentos, surgiu então a "Seção Fábrica de Máquinas Kepler & Weber". Essa primeira fase caracterizou-se pelo espírito empreendedor e expansionista, e perdurou até o ano de 1979.

A segunda fase iniciou-se em 1979 e perdurou até 1987 quando a Companhia buscou uma expansão através da diversificação de suas atividades. Foi nessa época que ela teve participação também no mercado internacional, formando acordos de tecnologia com empresas estrangeiras. Ao final desse período, após alguns empreendimentos não tão bem sucedidos, a Companhia retraiu-se.

A terceira fase foi a profissionalização da Companhia. As famílias controladoras contrataram a empresa de consultoria Arthur D. Little que as assessorou neste processo. Passou-se, então, a ser dada uma maior ênfase à redução de preços e aumento de produtividade como forma de se ganhar participação de mercado. Foi também nesta época implementado o projeto MRP II, a filosofia "Just in Time" e o processo de formação de parcerias com fornecedores.

Por fim, em fevereiro de 1996, foi anunciada a venda do controle acionário da Companhia. A sociedade KW Administração e Representações Ltda. alienou a totalidade das ações que detinha do capital social da Companhia. O controle passou a ser exercido pelos fundos de pensão PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (24,96%), AERUS-Instituto Aerus de Seguridade Social (24,96%) e SERPROS - Instituto Serpro de Seguridade Social (24,96%), e as instituições do mercado aberto BB DTM S.A. (9,65%), BB Investimentos S.A. (9,73%) e BB FIF Leverage (5,59%).

Desde então, a ênfase da Companhia concentra-se na política de resultados, buscando maximizar o retorno do capital dos seus acionistas (Vide "Atividades da Companhia - Estratégia").

Empresas Controladas

A Companhia é controladora das seguintes sociedades: (i) Kepler Weber Industrial S.A. ("KWI"), da qual detém 100% do capital social; (ii) CEPEM - Centro de Engenharia, Projetos e Montagens Ltda. ("CEPEM") da qual detém 99,99% do capital social. A Companhia participa indiretamente, através da KWI, na sociedade GKS International Company ("GKS") da qual detém 100% do capital (Vide "Informações Anuais - IAN - 1998").

Em 1996, a Companhia promoveu reforma da Convenção Constitutiva do Grupo Kepler Weber ("Grupo"), em conjunto com a sua controlada KWI, consolidando as novas disposições e diretrizes do Grupo Kepler Weber. Por ora, o CEPEM encontra-se em fase de integração formal à Convenção de Grupo.

Kepler Weber Industrial S.A.

A KWI é uma sociedade operacional responsável por mais de 90% da receita líquida consolidada do Grupo. A KWI possui fábrica instalada no município de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul, fábrica esta que ocupa área de 55 mil metros quadrados. A KWI atua na produção e comercialização de equipamentos e sistemas de armazenagem de grãos, maltarias, cervejarias, fábricas de alimentos balanceados, transportadores portuários, instalações industriais e comercialização de produtos e serviços (Vide "Atividades da Companhia").

As exportações de equipamentos produzidos pela KWI são todas realizadas pela Companhia que, após negociar com clientes no exterior, efetua pedidos de equipamentos junto à sua controlada KWI (Vide "Partes Relacionadas - Operações de Mútuo").

CEPEM - Centro de Engenharia, Projetos e Montagens Ltda.

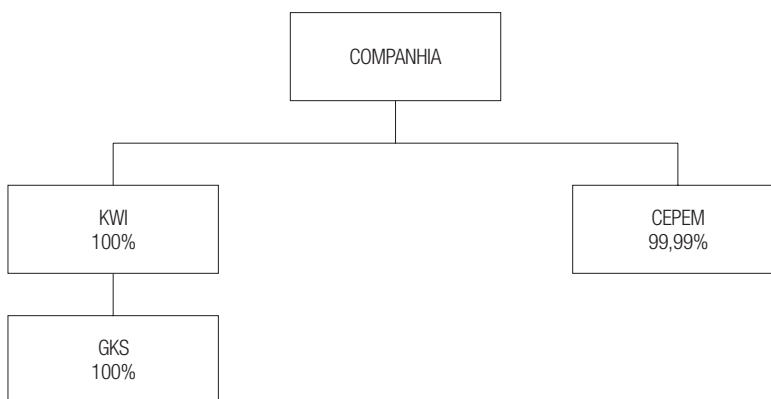
O CEPEM representou em 1998, primeiro exercício completo sob o controle da Emissora, 4,5% da receita líquida do Grupo Kepler Weber. O CEPEM tem como atividade principal serviços de caldearia, trabalhando o aço inox como matéria-prima principal, realizando projetos, fabricação e montagem de sistemas sanitizados em aço inox, destinados às indústrias de bebidas, alimentos, cosméticos, farmácias e química fina (Vide "Atividades da Companhia - CEPEM").

GKS International Company

A GKS é uma sociedade *offshore*, com sede nas Ilhas Cayman. Foi constituída na década de 1980 com o objetivo de dinamizar as relações de comércio exterior da Companhia com os então países emergentes do Leste Europeu. As mudanças políticas frustraram as expectativas negociais, o que tornou irrelevante a sua atuação nos referidos países.

Em 15 de junho de 1998, a GKS captou recursos no exterior com a emissão de um Euro commercial paper negociado em Londres (Vide "Valores Mobiliários - Euro commercial paper").



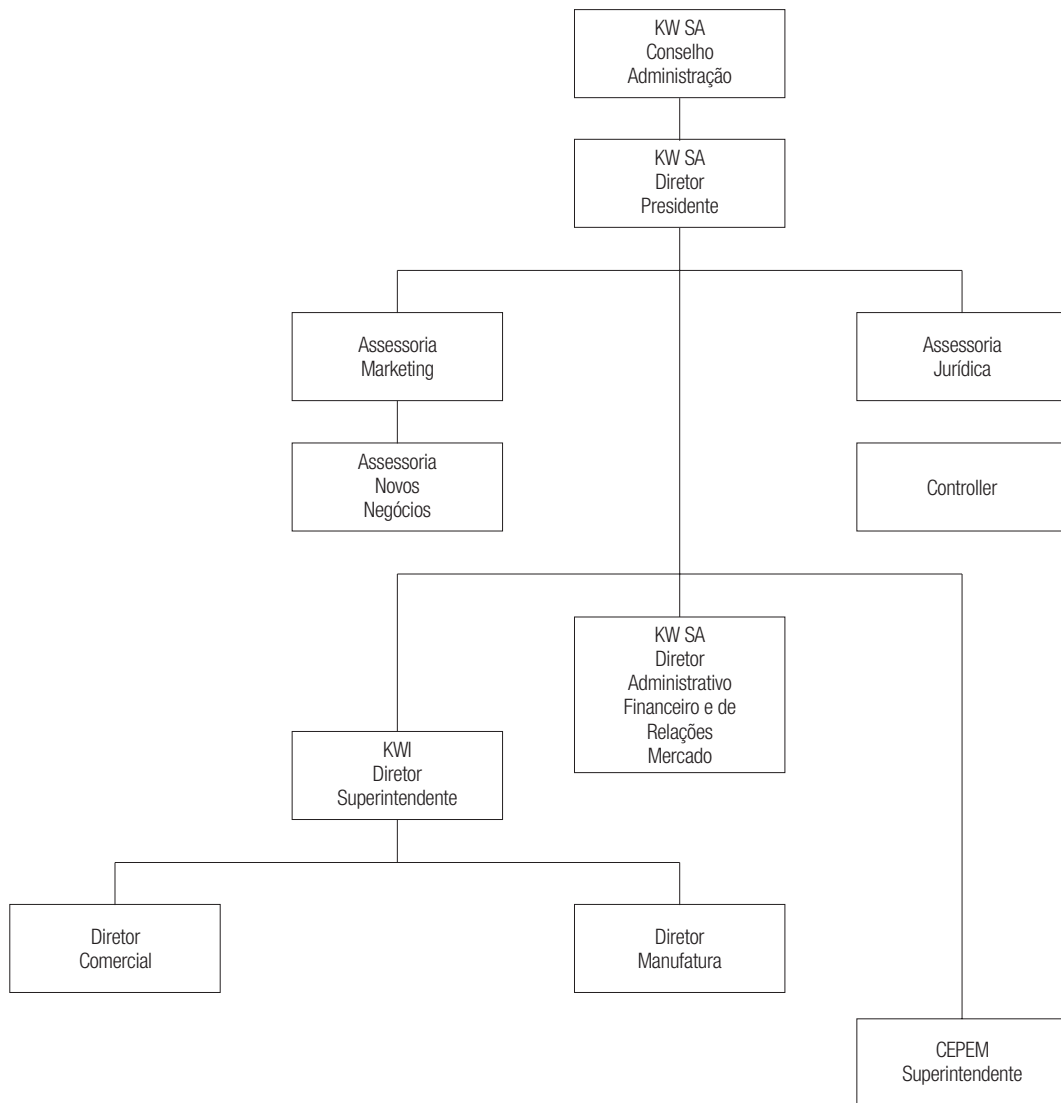


Administração

A administração da Companhia compõe-se de um Conselho de Administração com 4 (quatro) membros titulares e (quatro) suplentes, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2001, cada um representando um dos acionistas controladores (Vide "A Companhia – Histórico"). O Conselho de Administração da Companhia forma o Conselho Diretor, órgão de deliberação do Grupo Kepler Weber, ao qual submetem-se as administrações das empresas controladas. A Diretoria da Emissora é composta de um Diretor Presidente e um Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado, com mandato até fevereiro do ano 2000. Estatutariamente, o Diretor Presidente concentra a execução das diretrizes fixadas pelo Conselho Diretor do Grupo e pelo Conselho de Administração, com intervenção em todos os negócios das controladas. A KWI possui um Diretor Superintendente, cargo ocupado pelo mesmo Diretor Presidente da Companhia, e outras três diretorias:

- diretoria de manufatura;
- diretoria comercial; e
- diretoria administrativa e financeira (esta última será extinta face à recente criação, pela Companhia, da Diretoria Administrativa-Financeira e de Relações com o Mercado, conforme acima exposto).

O CEPEM é administrado pela mesma diretoria da Companhia, e conta com um Superintendente responsável pela execução das atividades. O organograma administrativo a seguir permite uma melhor visualização da estrutura administrativa da empresa:



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ATIVIDADES DA COMPANHIA

Informações Gerais

A Companhia, através de suas controladas, tem como principal negócio a criação de soluções integradas de engenharia para todos os segmentos onde atua. Sua experiência consiste em fornecer aos seus clientes, soluções de engenharia e integração de equipamentos que sejam capazes de atender e agregar valor ao seu produto final. Isto exige qualificação em engenharia de processos e de produtos.

O Grupo possui cinco diferentes negócios exercidos através das controladas retro identificadas:

1. fabricação e comercialização de sistemas de armazenagem de cereais a granel;
2. fabricação de instalações industriais;
3. comercialização de peças e serviços;
4. fornecimento de sistemas sanitizados em aço inox; e
5. concessionária de veículos da marca Chevrolet.

A descrição dos produtos e equipamentos fornecidos pelo Grupo Kepler Weber serão evidenciados a seguir (Vide "Produção - Produtos").

1. *Sistemas de armazenagem de cereais a granel*

O fornecimento de sistemas de armazenagem de cereais a granel consiste na principal atividade do Grupo, desempenhada através de sua controlada KWI, que exerce liderança neste segmento de mercado na América Latina há vários anos. Em 1998, esta atividade representou 59% da receita líquida do Grupo. A partir da avaliação das necessidades do cliente, o setor comercial da KWI junto com o de engenharia elaboram projeto, normalmente sob encomenda, sistematizando equipamentos ("lay-out") capazes de alcançar o objetivo proposto. Uma vez aceito o orçamento e concluída a venda, é dado início ao processo de fabricação do conjunto de equipamentos no parque industrial da controlada KWI, instalado no município de Panambi. O processo é concluído com a montagem final de todo o conjunto de equipamentos no local de instalação em condições para operar. Este segmento é considerado como de grande potencial para a Companhia (Vide "Mercados e Concorrência - Mercado Interno").

2. *Instalações Industriais*

O fornecimento de instalações industriais consiste na segunda principal atividade do Grupo, também desempenhada através de sua controlada KWI, resultado da opção adotada pela Companhia em diversificar suas áreas de atuação, conseguindo a KWI alcançar a liderança neste segmento nos dois últimos anos. Em 1998, este segmento de mercado representou 16% da receita líquida da Grupo. Os equipamentos são destinados a instalações portuárias, fábricas de ração e alimentos balanceados, moinhos de farinhas, cervejarias e maltarias. A estrutura de atendimento ao cliente, produção e entrega segue de maneira idêntica ao explicitado no item 1 acima. Este segmento também é considerado como de grande potencial para a Companhia (Vide "Mercados e Concorrência - Mercado Interno").

a) *Cervejarias e Maltarias*

O fornecimento de equipamentos para maltarias e cervejarias integra o segmento de instalações industriais, e alcança etapas do transporte, limpeza, armazenamento e moagem da cevada. A demanda por instalações cervejeiras e malteiras é cíclica, e está atrelada ao consumo de cerveja no país que, por sua vez, está vinculado ao crescimento da renda per capita. Além disso, a Companhia entende que esse mercado tem um grande potencial na medida em que há forte tendência das cervejarias construírem fábricas cada vez mais próximas de seus consumidores, valendo-se de incentivos governamentais e redução de custos (principalmente do frete).

b) *Alimentos Balanceados*

O fornecimento de equipamentos para fábricas de ração e alimentos balanceados também integra o segmento de instalações industriais e alcança etapas do transporte, limpeza, armazenamento e moagem dos cereais que irão compor a massa alimentar. A demanda neste segmento vem refletida pelo incremento de processos industriais que agregam valor aos produtos, destacando-se a produção de proteínas através de criação de frangos e porcos, supridores de carne no mercado interno e externo. No mercado interno, o consumo de carnes de frango e porco vem sendo incrementado pelo crescimento da renda per capita.

Complementando o processo de fabricação de ração e objetivando o fornecimento de instalações mais completas, a controlada KWI estabeleceu, há mais de 2 anos, parceria comercial informal com a empresa líder mundial em tecnologia e fabricação de máquinas de peletização de ração (Vide "Mercados e Concorrência - Mercado Interno")

A Companhia acredita que existe um grande potencial neste mercado na medida em que cresce o consumo e a exportação de frango e carne suína, demandando assim maior investimento das empresas deste setor.

c) *Instalações portuárias*

O fornecimento de equipamentos para instalações portuárias também integra o segmento de instalações industriais, e alcança etapas do transporte e armazenamento junto a instalações portuárias. A globalização intensificou a movimentação de graneis através dos portos. A demanda veio em consequência de investimentos privados e decorrentes do processo de privatização de terminais portuários, por sua vez ligados ao comportamento das exportações brasileiras, buscando otimização e menores custos portuários no manuseio e embarque dos graneis. Some-se a isso o fato de que a privatização dos portos provocou incremento nas atividades de logística, que implica na modernização do transporte e armazenagem de graneis nos portos.

A Companhia entende que os portos da região Nordeste ainda deverão ser integrados no processo de privatização, vislumbrando-se como outro mercado em potencial.

3. *Distribuição de Peças e Serviços - DPS*

Este segmento surgiu há vários anos, fruto da oportunidade comercial de se dar acompanhamento de pós-venda aos clientes do Grupo. Em 1998, este negócio representou 15% da receita líquida do Grupo. A participação neste segmento vem crescendo, na medida em que o DPS também alavanca vendas de instalações de armazenagem e instalações industriais (principais negócios do Grupo). Tal fato estabelece forte diferencial ao cliente que visualiza a proximidade e a capacidade de obter peças de reposição e serviços de manutenção dos equipamentos. Há um ano, a variedade de produtos disponibilizados aos clientes vem crescendo substancialmente, alcançando maior público consumidor.

A Companhia planeja expandir sua atuação neste segmento através de investimentos em sua controlada KWI. Sua estratégia para tanto consiste em:

- aumentar o mix de itens oferecidos; e
- aumentar a venda em balcão, incrementando o mercado varejista.

4. Sistemas Sanitarizados em Aço Inox

A Companhia atua neste setor através da sua subsidiária CEPEM, adquirida em outubro de 1997, que representou 4,5% da receita líquida da Companhia no ano de 1998 (ainda em fase “pré-operacional”) (Vide “Atividades da Companhia - CEPEM”).

5. Concessionária de Veículos Chevrolet

Esta atividade é desempenhada por uma divisão especial da KWI, sociedade esta que é titular da concessão para venda de veículos da Chevrolet. Assim, é através deste departamento que a Companhia desempenha referida atividade. É considerado um negócio secundário para a Companhia, de atuação regional, praticando negócios a partir da cidade de Panambi, RS. Em 1998, a concessionária representou 5% da receita líquida consolidada do Grupo. Foi adquirida na década de trinta e apesar de ser rentável, a Companhia entende que não se encontra inserida no negócio nem no segmento de atuação do Grupo, não sendo reservados planos de expansão ou investimento.

Estratégia

A estratégia da Companhia é refletida em uma visão desenvolvimentista, visando diversificar suas atividades dentro de sua estratégia de negócio, sustentada em três campos estratégicos a seguir identificados:

Estratégia Mercadológica

Visa evidenciar a diferenciação dos concorrentes, fazendo com que o cliente identifique o aumento do valor percebido pela apresentação da melhor solução. A Companhia iniciou em 1997 a implementação do Projeto “Foco do Cliente”, através do qual pretende aumentar a percepção dos seus clientes, sobre a capacidade de agregar valor aos produtos primários e semi-industrializados, a partir da realização do investimento em sistemas integrados de engenharia ofertados pelo Grupo. Pretende também conscientizar o mercado consumidor quanto ao fato de que as soluções de engenharia e os produtos oferecidos pelo Grupo aumentam o valor das mercadorias comercializadas pelos produtores, cooperativas e industriais, através da utilização das soluções Kepler Weber.

O projeto é fruto de estudo realizado a partir da análise de entrevistas com seus clientes e observação das suas demandas. O projeto está em curso, havendo expectativa de atingimento de seus objetivos e resultados mais intensamente a partir do ano 2000. A implementação deste projeto envolve clientes e treinamento dos colaboradores do Grupo a fim de permitir a visualização por todos deste diferencial.

Estratégia Tecnológica

A estratégia da Companhia é fazer com que suas controladas trabalhem com a melhor tecnologia disponível em todos os seus setores de atuação. Para tanto, suas controladas praticam pesquisa para o desenvolvimento tecnológico de equipamentos e sistemas, ocupando-se em registrar patentes quando envolvem novidade inventiva. Atualmente, tramita pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI - 15 (quinze) processos de pedidos de patente e ainda 4 (quatro) processos no exterior (Vide “Produção – Marcas” e “Produção - Patentes”).

A Companhia e suas controladas buscam alcançar melhor tecnologia através de acordos comerciais com empresas estrangeiras. Neste sentido, foi estabelecido pela KWI, há dois anos e em caráter informal, acordo comercial para atuar no segmento de rações e alimentos balanceados, com a empresa dinamarquesa Sprout-Matador que detém melhor tecnologia do mundo em máquinas de peletização de ração (Vide “Mercados e Concorrência - Mercado Interno”).

Econômico-financeira

A Companhia pretende aumentar suas margens através de redução dos custos operacionais de suas controladas. Para tanto, as seguintes ações estão sendo tomadas:

- Gestão da sazonalidade no segmento de armazenagem: a Companhia pretende minorar o impacto da sazonalidade nos seus negócios através das seguintes ações (i) aumentando sua participação em setores não sazonais (Vide “Atividades da Companhia - CEPEM”); (ii) gerando um banco de horas e concentração de férias (Vide “Recursos Humanos”); (iii) prestando serviços a empresas que tenham sazonalidade inversa a sua; e (iv) investindo em exportação para países do hemisfério norte (Vide “Atividades da Companhia - Estratégia - Planos de Investimento”);
- Ganhos com controle de qualidade: melhoria contínua dos processos, através de ações dentro do Programa de Qualidade Total, obtendo ganhos de processo e qualidade, e reimplantação da filosofia “Just in Time”, já adotada pelas controladas da Companhia e agora revitalizada e reeditada, utilizando ferramentas modernas como o código de barras;
- Política de metas operacionais a serem atingidas: a Companhia tem um plano de participação dos colaboradores nos resultados, através do atingimento de metas operacionais e de produtividade.

Planos de Investimento

A Companhia tem um plano de investimentos de R\$ 6,9 milhões, distribuído da seguinte forma:

- ampliação da área geográfica de atuação para (i) países do hemisfério norte que têm sazonalidade inversa a sua e (ii) outras regiões do país onde está havendo expansão da produção agrícola;
- desenvolvimento de novos produtos, inclusive buscando parcerias estratégicas em suas várias áreas de atuação. Esse investimento inclui compra de novas máquinas e equipamentos (Vide “Produção - Investimento em Tecnologia”);
- Projeto “Foco do Cliente” (Vide “Atividades da Companhia - Estratégia - Mercadológica”);
- contratação de uma consultoria externa para auxiliar a Companhia na reavaliação de seu posicionamento estratégico no mercado.



Centro de Engenharia, Projetos e Montagens Ltda. - CEPEM

Histórico

O CEPEM foi fundado em abril de 1985 e, no final de 1997, foi adquirido pela Companhia credenciando o Grupo Kepler Weber a desenvolver tecnologia e a participar nos setores de alimentos, bebidas, cosméticos, frigoríficos, laticínios, farmacêuticos, químicos, limpeza e higiene, papel e celulose e de plásticos. O CEPEM ocupa hoje modernas instalações de 18.000m² de área no Distrito Industrial de Bauru, Estado de São Paulo, respondendo hoje por 4,5% da receita líquida do Grupo.

Segmentos de atuação

Xaroparias e Refrigerantes - projeta, fabrica e monta salas para o processamento de xaropes em indústrias de refrigerantes e de alimentos, realizando com eficiência os processos de aquecimento, descoloração, desodorização e filtração, bem como de resfriamento e homogeneização do produto final.

Cervejarias - fabrica equipamentos específicos para micro e minicervejarias e cervejarias convencionais, pelo sistema turn-key. As plantas cervejeiras fornecidas pelo CEPEM englobam sala de cozimento, adegas e filtração.

Filtros de Linha e de Areia e Carvão Ativado - os filtros de linha são instalados em tubulações na entrada de equipamentos ou bombas e têm por função reter possíveis penetrações de partículas estranhas aos processos. Os filtros de areia e carvão ativado são empregados em sistemas de tratamento de água, a ser utilizada em processos industriais que requeiram determinadas características deste componente.

Misturadores - os misturadores de pós são projetados e fabricados com sistemas de agitação variáveis, atendendo, assim, às necessidades específicas de cada cliente. São eficientes na mistura de partículas sólidas, transformando-as numa massa homogênea e de larga aplicação.

Sistemas de Limpeza CIP - fornecidos em versões de operação manual ou automatizada, esses sistemas de limpeza são projetados e implantados pelo CEPEM, permitindo efetuar, em um mesmo equipamento, o tratamento correto de diferentes produtos, com prévia limpeza entre trocas processuais.

Reatores - utilizados nos mais variados tipos de indústrias, os reatores são dotados de sistema de aquecimento e resfriamento, permitindo modificar as temperaturas ao longo do ciclo de produção e, através de sistema de agitação, a mistura de produtos líquidos e sólidos de diversas características. Isolados termicamente com materiais pertinentes às temperaturas de processo, evitam perdas de energia e melhoram as condições de trabalho.

Processamento de Carne - alta tecnologia em cozinhadores estáticos, inclusive com sistemas de refrigeração integrados, cozinhadores contínuos e salas de extrato de carne, atendendo à quase totalidade das necessidades de processo em frigoríficos.

Informações gerais

Como indústria de bens de capital, o CEPEM sempre foi apoiado por um corpo técnico altamente especializado e de ponta (consistindo em um importante ativo do CEPEM), destacando-se no projeto, fabricação e instalação de equipamentos em aço inoxidável, destinados às mais variadas aplicações.

O CEPEM não tem produtos uniformes, vez que está especializado tecnicamente para realizar projetos específicos que visam atender as necessidades individuais de cada cliente. Logo, grande parte da produção do CEPEM é customizada e não padronizada.

Estima-se em R\$ 200,0 milhões o volume anual de negócios do mercado interno em que o CEPEM atua, sendo que hoje ele detém 3% de participação de mercado, enquanto que o grupo líder de faturamento e mercado (30% de participação de mercado) destaca-se basicamente pela elevada participação em projetos industriais para cervejarias e derivados da cana-de-açúcar. O restante do mercado encontra-se pulverizado nas mãos de aproximadamente 12 (doze) empresas de pequeno porte e de atuação regional. Todas as empresas deste setor têm uma característica em comum: baixa automação no processo de fabricação, necessitando ainda de muita mão-de-obra especializada, principalmente nos setores ligados à soldagem e engenharia.

A matéria-prima essencial no processo de fabricação do CEPEM - o aço inox -, responsável por grande parte dos custos de produção, é toda produzida no Brasil exclusivamente pela Acesita, e adquirida pelo CEPEM através de distribuidores. Na linha de produção, as perdas com matéria-prima são inferiores a 1%, vez que a chapa de aço já é adquirida cortada junto a empresa distribuidora, conforme as dimensões solicitadas pelo próprio CEPEM, reduzindo assim tais perdas.

A política do CEPEM hoje consiste em atuar nos segmentos de mercado em que é exigido um índice muito maior de tecnologia agregada aos equipamentos, em especial os produtos farmacêuticos, cosméticos e xaroparias. Neste sentido, o CEPEM é a única empresa de todo o seu setor a receber homologação da internacional THIEF (Bureau alemão certificador de qualidade) como estando totalmente apta a fabricar produtos para o segmento farmacêutico.

Com a mudança na política cambial brasileira, há um importante fator que vem fomentando o mercado em que o CEPEM atua. Trata-se da estratégia de muitas empresas em investir na política de substituição das importações, optando por produzir seus produtos no próprio território brasileiro. Diante deste quadro, o CEPEM tem como meta aproveitar essa oportunidade para aumentar seu faturamento para o ano de 1999.

O CEPEM possui privilegiada carteira de clientes, caracterizada essencialmente por empresas sólidas, de destaque e renome no mercado em que atuam, incluindo multinacionais.

Seguro

A KWI tem seguro de sua fábrica, equipamentos e outros ativos e acredita que esteja de acordo com as práticas habituais adotadas para o setor.

A KWI possui seguro de vida em grupo de seus funcionários contratados junto a três instituições, quais sejam:

SEGURO DE VIDA EM GRUPO

<u>INSTITUIÇÃO</u>	<u>CAPITAL SEGURADO</u>	<u>PRÊMIO</u>
Banco do Brasil S/A	9.783.000,00	3.593,30
Banco Bradesco S/A	4.891.500,00	1.796,65
Chubb do Brasil S/A	1.650.000,00	775,50

Obs.: os prêmios são atualizados a cada mês

A KWI possui seguro empresarial com cobertura contra incêndio, enchente e outros danos às suas máquinas, estoque e instalações:

SEGURO PROPERTY EMPRESA - COMUM

<u>INSTITUIÇÃO</u>	<u>CAPITAL SEGURADO</u>	<u>PRÊMIO</u>
HSBC Bamerindus S/A	18.450.000,00	17.367,66

A KWI também possui apólice de seguro para toda a sua frota de automóveis como cobertura contra incêndio, colisão e danos contra terceiros:

SEGURO FROTA DE VEÍCULOS (RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVO)

<u>INSTITUIÇÃO</u>	<u>CAPITAL SEGURADO</u>	<u>PRÊMIO</u>
Banco do Brasil S/A	294.353,00 *	32.900,00
	3.750.000,00 **	

* casco (incêndio, colisão e danos físicos)

** danos materiais contra terceiros



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

FATORES DE RISCO

Fatores Relacionados à Companhia

Sazonalidade do Negócio

A armazenagem de grãos, principal negócio do Grupo, está sujeita a períodos de sazonalidade muito fortes por conta das safras e entressafras agrícolas. A principal linha de equipamentos fabricados pela sociedade Kepler Weber Industrial ("KWI"), controlada da Companhia, destina-se à agricultura. Como o período de safra, para a maioria dos países latino-americanos, começa no mês de março, as encomendas e, conseqüentemente, a produção dos equipamentos intensificam-se apenas no segundo semestre do ano, pois a entrega dos equipamentos instalados é programada para os meses de verão que antecedem a colheita.

A Companhia está tomando diversas medidas para diminuir o impacto da sazonalidade no seu negócio (Vide "Atividades da Companhia - Estratégia" e "CEPEM"). No entanto, não há garantias que os efeitos destas medidas no resultado da Companhia serão sentidos no curto prazo, ou se concretizarão como esperado.

Endividamento Substancial

As dívidas totais da Companhia, em 31 de março de 1999, registravam montante de R\$ 55,0 milhões. Isto representa atualmente 43,6 % da sua receita líquida. As taxas de juros praticadas no mercado brasileiro são substancialmente altas se comparadas com os parâmetros internacionais o que poderá aumentar ainda mais seu endividamento (Vide "Endividamento").

A Companhia acredita que com a presente emissão e o conseqüente alongamento do perfil de sua dívida, a sua geração de caixa será suficiente para arcar com todo o seu endividamento (Vide "Análise pela Administração das Demonstrações Financeiras"). Todavia, como os fatores externos macroeconômicos evidenciados neste tópico podem impactar a performance do Grupo, não há garantias que no futuro a geração de caixa da Companhia seja suficiente para arcar com seu endividamento.

Alta Concentração de Fornecedores

As controladas da Companhia têm seu fornecimento de matéria-prima altamente concentrado basicamente em oito empresas fornecedoras. Sete itens de compra respondem por mais de 80% de seus insumos de produção. No caso do aço galvanizado, principal matéria-prima utilizada pela controlada KWI, há apenas um fornecedor no Brasil capacitado para fornecer aço galvanizado nas especificações utilizadas pela controlada KWI (Vide "Fornecedores e Clientes - Fornecedores").

A Companhia tem tido ao longo dos anos um bom relacionamento com seus fornecedores, contando também com alternativas de fornecimento para todos os seus insumos, tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Todavia, não há garantias de que no futuro não venha haver problemas de relacionamento com os atuais fornecedores ou que as alternativas de fornecimento não venham a impactar nos custos e resultados da Companhia.

Fatores Macroeconômicos

Variação Cambial

À exceção do feijão, os preços dos outros grãos, tais como soja e milho são cotados em dólar na bolsa de mercadorias de Chicago e Cingapura (arroz). Assim, a variação cambial é um fator que, por afetar o preço das commodities agrícolas, atinge diretamente o principal mercado da Companhia que são as empresas do setor de agribusiness.

A variação cambial também interfere nos negócios da KWI, pois sua melhor alternativa de fornecimento de aço galvanizado (matéria-prima) é o mercado externo (Vide "Fornecedores e Clientes - Fornecedores").

A Companhia acredita que os preços das commodities agrícolas em dólar estão em um bom patamar, tornando os preços para os produtores brasileiros ainda mais vantajosos depois da desvalorização cambial ocorrida em janeiro deste ano. Todavia, não há garantias de que no futuro os preços em dólar das commodities e a taxa de câmbio brasileira continuem favoráveis aos produtores agrícolas e não ocorram efeitos adversos nos negócios da Companhia.

Política de Crédito Governamental

A política de crédito do Governo Federal afeta diretamente o negócio do Grupo. Os produtores, para expandirem seus sistemas de armazenagem e instalações industriais, dependem em grande parte de crédito governamental oriundo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), através do programa de Financiamento de Máquinas e Equipamentos ("FINAME") (Vide "Fatores Macroeconômicos").

A redução do crédito agrícola tende a favorecer a concentração do mercado nas empresas mais capitalizadas, reduzindo assim o número de clientes deste mercado. A Companhia acredita que a falta de infra-estrutura adequada para armazenagem de grãos no Brasil é um grande fator de perdas agrícolas e que há um grande interesse do Governo Federal em incentivar o crédito agrícola e FINAME com o fim de melhorar e expandir a capacidade de armazenagem. No entanto, não há garantias de que haverá oferta suficiente de crédito do Governo Federal ao setor agrícola ou que surjam outras fontes de financiamento para o setor do bens de capital no Brasil.

Fatores Climáticos

O negócio da Companhia pode ser afetado por alterações climáticas adversas, tais como secas e enchentes, pois está vinculado diretamente ao setor de agribusiness.

No ano de 1995, por ocasião do fenômeno meteorológico El Niño, as chuvas caíram em meses diferentes do que o normal, causando perdas aos agricultores na safra daquele ano.

A Companhia acredita que os produtores rurais tendem a migrar para a região centro-oeste do país, onde a instabilidade climática é menor do que no sul, buscando minorar esses riscos. Todavia, nenhuma garantia há que fatores climáticos adversos não venham a influenciar negativamente os resultados do Grupo no futuro.



FATORES MACROECONÔMICOS

Ação Governamental

Política de Crédito Agrícola

A política agrícola governamental impacta diretamente no segmento de armazenagem de cereais, onde o Grupo é líder de mercado. A demanda por sistemas de armazenagem tem relação direta com a oferta de crédito agrícola, bem como o volume das safras agrícolas.

O Ministério da Agricultura e do Abastecimento, em 1998, editou um "Plano de Safra" que objetiva atingir a produção de 100 milhões de toneladas de grãos em 1999, enquanto que a safra de 1998 foi de 83,7 milhões de toneladas.

De acordo com este plano, o Governo pretende destinar R\$ 10 bilhões neste ano ao setor agrícola, representando um aumento de 37% no volume de recursos aplicados em 1998. No caso específico do FINAME Agrícola (linha de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos para o setor agrícola), o Governo Federal baixou a taxa de juros efetiva para 11,95% ao ano (Resolução nº 2.528 de 30 de julho de 1998) e ampliou o prazo de contratação para 31 de outubro de 1999 (Resolução CMN/Bacen nº 2.605 de 23 de abril de 1999).

Variação Cambial

À exceção do feijão, os preços dos outros grãos, tais como soja, arroz e milho são cotados em dólar nas bolsas de mercadorias de Chicago e Cingapura (arroz). Assim, a variação cambial é um fator que, por afetar o preço das commodities agrícolas, atinge diretamente o principal mercado do Grupo (Vide "Fornecedores e Clientes").

A variação cambial também interfere nos negócios da controlada KWI, pois sua principal alternativa de fornecimento de aço galvanizado é o mercado externo (Vide "Fatores de Risco - Variação Cambial").

Sazonalidade do Setor Agrícola

O segmento de instalações e armazenagem está sujeito a períodos de sazonalidade muito fortes por conta das safras e entressafras agrícolas. A principal linha de equipamentos fabricados pela controlada KWI destina-se a agricultura cujo período de safra se inicia no mês de março para a maioria dos países latino-americanos. Portanto, as encomendas e, conseqüentemente, a produção dos equipamentos intensificam-se no segundo semestre, pois a entrega dos equipamentos, instalados e em funcionamento, é programada para os meses de verão que antecedem a colheita.



PRODUÇÃO

Processo de produção

O processo industrial está focado na transformação mecânica de aços planos e não planos e na montagem de elementos e componentes eletro-mecânicos, transformados e comprados para atender a demanda sob encomenda e com base em projetos de engenharia, valendo-se a produção da filosofia “Just in Time – JIT”. A sede fabril, localizada na cidade de Panambi, pode-se dizer dividida nas chamadas “unidades independentes de produção” (células) que visam reduzir o tempo de fabricação e os respectivos custos.

A linha de produção pode ser dividida nas seguintes fases:

- produção básica - a partir de bobinas, chapas de aço e aços perfilados é promovido o corte, dobra, estampagem e furação de peças padronizadas que irão compor cada um dos equipamentos Kepler Weber;
- montagem de conjuntos - a partir das peças, é promovida a montagem (“assemble”), usando processos de soldagem (MIG e arco submerso) e sistemas de fixação (parafusos, rebites e grampos). Os equipamentos customizados são pré montados com seus subconjuntos na própria fábrica, como garantia à fidelidade do projeto;
- acabamento-pintura - todas as peças construídas com aço não revestido sofrem um tratamento e proteção especial de superfície, e
- montagem final - o processo industrial é concluído no local da instalação dos equipamentos, no canteiro de obras do cliente. O projeto e seus equipamentos são entregues montados e testados em plenas condições de operação. Os momentos iniciais de operação do cliente são acompanhados e os operadores do mesmo são devidamente treinados pelo pessoal da KWI.

Fase 1 - Produção Básica

Adquirindo aço em grandes quantidades e diretamente da usina produtora, a KWI, responsável pela produção de todos os equipamentos em aço carbono e aço galvanizado, recebe a matéria-prima em bobinas de aço de várias espessuras, com larguras padrão, as quais iniciam o processo industrial planejado e contínuo a partir do processo de desbobina com o uso de pontes rolantes e máquina desbobinadeira. Esta máquina, ao mesmo tempo que abre as bobinas, realiza o corte em chapas no comprimento e forma desejado, reduzindo perdas de matéria-prima e permitindo que não exista estoque intermediário ao longo da produção. Quando há necessidade de estilitagem (largura diferente do padrão), a KWI utiliza serviços de empresa especializada neste tipo de corte.

Na seqüência, advém os processos de dobramento, estampagem e furação.

Nesta primeira fase, 90% da produção é executada utilizando-se máquinas automatizadas com controle numérico (CNC), demandando pouca mão-de-obra. Este fato concede às peças produzidas constância no padrão de qualidade e aptidão (“capability”) ao processo, i.e., o poder de repetibilidade dos padrões de qualidade em qualquer quantidade e a qualquer momento, sem interferências.

O fato da KWI possuir esta fase inicial automatizada, a credencia a investir na robotização de seu sistema.

Fase 2 - Montagem de Conjuntos

A fase de montagem (“assemble”) demanda um volume maior de mão-de-obra especializada (Vide “Recursos Humanos - Plano de Treinamento”), principalmente na etapa de soldagem das peças. Esta mão-de-obra é formada internamente, cujo acompanhamento do desempenho e produtividade dos empregados é realizado individualmente através do sistema de leitura ótica de código de barras.

Existem condições, ainda, para que a etapa de soldagem também venha a passar por uma intensificação do processo de mecanização, já iniciado através de mecanização de solda tipo arco submerso, que apresentou ganho de eficiência, produtividade e acabamento nos equipamentos (Vide “Produtos – Investimentos em Tecnologia”).

Fase 3 - Acabamento - Pintura

As peças, componentes e conjuntos construídos com aço não revestido, sofrem um tratamento e proteção de superfície. De acordo com cada exigência, pode ser em jato de granalha ou desengraxe químico, zincagem a frio com pistola de pintura ou através de galvanização eletrolítica a frio ou à quente, proteção primária de “prymmer” e pintura com tintas especialmente desenvolvidas para os padrões KWI. Peças e conjuntos de pequeno porte são tratados e protegidos em tanques de imersão, em processo totalmente automatizado.

Fase 4 - Montagem - Final

Uma vez produzidas as partes e peças e, em função dos equipamentos terem tamanhos avantajados e com montagem final sobre obras civis em concreto armado, não é possível a montagem final no mesmo parque industrial. As peças seguem então desmontadas e algumas pré montadas para o local de instalação, onde, com a supervisão de engenheiros e montadores, realiza-se a fase final do processo industrial, com a montagem e instalação no local indicado e previamente preparado pelo cliente. Esta etapa utiliza essencialmente mão-de-obra especializada para montagem e realização dos testes de operação.

Capacidade instalada

A Companhia possui 55 mil metros quadrados de área construída em Panambi, onde desenvolve o seu processo fabril. Mesmo nos meses de safra, onde são observados picos de vendas e entregas de equipamentos, utiliza 75% de sua capacidade instalada (aproximadamente R\$ 25 mi/mês). Há, portanto, capacidade fabril ociosa. Com base nisto, a fábrica de Panambi tem poder para, a longo prazo, dobrar seu faturamento médio sem ter que despendar investimento adicional em instalações, considerando os períodos de baixa na entressafra.

Produtos

Dentre os principais equipamentos que integram as soluções de engenharia fornecidas pelo Grupo Kepler Weber aos seus clientes destacam-se:

- Silos metálicos - construídos em aço galvanizado de alta resistência e projetados para armazenar grãos (não coesivo) a granel. Os silos metálicos têm estrutura para suportar esforços de ventos de até 120 km/h e são normalmente dotados de sistema de aeração (ventilação forçada) e dispositivos de medição de temperatura da massa de grãos, que permitem preservar a qualidade dos grãos (valor agregado). Os silos gigantes, identificados comercialmente por A-200 e A-150, foram patenteados pela Companhia em setembro de 1996 no Brasil e em mais três países. Esta patente está vinculada à forma conceitual estrutural do sistema de carregamento e descarregamento de grãos. As dimensões destes silos gigantes permitem que caminhões e carretas sejam carregados e descarregados no seu interior, sem intervenção de situações climáticas desfavoráveis.

- **Secadores** - utilizados para reduzir o percentual higroscópico (umidade) dos grãos (soja, milho, trigo, arroz, cevada e outros), que serão armazenados e mantidos saudáveis. Em novembro de 1994, a KWI patenteou seus secadores da linha KWR, os quais são capazes de realizar a secagem em regime contínuo, com menor agressão à integridade dos grãos e melhor aproveitamento do ar quente (forçado), utilizado como veículo de secagem. Também os secadores KWI detêm sistema de retenção de partículas que evita o lançamento destas na atmosfera. Este sistema é objeto de pedido de patente ainda em curso perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Também através de um controlador automático programável, pode-se obter maior rendimento de secagem e uniformidade na umidade final do produto, proporcionando melhor qualidade à armazenagem.
- **Máquinas de Limpeza e Pré-limpeza** - promovem a limpeza dos grãos colhidos na lavoura, normalmente integrados de pedriscos e inços, através de separação física por meio de sistemas de peneiramento e aspiração. Os resíduos e as impurezas ficam retidos nas peneiras e são removidos automaticamente. Existem dois pedidos de patente requeridos em curso no INPI que versam sobre o mecanismo de limpeza de grãos.
- **Transportadores** - são utilizados para movimentação de granéis sólidos e farináceos, sendo os equipamentos adequados para carga, descarga e movimentação de granéis sólidos em plantas de armazenagem ou de instalações industriais que se utilizam de granéis sólidos como matéria prima ou produto final. No segmento de instalações portuárias (terminais), por exemplo, o principal produto fabricado pela KWI consiste nos transportadores de grandes capacidades e longa extensão.

Dentre os principais sistemas que integram as soluções de engenharia fornecidas pelo Grupo Kepler Weber aos seus clientes destacam-se:

- **Indústrias de alimentos balanceados** - após planejamento inicial do empreendimento, forma-se conjunto de equipamentos, máquinas e instalações totalmente automatizadas e de fácil instalação, projetadas para integrar racionalmente a produção de alimentos balanceados (rações) com baixo custo de produção, exigindo menor espaço físico.
- **Maltarias** - englobam o projeto, fabricação dos equipamentos, montagem e colocação em funcionamento de instalações, desde o recebimento da cevada até a armazenagem e expedição do malte processado.
- **Cervejarias** - busca suprir as necessidades de processo do setor seco de cervejarias, dentre elas a armazenagem, moagem do malte e sistemas de despoeiramento.
- Equipamentos industriais e portuários - projetos complexos de armazenagem, transporte vertical e horizontal e captação de pó.

Marcas

Todos os equipamentos produzidos pelas controladas da Companhia levam a marca registrada Kepler Weber, hoje já consolidada no mercado e reconhecida pelo público consumidor.

As principais marcas registradas, que compõem o padrão visual do Grupo Kepler Weber são as seguintes:

KEPLERWEBER[®]

KW[®]

A Companhia possui devidamente registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI marcas em diferentes classes. A marca "Kepler Weber" encontra-se também registrada nos países onde a Companhia possui atuação comercial ou pretende desenvolver negócios: Argentina, África do Sul, Bolívia, Botswana, Cuba, Chile, Equador, Filipinas, Guinéa, Guianas, Indonésia, Índia, Japão, México, OAPI, Paraguai, Peru, Kênia, Suriname, Rússia, República Tcheca, Taiwan, Uruguai e Venezuela.

Patentes

A Companhia detém a titularidade de 3 patentes concedidas no Brasil e outros 12 pedidos de patente depositados em apreciação perante o INPI. A grande maioria destas patentes versam sobre certos aspectos dos processos de transporte, ventilação e armazenagem usados por sua controlada KWI.

Frise-se que nenhum dos processos de produção dependem de licenças ou patentes pertencentes à terceiros.

Investimentos em Tecnologia

A Companhia acredita que suas controladas, em especial a KWI, detêm um diferencial em tecnologia e conhecimento acumulado ao longo dos anos no setor em que atuam e por isso são capazes de agregar maior valor ao bem que comercializam do que seus concorrentes no mercado (Vide "Mercados e Concorrência - Mercado Interno" e "Atividades da Companhia – Estratégia").

Dentro do quadro de engenheiros da controlada KWI existem profissionais que têm elevado conhecimento do sistema de armazenagem e transporte como um todo. Esta área exige que os profissionais que nela atuam tenham conhecimento inclusive sobre a fisiologia de grãos, justamente para que as necessidades do cliente possam ser rapidamente atendidas.

Nessa busca por melhores condições de armazenagem de produtos, a controlada KWI investe em pesquisa e desenvolvimento de silos acoplados a outros equipamentos dotados de tecnologia de ponta.

Neste contexto, a engenharia de sistemas tem um grande potencial uma vez que a KWI detém experiência para projetar instalações totalmente integradas.

Legolização

A legolização é um processo em que se busca desenvolver linhas de produção de componentes padrão para que estes também possam vir a ser utilizados em projetos customizados.

Serviço Integrado de Apoio Comercial - S.I.A.C.

O SIAC - Serviço Integrado de Apoio Comercial também se constitui em um dos grandes projetos de modernização do Grupo, vez que permite a qualquer engenheiro aplicador, em qualquer ponto do país, montar projetos de instalações que atendam às necessidades específicas de cada cliente.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Manutenção de Equipamentos

A manutenção dos equipamentos instalados na fábrica de Panambi é toda realizada por empregados especializados da KWI e não por empresa terceirizada. As controladas da Companhia praticam a manutenção preventiva e a manutenção preditiva em seus equipamentos de trabalho. Durante a entressafra, 100% das máquinas e equipamentos são revisados e vistoriados. Atendendo à um programa sistematizado e às recomendações do fabricante, são efetuadas as trocas de peças e elementos das máquinas (manutenção preventiva). Durante seu uso, as condições operacionais das máquinas são monitoradas por instrumentos de controle (manutenção preditiva).

Existe também o programa Manutenção Produtiva Total (TPM), onde os próprios operadores são responsáveis pela vistoria e manutenção das máquinas onde trabalham.

Estes procedimentos fazem com que as máquinas da KWI instaladas no município de Panambi tenham um elevado estado de conservação geral.

Estoque

O giro global de estoque da controlada KWI, segundo sua Diretoria de Manufatura, é em torno de 30 dias. A KWI pretende reduzir o seu estoque de aço durante a baixa nas vendas provocada pelo efeito da sazonalidade, intensificando a produção durante a safra.

Perdas de matéria-prima

As perdas de matéria-prima (basicamente aço) estão dentro dos padrões conhecidos deste tipo de mercado, i.e., em torno de 8% (oito por cento). As sobras de material são negociadas como sucata segregada, após esgotarem-se as possibilidades de reutilização dentro do próprio processo. Parte das sobras transformam-se em matérias-primas para fabricação de arruelas (junto a fornecedor parceiro) e o restante é vendido a sucateiros e indústrias siderúrgicas.

Serviços Complementares

A controlada KWI mantém bom relacionamento comercial com construtores e empreiteiros de obras civis, elétricas e hidráulicas que são normalmente contratados pelo cliente para exercer trabalhos no local de instalação dos equipamentos. Sempre que atuou na modalidade “turn- key”, a KWI nunca teve problemas de relacionamento com seus subcontratados. Dentro desta perspectiva de atender integralmente as necessidades do cliente, a KWI intensificou a aplicação de projetos “turn-key”, onde a desenvolve e apresenta ao cliente o conjunto completo, fechado e integrado de sistemas industriais ou de armazenagem.

Controle da Qualidade

A implementação do Controle da Qualidade foi iniciado na sede fabril da KWI no ano de 1984, dentro da produção e, posteriormente, estendido a todos os demais departamentos, inclusive filiais.

Em 1994, foi lançado o programa Qualidade Total Kepler Weber – QTKW,

envolvendo todas as empresas controladas.

Em 1996 já haviam sido implementados mais de 5.000 projetos envolvendo melhorias de processo, produto e ambiente de trabalho.

A KWI sempre se preocupou em participar ativamente de concursos estaduais sobre controle de qualidade, onde vem ocupando posição de destaque nos últimos anos, conforme demonstra o quadro abaixo:



Desempenho da Companhia

<u>ANO</u>	<u>COLOCAÇÃO</u>
1995	3º lugar
1996	1º lugar
1997	2º lugar

Dentro desta política, a controlada KWI também participa do Programa Gaúcho de Qualidade da Produção (PGQP), onde acumulou até 1998 um total de 396,5 pontos (Vide Tabela abaixo). Importante salientar que tão logo a KWI ultrapasse a marca dos 490 pontos no referido programa, ela estará habilitada a participar nos próximos anos do Prêmio Nacional de Qualidade da Produção, passando, assim, a concorrer nacionalmente com empresas dos mais diversos segmentos de mercado no âmbito da produção.

Programa Gaúcho de Controle da Qualidade

<u>ANO</u>	<u>PONTUAÇÃO</u>
1994	280,00 pt
1995	361,00 pt
1996	355,00 pt
1997	380,60 pt
1998	396,50 pt

Atualmente, a controlada KWI desenvolve basicamente dois procedimentos internos em matéria de controle de qualidade:

- **autoinspeção** – realizada pelo próprio operador, executante da operação. É um procedimento da ISO 9001 onde, com frequência apurada através de métodos estatísticos, o operador controla e inspeciona a qualidade das peças que são geradas por ele próprio. Para isso, usa a própria ordem de produção onde constam todos os parâmetros técnicos e de acabamento que devem ser cumpridos para atender aos padrões de qualidade Kepler Weber.
- **auditoria de processo** – dividida em duas espécies: (i) a inspeção por amostragem estatística que consiste na análise dos produtos e do processo, e (ii) específica, focalizada para determinados projetos. Muitas vezes, o próprio cliente traça adicionalmente procedimentos e parâmetros de inspeção para determinados equipamentos que deverão ser seguidos. Assim, também é prática adotada pela KWI criar determinadas rotinas para atender clientes específicos. Ambas são realizadas por auditores qualificados.

ISO 9001

Em 24 de agosto de 1998, a controlada KWI recebeu da empresa Bureau Veritas Quality International - BQVI o Certificado de Qualidade ISO 9001, relativo ao seu processo de produção, sendo os seguintes os órgãos acreditadores: Inmetro (Brasil), RAB (EUA), RVB (Holanda), SCES (Suíça) e UKAS (Reino Unido).



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

FORNECEDORES E CLIENTES

Fornecedores

Aço

A matéria-prima principal utilizada pela controlada KWI consiste no aço, plano ou não-plano, não revestidos ou de acabamento galvanizado, com baixos teores de Carbono. Esta espécie de material é mecanicamente transformável e atende de forma ideal às aplicações e necessidades na produção dos equipamentos.

As compras de aço são efetuadas diretamente junto a Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), sediada em Volta Redonda (RJ), única siderúrgica no Brasil a produzir aço galvanizado de acordo com as especificações utilizadas pelo processo industrial.

O Grupo também já praticou e encontra-se habilitado a repetir operações de importação de aço galvanizado, tendo relacionamento comercial com um fornecedor Mexicano, onde adquiriu volumes utilizados para operações de exportação (drawback), face a oportunidade criada pela taxa cambial.

Com a excessiva desvalorização cambial da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano, a política de importações foi revista. Ainda assim, se necessário, o Grupo poderá importar aço galvanizado e elementos de fixação em mercados externos, bem como valer-se de outros fornecedores conhecidos com quem manteve relacionamento comercial (Vide "Fatores de Risco - Variação Cambial").

A padronização da linha de produção também apresenta-se como uma importante saída para a diminuição dos custos com matéria-prima ("Vide Produção – Investimento em Tecnologia").

Energia

A fábrica instalada no município de Panambi possui consumo de 900.000 Kw/h de energia, quantidade esta contratada junto a HIDROPAN – Hidroelétrica Panambi Ltda, distribuidora de energia elétrica exclusiva da cidade.

No passado, em épocas de alta produção, o consumo da fábrica se elevava fazendo com que a KWI incorresse em disputa de energia com consumidores residenciais e pagamento de multa por excessos de consumo. A saída encontrada foi adquirir dois grupos geradores capazes de, juntos, atender a 80% da demanda de energia da fábrica (Vide "Contratos Relevantes - Financiamento").

Hoje a fábrica está apta a, em qualquer época do ano, utilizar energia própria, valendo-se destes novos geradores sem incorrer em multas e nos altos custos da energia elétrica consumida em horários considerados de "ponta".

Principais fornecedores e participação no total dos custos

FORNECEDORES	ITENS	PARTICIPAÇÃO
CSN	Aço	19,20%
COSIPA	Aço	7,45%
Macsteel	Aço	5,25%
SEW	Motoredutores/motores	3,80%
OTAM	Ventiladores	3,15%
Masterpen	Correias	2,83%
Weg	Motoredutores/motores	2,63%
Renner	Tintas/solventes	2,37%
Borghetti	Fundidos	2,29%
Ciser	Fixação	2,00%
Tromink	Peças/estruturas metálicas	2,07%
Sumaré (Sherwin)	Tintas/solventes	1,78%
Rex	Fixação	1,58%

Clientes

As controladas da Companhia não possuem nenhum tipo de dependência de clientes específicos, vez que o fato de possuírem clientela bem diversificada, acumulada ao longo de vários anos no mercado, acaba facilitando o desempenho de suas atividades com certa independência de grandes clientes. Adicione-se o fato de que as grandes vendas anuais realizadas pelo Grupo estão ligadas a projetos de investimento promovidos por grandes empresas em suas respectivas fábricas ou propriedades.

Como prova desta pulverização de clientela, ao longo do ano de 1998 o Grupo executou projetos para 668 clientes. Não obstante, o Grupo conta com a fidelidade de seus clientes nacionais e estrangeiros, os quais realizam com frequência anual investimentos em equipamentos Kepler Weber.

Ainda, se considerarmos que a receita líquida no ano de 1998 foi superior a US\$ 97 milhões, o volume de vendas para seus 10 maiores clientes em referido ano perfaziam juntos um total não superior a 20% desta receita.

Distribuição do Faturamento

SEGMENTO*	1996	%	1997	%	1998	%
Armazenagem	29.835	35	36.905	38	48.752	50
Peças e Serviços	13.085	16	15.070	16	14.724	15
Instalações industriais	13.247	16	17.948	19	11.246	11
Exportações**	27.730	33	26.781	27	23.040	24
Total	83.897	100%	96.704	100%	97.762	100%

* Valores em US\$ mil

** Armazenagem

%; participação percentual do segmento sobre o total do faturamento

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

A inadimplência dos clientes da controlada KWI é pequena, uma vez que as formas de pagamento são atreladas a etapas da produção ou a entrega de projetos ou equipamentos. A KWI exige de todos os seus clientes sinal de até 20% para iniciar qualquer trabalho, 15% ou 20% quando há a entrega de projetos técnicos e o restante em parcelas, até a entrega do produto final, através da instalação do equipamento na sede do cliente. Quanto ao varejo de peças, a KWI concede a seus clientes prazo de 30 dias para pagamento.

Eventual inadimplência de algum de seus grandes clientes não provoca impacto maior em seus resultados.

O Grupo detém 55,9% de participação do mercado em que atua, fornecendo soluções em equipamentos para grandes empresas.

O pacote de equipamentos e serviços oferecidos pelo Grupo é dificilmente encontrado no mercado (Vide "Produção - Processo de Produção"). O Grupo possui um canal de vendas direto ao consumidor em todas as regiões do Brasil.

Filiais da KWI

<u>ESTADOS</u>	<u>ENDEREÇO</u>
Rio Grande do Sul	Rua Hermann Faulhaber, 216, Panambi Rua Andaraí, 566, Porto Alegre
São Paulo	Rua Vitorino Carmilo, 71, Barra Funda, Capital
Paraná	Av. Pres. Tancredo Neves, 1643, Cascavel
Mato Grosso	Rua 57, nº 90, Boa Esperança, Cuiabá
Mato Grosso do Sul	Av. Costa e Silva, 524, Progresso, Campo Grande
Goiás	Av. Castelo Branco, 1587, Q. 38 L. 32 Goiânia

Exportações

A Companhia exporta produtos de suas controladas para diversos países do continente africano, Oriente Médio e América Latina. Detém mais de 55% do mercado da América Latina, onde, incontestavelmente, é a maior empresa de seu setor.

As exportações realizadas pela Companhia respondem por mais de 20% da sua receita líquida. Dos produtos exportados, 90% concentra-se nos equipamentos de armazenagem.

Distribuição das Exportações

<u>SEGMENTO*</u>	<u>1996</u>	<u>1997</u>	<u>1998</u>
Armazenagem	27.730,1	26.781,1	23.040,9
Instalações industriais	57,9	1.872,2	662,3

* Valores em US\$ mil

As exportações são viabilizadas através de cartas de crédito liquidáveis contra apresentação de documentos de embarque, não sendo comum a utilização de contratos. A Companhia exige de seus clientes estrangeiros que referidas cartas de crédito sejam emitidas por bancos reconhecidos como de primeira linha. Tal fato facilita a aceitação destas cartas por outros bancos nacionais, garantindo liquidez ao valor da venda realizada. Com isto, há redução da possibilidade de inadimplemento neste tipo de venda.

Marketing

As controladas da Companhia participam intensamente de todas as feiras setoriais, não somente no Brasil mas também na América Latina e Estados Unidos, sendo que em muitas delas através da instalação de stands onde são apresentados projetos de equipamentos e instalações usualmente comercializados por elas. Nestes stands há inclusive instalações dinâmicas dos equipamentos que levam a marca da Kepler Weber.

A Companhia também divulga sua marca em revistas especializadas em armazenagem e agribusiness, bem como mantém publicidade em jornais de circulação nacional e rádios regionais.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

MERCADOS E CONCORRÊNCIA

Mercado Interno

O mercado interno, quanto ao segmento de armazenagem, apresenta-se bastante pulverizado, vez que uma quantidade muito grande de empresas atuam neste setor. Entretanto, apenas 4 (quatro) empresas possuem participação relevante e de expressão nacional neste mercado. A controlada KWI detém a liderança do mercado. As outras três empresas juntas detêm aproximadamente 19% do mercado. O restante do mercado (22%) encontra-se repartido entre empresas de pequeno porte e de atuação regional ou local.

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO
Kepler Weber Industrial S/A	59%
Três maiores concorrentes juntos	19%
Outros	22%
TOTAL	100%

Fonte: Companhia

Frise-se que a KWI é cotada para todos os investimentos de grandes empresas neste setor. Nenhum dos demais concorrentes da KWI está dotado estrutura semelhante à da KWI, e acabam tendo de servir-se de representantes nas localidades onde não atuam.

O produto final disponibilizado pela KWI possui diferenciação na medida certa para a satisfação da necessidade de cada cliente. As outras empresas do setor são adaptadas para responder a soluções isoladas, atuando sempre em associação com outras empresas.

Com isto, o valor agregado aos produtos da KWI é muito maior que o valor agregado aos produtos da concorrência. Assim, a única alternativa que resta aos demais concorrentes reside na diminuição do preço de seus equipamentos e não em avanço tecnológico incorporado ao bem.

O grande atrativo deste mercado para os concorrentes estrangeiros consiste no enorme potencial agrícola brasileiro, vez que figura no cenário mundial como a última fronteira agrícola a ser explorada, bem como ainda possui elevado déficit de armazenagem, principalmente de grãos (somente 5% dos produtores brasileiros tem armazenagem própria enquanto que nos EUA este percentual é de 95%).

A safra brasileira cresce a cada ano, fato este que aponta o mercado brasileiro como um dos mercados de maior potencial para investimento (Vide "Fatores Macroeconômicos - Ação Governamental - Política de Crédito Agrícola").

Para o ingresso neste mercado, o volume de investimento inicial é muito alto. Recentemente, uma das grandes empresas norte-americanas tentou ingressar no mercado brasileiro. Entretanto, por condições específicas do próprio mercado - rico em peculiaridades -, não obteve sucesso. A logística e o parque industrial que a KWI detém é que a permitiu concorrer internacionalmente e consolidar sua marca com tanta eficiência.

Na busca por novos segmentos de mercado, a KWI realiza também projetos de instalações industriais para portos brasileiros. Com a privatização deste setor, grandes oportunidades de negócio estão surgindo (Vide "Atividades da Companhia - Informações Gerais"). Neste segmento, a KWI concorre com poucas empresas em igualdade de condições e já realizou importantes projetos envolvendo modernização de instalações portuárias (recentemente a KWI trabalhou em grandes projetos para o porto de Santos, Paranaguá e Hermosa). Neste mercado, a KWI entende que o melhor marketing substancia-se nas próprias instalações já executadas com eficiência.

Outro segmento de mercado bem competitivo para a KWI consiste na fabricação de equipamentos para as instalações de indústrias de alimentos balanceados (p. ex. rações). A KWI possui parceria comercial informal com a empresa dinamarquesa Sprout-Matador, especializada em máquinas desta natureza (linhas de peletização com tecnologia de ponta no segmento de alimentos balanceados). As máquinas fabricadas pela Sprout-Matador complementam o conjunto de equipamentos que integram as instalações planejadas pela KWI, viabilizando aos clientes projetos totalmente integrados. Estas máquinas são adquiridas pelos clientes da KWI diretamente junto à Sprout-Matador, através de importação. Neste mercado em que a KWI não é líder, ela concorre com mais duas empresas de atuação internacional (uma de origem suíça e a outra belga).

Com a recente aquisição do CEPEN, a Companhia espera elevar sua participação em setores que demandam equipamentos em aço inoxidável como matéria-prima (Vide "Atividades da Companhia - CEPEN").

Por fim, outro mercado focalizado pela Companhia consiste no varejo de peças e serviços. A Companhia, através de sua controlada KWI e seu Departamento de Peças e Serviços - DPS, vem demonstrando enorme potencial de vendas de pequenas peças e serviços, tais como correias, mangueiras, máquinas agrícolas e prestação de assistência técnica, distribuindo produtos também para clientes fora de sua cadeia usual de atuação.

Atualmente, a KWI possui logística e aptidão suficiente para enfrentar a concorrência nacional pois:

- possui custos mais baixos;
- produz equipamentos com um diferencial de qualidade tecnológica;
- possui melhor desempenho na prestação de serviços ao cliente (p. ex. assistência técnica, menor prazo de entrega);
- possui marca forte e já consolidada no mercado; e
- possui melhor rede de distribuição (única nacional).

Mercado Externo

A KWI comercializa seus produtos no mercado exterior através de sua controladora. A Companhia, ao lado de mais duas empresas norte-americanas, estão entre as três maiores empresas do mundo no setor de armazenagem. Todavia, é considerada a única capaz de atuar sob a forma "turn-key", o que a credencia a disputar mercado em igualdade de condições com as suas concorrentes. As duas empresas norte-americanas, assim como a Companhia, são empresas já globalizadas, com participação em mercados internacionais. Elas disputam participação no mercado mundial, sendo que o mercado latino-americano é liderado pela Companhia em volume de vendas realizadas.

No mercado norte-americano, o conceito de instalações "turn-key" não é tão praticado pelos fabricantes. Tanto isto é verdade que nenhuma das empresas norte-americanas oferece a seus clientes todo o sistema integrado, mas tão somente equipamentos específicos. Tais empresas utilizam-se de intermediários ("dealers") que realizam a composição do projeto "turn-key" com diversos fabricantes. A Companhia e sua controlada KWI, por sua vez, trabalham no sentido de estimular cada vez mais o desenvolvimento de projetos integrados ("turn-key").

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

A Companhia considera que sua controlada KWI está apta a enfrentar a concorrência internacional, vez que:

- detém tecnologia e qualidade em toda a sua linha de produtos;
- possui custos equivalentes aos de seus concorrentes;
- possui habilidade comercial e uma grande rede de distribuição própria já consolidada; e
- única a fornecer ao cliente linha completa de equipamentos para armazenagem, elaborando e executando projetos customizados.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

CONTRATOS RELEVANTES

Fornecimento

Para o fornecimento do aço galvanizado, que constitui a principal matéria-prima utilizada pela KWI em sua linha de produção, não há contrato de fornecimento escrito. Os pedidos são feitos diretamente à CSN, conforme a demanda, e respeitando as quotas mensais flexíveis (Vide “Fornecedores e Clientes - Fornecedores”).

Clientes

Os contratos de venda de produtos com clientes são todos feitos dentro de um cronograma de pagamento atrelado à eventos físicos. Assim, a KWI recebe o pagamento de suas vendas de forma parcelada, de acordo com um cronograma físico-financeiro, reduzindo os riscos de impacto por eventual inadimplemento de seus clientes (Vide “Fornecedores e Clientes - Clientes”).

Financiamentos

A KWI contratou em 1996 empréstimo junto ao FINEP no valor de R\$ 7,5 milhões, quantia esta que foi utilizada em 1997 para aquisição de máquinas destinadas a melhor capacitar o seu processo produtivo. Como garantia de pagamento perante o FINEP, foi constituído penhor sobre as máquinas industriais da KWI, bem como, com a expressa anuência da Companhia, foi constituída hipoteca sobre prédio de sua titularidade onde está instalada a fábrica da KWI, no município de Panambi.

A Companhia tem um contrato de incremento de exportação (pré-embarque) no valor de R\$ 3,5 milhões firmado junto ao Banco Bradesco S/A.. Trata-se de uma linha especial de financiamento, onde os juros praticados são inferiores às taxas de mercado. Esta linha de financiamento é contratada pela Companhia, tendo por base o incremento estimado das exportações para o período de um ano. Este contrato, firmado em maio de 1998, vencerá em junho de 1999. Como garantia deste contrato, a Companhia constituiu hipoteca sobre outro imóvel de sua titularidade localizado na região central do município de Panambi.



RECURSOS HUMANOS

Política de Recursos Humanos

O Grupo possui atualmente um quadro fixo de aproximadamente 1.000 empregados. O número dos últimos anos tem se mantido neste mesmo patamar. O número de empregados do setor fabril varia mais do que o setor administrativo em vista da sazonalidade do negócio (Vide "Fatores Macroeconômicos - Sazonalidade"). Na época de safra, adota-se processo rotineiro de contratação de safristas que gira em torno de trezentas novas contratações.

Abaixo, tem-se um quadro do número médio de empregados nos últimos três anos.

<u>SEGMENTOS</u>	<u>1996</u>	<u>1997</u>	<u>1998</u>
Operacional	733	828	863
Administrativo	252	274	224
Total	985	1102	1087

A política de recursos humanos do Grupo alinha-se a um plano tático de crescimento junto com as empresas. Este plano tem uma estratégia que é dotar e manter o Grupo com pessoas em nível de excelência.

Essa estratégia tem quatro políticas básicas:

- buscar e manter os melhores candidatos;
- educar e desenvolver os colaboradores;
- avaliar o desempenho de forma justa; e
- reconhecer os resultados alcançados.

Para implementação dessa política, existem vários programas em curso.

Programa de Oxigenação

A controlada KWI mantém convênios com a universidade local e com a escola técnica de Panambi na busca de profissionais, fornecendo bolsas de estudo para estagiários em Panambi e universitários na cidade de Ijuí, através da UNIJUÍ.

Programas de Menores Aprendizizes

Consiste em um centro de treinamento para formação de pessoal de fábrica. A controlada KWI tem um convênio com o Senai para incluir os programas deste último dentro da fábrica. Este programa inclui treinamento específico para formação de profissionais onde há menor oferta de mão-de-obra, tais como soldadores, pintores, projetista etc.

A controlada KWI também implantou um curso supletivo para os seus empregados que atualmente conta com 100 alunos. Este curso inclui alfabetização e formação completa de 1º grau. A KWI tem a meta de, até o final do ano 2000, erradicar a falta de 1º grau completo entre seus empregados. Para tanto, gastou, em 1998, US\$ 1.400 por aluno. Atualmente, a KWI não contrata empregados que não tenham o 1º grau completo.

Projeto Foco do Cliente

Pretende fazer com que o cliente perceba o valor relativo do produto Kepler Weber. Este projeto está vinculado com a estratégia de crescimento da própria Companhia (Vide "Atividades da Companhia - Estratégia - Mercadológica").

Plano de Treinamento

O Grupo investiu, em 1998, US\$ 562.749,00 e 158.170 horas de treinamento, em capacitação profissional. Isto perfaz 11,5 horas de treinamento por empregado.

O plano de treinamento do Grupo consiste na formação e desenvolvimento de chefias, sucessão de postos críticos, desenvolvimento profissional e nivelamento fabril/administrativo. Os cursos para cada um desses pontos são ministrados pelos próprios executivos de cada área correspondente. Há também o programa para treinamento de executivos feito em parceria com a Fundação Dom Cabral. A Fundação Dom Cabral é uma das principais instituições de desenvolvimento de executivos no Rio Grande do Sul.

Banco de Horas

A controlada KWI, com o fim de minorar o impacto da sazonalidade presente no negócio, implementou o sistema do banco de horas. No período de entressafra, os empregados trabalham menos sem redução de salário. Essas horas não trabalhadas são acumuladas e compensadas no período de safra sem aumento de salário.

Passivo Trabalhista

Até 1997, a contratação do quadro adicional da controlada KWI era feito por uma empresa terceirizada. Esta empresa não pagou direitos trabalhistas de diversos empregados, o que gerou um passivo trabalhista para a controlada KWI (Vide "Processos Judiciais - Ações Judiciais - Reclamações Trabalhistas"). Atualmente, os empregados do período de safra são contratados diretamente pela controlada KWI, por prazo determinado. Este contrato custa em média 65% dos encargos sociais, gerando uma economia trabalhista para a KWI.

Em 1998, a rotatividade de empregados no Grupo foi de 2,94% e a taxa de absenteísmo 1,07%. A Companhia entende que esses números demonstram que suas controladas têm um bom relacionamento com os seus empregados.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 1999, o Grupo registrava dívidas totais no valor de R\$ 55,0 milhões. O perfil da dívida do Grupo está concentrado no curto prazo com 75,8% do total. Com os recursos oriundos da presente emissão, o perfil desta dívida deverá ser alterado, concentrando-se no longo prazo (Vide “Destinação dos Recursos”).

O endividamento de curto prazo está basicamente distribuído em:

- *Euro commercial paper*;
- juros da 2ª emissão de debêntures;
- operações de Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC);
- capital de giro; e
- importação de matérias-primas.

No longo prazo, as principais dívidas consistem em:

- empréstimo FINEP, no valor de R\$ 2,4 milhões vencíveis em novembro de 2002; e
- as debêntures da 2ª emissão, no valor de R\$ 11,0 milhões.

O custo médio de captação do Grupo, incluindo a variação cambial, durante o ano de 1998, foi 29,54%. O Grupo acredita ter um custo de captação melhor do que as empresas do setor de bens de capital.

Endividamento em Dólar

O endividamento em dólar do Grupo consiste em um *Euro commercial paper* no valor de US\$ 10,0 milhões, com prazo de 1 ano, vencível no mês de junho de 1999, com taxa efetiva de 13,77% ao ano. As demais dívidas em dólar são operações de ACC, no montante de US\$ 4,8 milhões e taxa efetiva média de 12,0% ao ano e importações de matéria-prima, no montante de US\$ 3,6 milhões com taxa efetiva de 12,30% ao ano. O impacto da desvalorização cambial deste ano no endividamento em dólar do Grupo foi de US\$ 9,1 milhões (Vide “Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras”). O quadro apresentado a seguir descreve o endividamento do Grupo no curto e longo prazo.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ANÁLISE PELA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caixas, Bancos e Aplicações Financeiras

As disponibilidades no ano de 1996 aumentaram quando comparadas com o ano de 1995 na ordem de R\$ 2,4 milhões. Este aumento correspondeu a 477,7%. Tal fato ocorreu devido às aplicações de excedentes de caixa do período que alcançaram o valor de R\$ 944 mil.

As disponibilidades no ano de 1997 foram reduzidas na ordem de R\$ 1,6 milhões em relação a 1996, uma redução, portanto, de 53,8%, queda esta motivada pela redução das aplicações financeiras, fazendo com que diminuísse também a sua participação em relação ao ativo total de 3,20% para 1,30%.

Em 1998, as disponibilidades voltaram a crescer 40,6% em relação ao ano de 1997. Este crescimento correspondeu a R\$ 556 mil, e ocorreu em função da existência de aplicação em dólar, com a finalidade de realizar hedge para importação de chapas metálicas do México, no valor de R\$ 1,7 milhões.

Clientes Nacionais

Os clientes nacionais permaneceram praticamente constantes em 1996 quando comparados com 1995. O pequeno crescimento existente foi provocado pelo crescimento das vendas para o mercado interno, que apresentou aumento no ano de 1996 de 2,3% em relação ao ano de 1995.

Em 1997, houve um crescimento de 13% na receita líquida, equivalente a R\$ 1,2 milhões em relação a 1996, devido ao crescimento de 27% no volume de vendas para o mercado interno.

No ano de 1998, verificou-se evolução significativa na receita líquida em relação a 1997, na ordem de 143,5%, percentual este equivalente a R\$ 14,8 milhões. Este aumento ocorreu por força do crescimento em 12% das vendas para o mercado interno, percentual este equivalente a R\$ 10,7 milhões. Em 1998 também foi constatada dilatação no prazo médio de recebimento das vendas que em 1997 eram de 98 dias, passando em 1998 para 111 dias.

Clientes no Exterior

A conta clientes no exterior apresentou crescimento em 1996 de 67,3% em comparação com o ano de 1995. Como as vendas se concentraram no segundo semestre do ano de 1996, os débitos dos clientes somente foram liquidados no início de 1997.

Títulos a Receber

A conta títulos a receber sofreu redução de 6,87% no ano de 1996 em relação ao ano de 1995. Em 1997 os referidos valores foram completamente liquidados, zerando, assim, esta conta para os próximos anos. Com isto, houve ingresso de recursos para o caixa.

Estoques

Os estoques cresceram do ano de 1995 para o ano de 1996 na ordem de 23,6%, percentual este equivalente a R\$ 3,1 milhões. Este aumento foi provocado pelo crescimento dos seguintes itens:

- estoque de produtos acabados, que sofreu aumento no valor de R\$ 872 mil;
- estoque de produtos em elaboração, que sofreu aumento no valor de R\$ 798 mil e
- estoque de matéria prima, que sofreu aumento no valor de R\$ 1,3 milhões.

No ano de 1997, o estoque apresentou crescimento de R\$ 1,1 milhões, valor este equivalente a 23,6% quando comparado com o ano de 1996. Esta fato foi provocado pelo aumento do estoque de matéria-prima no valor de R\$ 1,8 milhões. Este crescimento no estoque de matéria prima foi provocado essencialmente pela importação de chapas metálicas do México.

Em 1998, o estoque cresceu 23,1% em relação ao ano de 1997, percentual este equivalente a R\$ 4,1 milhões. Referido crescimento foi provocado por dois fatores:

- aumento do estoque com matéria-prima na ordem de R\$ 2,8 milhões, e
- aumento do estoque de produtos acabados na ordem de R\$ 1,1 milhões.

Impostos a Ressarcir / Recuperar

A conta impostos a recuperar apresentou um crescimento de 122,6% no ano de 1996 quando comparada com o ano de 1995, percentual este correspondente ao valor de R\$ 2,3 milhões. Este crescimento é justificado pelo aumento dos créditos de ICMS na ordem de R\$ 1,8 milhões, os quais foram compensados no ano de 1997.

Em 1997, esta conta apresentou um crescimento de 39,9% quando comparada com o ano de 1996, percentual este correspondente a R\$ 1,6 milhões. Referido crescimento é justificado por dois motivos:

- crédito de IPI sobre as exportações no valor de R\$ 748 mil, e
- crédito extemporâneo de PIS no valor de R\$ 1,2 milhões. O crédito extemporâneo do PIS tem como base parecer favorável obtido perante o Conselho de Contribuintes (decisão proferida pela Primeira Câmara de referido Conselho).

No ano de 1998 em comparação com 1997, houve um crescimento de 4,1%, correspondente ao valor de R\$ 238 mil. Tal fato encontra justificativa, novamente, no lançamento de créditos extemporâneos de PIS no valor de R\$ 636 mil.

Obras a Faturar

A conta de obras a faturar é formada pelo saldo existente entre a conta obras entregues e a conta obras a faturar, ou seja, este saldo representa o valor de equipamentos entregues a clientes e ainda não faturados por motivos de liberação do financiamento por parte do cliente junto a sua instituição financeira.

Em 1996, esta conta apresentou um crescimento de 234,5% quando comparada com os valores obtidos em 1995, percentual este equivalente a R\$ 2,6 milhões. Em 1997 esta conta voltou a crescer 238,1%, percentual este correspondente ao valor de R\$ 8,9 milhões. Tal crescimento é justificado pela maior procura por parte dos clientes por operações de financiamento.

Em 1998, foi constatada retração de 51,7%, equivalente a R\$ 6,6 milhões, em função da ausência no final do ano de linhas de financiamento por parte do Governo.

Tal fato exigiu que os clientes realizassem investimentos com recursos próprios.

Outros Créditos

Esta conta é composta por adiantamentos de salário, notas promissórias de devedores, cheques pré datados e adiantamentos diversos.

A evolução desta conta manteve-se estável no período de 1996 a 1998, variando neste intervalo apenas 2,4%. Sua participação sobre o ativo total representava 2,2% em 1996, passando em 1998 para 1,7%. Esta diminuição foi sentida uma vez que o crescimento desta conta foi inferior ao crescimento do ativo total da empresa.

Títulos a Receber

A conta títulos a receber no longo prazo consiste em direitos perante clientes que o Grupo estima exercer nos próximos exercícios.

Em 1996, esta conta apresentou uma redução de 0,5% em relação a 1995 devido a realização destes valores.

No ano de 1997, esta conta apresentou nova redução de 20,6% em relação a 1996 devido a liquidação de valores por parte dos devedores, permitindo assim ingressar recursos ao caixa.

Em 1998, esta conta apresentou uma redução de 53,1%, equivalente a R\$ 6,0 milhões em comparação ao ano de 1997. Esta redução foi provocada pelo lançamento a título de perdas motivado por devedores inadimplentes, os quais não se espera reaver.

Depósitos Judiciais

Esta conta apresentou um crescimento em 1996, na ordem de 24,8%, quando comparada com o ano de 1995. Este percentual correspondeu a quantia de R\$ 522 mil. No ano de 1997, esta conta apresentou redução de 48,9%, percentual este equivalente a R\$ 1,3 milhões, motivado por levantamentos decorrentes de processos judiciais vencidos. No ano de 1998 foi constatado crescimento de 9,2% em relação ao ano de 1997, crescimento este motivado por processos judiciais em tramitação.

Impostos a Recuperar

A conta de impostos a recuperar apresentou em 1997 o valor de R\$ 2,5 milhões, que se refere ao processo judicial onde foi discutida correção monetária sobre saldo credor do ICMS. Nos anos anteriores não havia nenhum valor de impostos a recuperar a ser realizável no longo prazo.

Em 1998, esta conta apresentou um crescimento de 424,0%, ou seja, R\$ 10,5 milhões em relação a 1997 em função da ativação de prejuízos fiscais a serem compensados nos próximos exercícios.

Outros Créditos

A conta "outros créditos" refere-se a depósitos compulsórios de combustível/veículos, títulos de capitalização e consórcios adquiridos.

Esta conta vem apresentando redução ano a ano. No ano de 1996, em relação a 1995, apresentou uma redução de 6,2%. No ano de 1997, em relação a 1996, apresentou uma redução de 44,9% e no ano de 1998 em relação a 1997 apresentou uma redução de 34,3%. Tal fato deve-se a redução de aplicações em títulos de capitalização, bem como a redução da aquisição de consórcios.

No balanço patrimonial de 1998 esta conta apresenta-se da seguinte forma:

Títulos de Capitalização	R\$ 65 mil
Depósitos Compulsórios	R\$ 215 mil
Consórcios	R\$ 49 mil
Total	R\$ 329 mil

Investimentos

A conta de investimentos apresentou em 1996 um crescimento de 295,1%, percentual este equivalente a R\$ 723 mil, quando comparado com o ano de 1995, por força do aumento de investimentos realizados com a GM Factoring e imóveis não destinados ao uso recebidos em pagamento de dívidas.

GM Factoring	R\$ 651 mil
Imóveis não destinados ao uso	R\$ 79 mil

No ano de 1997, a conta manteve-se praticamente estável em relação a 1996, e em 1998 sofreu queda de 14,9% em relação a 1997 devido a redução dos investimentos com a GM Factoring na ordem de R\$ 148 mil.

Imobilizado

Em 1996, o imobilizado do Grupo apresentou um crescimento de 6,3%, equivalente a R\$ 1,2 milhões quando comparado com o ano de 1995, devido a aquisição de máquinas e ferramentas para o complexo fabril da KWI.

No ano de 1997 foi apurado crescimento de 45,8%, correspondente ao valor de R\$ 9,0 milhões em relação ao ano de 1996. Tal fato ocorreu devido ao aumento do volume de investimentos em máquinas, ferramentas, dispositivos e informatização do parque fabril, visando melhorias no processo, aprimoramento dos produtos e redução do "lead time".

No ano de 1998, comparando-se com o ano anterior, a Companhia praticamente não investiu. Face à conjuntura econômica, a Companhia adotou como estratégia postergar os seus investimentos visando não aumentar ainda mais o seu endividamento com instituições financeiras.

Apresenta-se a seguir a posição do imobilizado com base março/1999 em comparação ao mesmo período do ano anterior:



Imobilizado Líquido

DISCRIMINAÇÃO	31/MAR/99	31/MAR/98
Terrenos	4.903	4.924
Prédios e Benfeitorias	7.079	7.484
Instalações	1.320	1.490
Máquinas, Equipamentos. e Ferramentas	7.619	7.852
Veículos	708	907
Móveis e Utensílios	232	257
Equipamentos. de Informática	1.289	1.240
Direito Uso Telefones	32	32
Marcas e Patentes	3.217	3.211
Imobilizações em Andamento	642	734
Totais	27.041	28.131

Valores em R\$ mil

Diferido

O diferido apresentou um crescimento de 70,4% do ano de 1995 para o ano de 1996, percentual este equivalente a R\$ 696 mil. Este crescimento foi provocado pelos seguintes projetos realizados naquele ano:

Projeto Implantação ISO e TQC	R\$ 302 mil
Projeto de Produtividade ABC	R\$ 404 mil

O ano de 1997 em comparação com 1996 apresentou um crescimento de 60,2%, correspondente ao valor de R\$ 1.014 mil, devido aos seguintes projetos:

Projeto Informática Magnus/Cód. Barras	R\$ 1.063 mil
Projeto Foco do Cliente - JCTM	R\$ 182 mil

O ano de 1998, em relação a 1997, apresentou um crescimento de 13,0%, equivalente a R\$ 351 mil, devido ao seguinte projeto:

Projeto Foco do Cliente - JCTM	R\$ 579 mil
--------------------------------	-------------

Fornecedores Nacionais

A conta fornecedores nacionais apresentou uma redução de 21,4% no ano de 1996 quando comparada com o ano de 1995, devido a alteração na condição de compra junto a fornecedores.

O ano de 1997 apresentou nova redução de 11,3% em relação a 1996, devido a importações de chapas metálicas efetuadas do México em detrimento de compras efetuadas no mercado nacional.

Em 1998, houve um crescimento de 120,1%, equivalente a R\$ 10,1 milhões em relação ao ano de 1997, devido a estratégia adotada pelo Grupo em dilatar a condição de prazo de pagamento junto a fornecedores, com o objetivo de compensar a redução de adiantamento de clientes na ordem de R\$ 7,8 milhões.

Fornecedores no Exterior

A partir de 1997, a Companhia adotou como estratégia pesquisar novos fornecedores, estratégia esta que não vinha sendo adotada nos anos anteriores. Esta mudança possibilitou a importação de chapas metálicas e outros componentes, na ordem de R\$ 2,7 milhões.

Em 1998, repetiu-se esta estratégia importando-se R\$ 2,6 milhões no mês de setembro.

Instituições Financeiras

O endividamento com instituições financeiras sofreu redução de 24,2% no ano de 1996 em comparação com o ano de 1995, percentual este equivalente a R\$ 3,8 milhões, devido ao aporte de capital realizado à época da alteração do controle acionário da Companhia em fevereiro de 1996.

Em 1997, o endividamento com instituições financeiras voltou a crescer na ordem de 23,2%, percentual este equivalente a R\$ 2,7 milhões em relação a 1996. Este crescimento foi provocado pelo aumento dos investimentos efetuados em máquinas e equipamentos através de operação contratada junto ao FINEP.

No ano de 1998, o endividamento com instituições financeiras cresceu 99,8%, percentual este correspondente ao valor de R\$ 14,6 milhões, devido ao aumento da necessidade de capital de giro para financiar clientes que cresceu neste mesmo período R\$ 14,8 milhões. Este aumento no endividamento fez com que as despesas financeiras sofressem aumento do ano de 1997 para 1998 na ordem de 117,8%, representando, em 1998, 8,9% da receita líquida do Grupo. Segue abaixo planilha do endividamento no mês março de 1999.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Debêntures

No ano de 1996, houve uma redução no endividamento com debêntures em relação ao ano de 1995 na ordem de 25,9%, motivado pela liquidação de parte das debêntures, justamente no momento em que houve aporte de capital efetuado pelos acionistas.

No ano de 1997, houve um acréscimo de 30,1% em relação a 1996, motivado pela correção das debêntures colocadas no mercado e devido a colocação de parte das debêntures que estavam em tesouraria na ordem de R\$ 1,5 milhões.

Em 1998, a Companhia apresentou um novo critério de contabilização das debêntures no curto e longo prazo, fazendo que fosse contabilizado R\$ 1,9 milhões no curto prazo e R\$ 11,0 milhões no longo prazo, totalizando R\$ 13,0 milhões. Neste ano, o endividamento total com as debêntures aumentou 38,41% motivado pela colocação de debêntures no mercado no valor de R\$ 3,0 milhões, as quais estavam na tesouraria da Companhia.

Dividendos a Pagar

A conta de dividendos a pagar apresentou no ano de 1997 o valor de R\$ 1,2 milhões que se refere a dividendos a pagar sobre o resultado de 1996, liquidados em 1997.

Adiantamentos de Clientes

A conta adiantamentos de clientes apresentou um crescimento de 27,7% de 1995 para 1996 motivado por pagamentos (sinal) efetuados por clientes no momento da elaboração do pedido de venda, e posteriormente uma redução de 5,0% de 1996 para 1997.

No ano de 1998, esta conta apresentou redução de 70,8% em relação ao ano de 1997 em função das entregas dos equipamentos dentro do exercício de 1998, o que provocou uma redução na conta "adiantamentos de clientes" e um aumento na conta "clientes nacionais" como já foi constatado anteriormente.

Outras Contas a Pagar

"Outras Contas a Pagar" apresentou uma redução de 20,2% do ano de 1995 para o ano de 1996, basicamente em função da regularização dos tributos em atraso referente ao exercício de 1995.

De 1996 para 1997, a Companhia apresentou um crescimento de 86,7%, percentual este equivalente a R\$ 3,5 milhões. Segue abaixo uma relação dos principais motivos deste crescimento:

- IRPJ e CSSL referente ao resultado de 1996 a ser pago em 1997 no valor de R\$ 797 mil;
- Dívidas com impostos absorvidos quando da compra do CEPEN no valor de R\$ 952 mil; e
- Dívida referente a aquisição do CEPEN no valor de R\$ 1,2 milhões.

Em 1998, a Companhia apresentou nesta conta uma redução de 2,2% em relação ao ano de 1997, percentual este equivalente a R\$ 162 mil.

Instituições Financeiras

O endividamento com instituições financeiras de longo prazo refere-se basicamente a linhas de financiamento para investimentos da Companhia.

Em 1996, esta conta apresentou um crescimento de 910,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido a operações de financiamento do programa de investimentos (FINEP) realizadas no final de 1996 e no início de 1997.

A baixa proporcional que vem ocorrendo em 1997 e 1998 refere-se a transferência do longo prazo para curto prazo deste tipo de endividamento, conforme legislação vigente.

Debêntures

Vide explicação de debêntures no passivo circulante.

Credores Diversos

A conta "Credores Diversos" apresentou uma redução de 5,1% em 1996 em relação a 1995. No ano de 1997, esta conta apresentou um crescimento de 15,9% na ordem de R\$ 357 mil em relação a 1996, motivado por dívidas com parcelamento de impostos assumidos quando da aquisição do CEPEN.

Em 1998, apresentou-se uma redução de 25,3%, ou seja, R\$ 659 mil em relação a 1997, motivado por dívidas transferidas para curto prazo em 1998, conforme legislação vigente.

Capital Social

O capital social da Companhia em 1996 aumentou R\$ 32,2 milhões em relação a 1995, motivado pelo aporte de capital no valor de R\$ 26,3 milhões, e pela incorporação da reserva de correção monetária no montante de R\$ 5,9 milhões.

No ano de 1997, ocorreu uma redução de 39,9% no capital social em relação a 1996, motivada pela absorção de prejuízos acumulados até 1996, no valor de R\$ 23,3 milhões.

Em 1998, o capital social manteve-se constante.

Reservas de Reavaliação

A conta "Reservas de Reavaliação" apresentou uma pequena variação da ordem de 1,6% entre 1995 e 1996 que se refere a correção monetária deste período.

Em 1997, esta conta apresentou uma redução em relação a 1996 na ordem de 5,5% motivada pela correspondente depreciação no ativo permanente.

No ano de 1998, apresentou uma redução em relação a 1997 na ordem de 4,8%, percentual este equivalente a R\$ 324 mil. Esta redução foi motivada pelos seguintes lançamentos:

Realização das Reservas de Reavaliação	R\$ - 417 mil
Reversão do IR sobre Reserva	R\$ + 93 mil

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Reservas de Lucro

As reservas de lucro apresentadas no ano de 1997 referem-se ao resultado gerado neste mesmo exercício.

O ano de 1998 apresentou uma redução em relação a 1997 de 88,2%, percentual este equivalente a R\$ 2,8 milhões, conforme demonstrativo abaixo:

Posição da Reserva de Lucros 1997	R\$ 3.122 mil
Realização das Reservas de Reavaliação	R\$ + 417 mil
Dividendos Distribuídos	R\$ - 944 mil
Resultado Consolidado do Exercício	R\$ - 2.228 mil
Posição da Reserva de Lucros 1998	R\$ 367 mil

Resultados Operacionais

Apresentamos abaixo a análise das Demonstrações dos Resultados do Grupo dos anos findos em 31 de dezembro de 1996, 1997, 1998 e do 1º trimestre do ano de 1999.

Receita Líquida

O Grupo apresentou em 1996 um aumento da receita líquida de 7,2% ou R\$ 5,5 milhões em relação a 1995, devido ao bom desempenho das vendas no segmento de instalações industriais e das exportações que cresceram respectivamente 22,9% e 29,9% comparado com o ano anterior.

Em 1997, o aumento de 30,4% ou R\$ 24,7 milhões na receita líquida tomando-se por base o ano de 1996, teve origem na recuperação da safra agrícola no mesmo período, que apresentou uma expansão de 13,0%, proporcionando ao Grupo Kepler Weber obter aumento das vendas de (i) 23,9% em armazenagem e (ii) 57,8% em instalações industriais.

Em 1998, o desempenho da safra agrícola se manteve favorável variando positivamente no percentual de 9,0% em relação a 1997. Este fato favoreceu o incremento das vendas neste período no segmento de armazenagem em 37,1% que, aliado a adição do negócio de sistemas em aço-inox ao Grupo (CEPEM), contribuiu para o aumento de 19,1% da receita líquida no período analisado.

A evolução da receita líquida do Grupo representou no período de 1995 a 1998, um crescimento médio nominal de 18,5%.

No primeiro trimestre de 1999, o Grupo Kepler Weber obteve uma receita líquida de R\$ 25,6 milhões. Comparada com igual período do ano anterior, o Grupo apresentou um crescimento de 8,3% ou R\$ 2,0 milhões, motivado pelo bom desempenho das vendas dos três primeiros meses do ano de 1999 (R\$ 23,1 milhões). A antecipação das vendas do mercado interno no segmento de armazenagem proporcionou um crescimento de 28,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando as vendas atingiram o valor de R\$ 18,0 milhões.

Custo dos Produtos Vendidos

O Custo dos Produtos Vendidos ("CPV") representou, no ano de 1996, 77,1% sobre a receita líquida, enquanto em igual período do ano anterior este percentual ficou em 79,0%. A redução do CPV foi provocada pela diminuição dos custos, principalmente de mão-de-obra no chão de fábrica, que proporcionou uma redução de 17,6% do quadro de lotação total do Grupo Kepler Weber comparado com o ano de 1995.

Em 1997, o CPV representou 74,5% das vendas líquidas do Grupo, significando uma redução de 2,6% em relação ao ano de 1996. Este decréscimo foi possível em função do crescimento da receita líquida de 30,4% no exercício, proporcionado pelo crescimento das vendas nos segmentos de (i) armazenagem (23,9%) e (ii) instalações industriais (57,8%) em relação a igual período do ano anterior. Outro fator decisivo para a queda do CPV no ano de 1997 foi a estratégia adotada de importação de 3.600 toneladas de aços planos, equivalente a 13,6% do consumo de aços do exercício, permitindo obter um preço médio inferior ao preço de aquisição no mercado interno.

O ano de 1998 apresentou um aumento no CPV de 5,6% em relação a 1997, alcançando neste período 80,1% sobre o total da sua receita líquida. O aumento nos custos foi devido as reduzidas margens praticadas no segmento de instalações industriais, nas vendas realizadas em 1997, cujo reflexo na receita foi sentido no exercício de 1998.

O CPV no primeiro trimestre de 1999 teve um excelente desempenho significando 76,1% da receita líquida e apresentando um decréscimo de 14,78% em relação ao primeiro trimestre de 1998 (89,3%). Esta queda foi obtida vez que: 1º) houve a recomposição dos preços praticados nas vendas a partir de setembro de 1998 cujo efeito econômico vem sendo refletido; 2º) diminuição dos custos de produção e de montagem.

Lucro Bruto

Como resultado das variações anteriormente descritas, as margens brutas nos anos de 1996 e 1997 foram crescentes, 22,9% e 25,5%, respectivamente, enquanto que em 1998 a margem bruta ficou em 19,9%.

Também em decorrência das variações acima relacionadas, as margens brutas no primeiro trimestre de 1999 tiveram uma importante melhora, representando 23,9% das vendas líquidas, enquanto que em igual período do ano anterior as margens significaram apenas 10,7% da receita líquida, importando em um crescimento de 142,1% em valores nominais.

Despesas com Vendas

Em 1996, as Despesas com Vendas representaram R\$ 8,9 milhões ou 11,0% da receita líquida, significando uma redução de 30,8% ou R\$ 4,0 milhões se comparado com o ano anterior quando as mesmas significaram R\$ 12,9 milhões ou 17,1% da receita líquida. Este decréscimo foi devido a redução das despesas com pessoal da área comercial que diminuiu 8,3%, e também com redução dos gastos gerais oriundos da redefinição de funções.

As Despesas de Vendas em 1997 somaram R\$ 11,1 milhões representando 10,5% das vendas líquidas. Tal fato significou uma queda de 0,5% se comparado com o ano anterior.

No ano de 1998, as Despesas com Vendas montaram a R\$ 12,6 milhões, significando 10,0% da receita líquida total do ano, mantendo-se no mesmo nível de 1997.

No primeiro trimestre de 1999, as Despesas com Vendas representaram R\$ 3,0 milhões enquanto que no primeiro trimestre de 1998 estas somaram R\$ 3,1 milhões, significando em valores relativos sobre a receita líquida 11,5% e 13,3%, respectivamente. A queda foi motivada por redução de despesas operacionais e ajustes efetuados junto à estrutura comercial.

Despesas Gerais e Administrativas

Nos três períodos analisados, as Despesas Gerais e Administrativas mantiveram-se em níveis constantes representando sobre as vendas líquidas 7,6%, 7,0% e 7,7% em 1996, 1997 e 1998, respectivamente.

O montante das Despesas Gerais e Administrativas dos meses de janeiro a março de 1999 representaram R\$ 2,2 milhões, enquanto que, em igual período do ano anterior, somaram R\$ 2,5 milhões, significando, respectivamente, 8,6% e 10,5% da receita líquida. O decréscimo é proveniente da redução de despesas com gastos de consultoria externa específica para tratar de recuperação de créditos extemporâneos e diminuição de despesas administrativas e financeiras.

Outras Receitas Operacionais

Em 1996, o item "Outras Receitas Operacionais" somou R\$ 900 mil, significando uma redução de 56,0% em relação ao ano anterior (R\$ 2,3 milhões) motivado pela inexistência de valores de FINSOCIAL e INSS lançados no exercício anterior. Tais valores foram obtidos através do êxito em demandas judiciais, sendo considerado tais valores inconstitucionais e, portanto, recuperados no exercício de 1995.

No ano de 1997, este item variou 54,7% em comparação a 1996 com os respectivos valores de R\$ 1,5 milhões e R\$ 900 mil. O aumento foi provocado pela recuperação da correção monetária sobre créditos extemporâneos de PIS cujos débitos foram efetuados antes do prazo de vencimento e julgados inconstitucionais.

"Outras Receitas Operacionais" em 1998 apresentou uma variação positiva de 400,0% comparada a igual período do ano anterior saltando de R\$ 1,5 milhões em 1997 para R\$ 7,6 milhões no ano de 1998. Esta variação foi basicamente em função da ativação dos efeitos de IRPJ sobre os prejuízos fiscais primordialmente de exercícios anteriores.

No primeiro trimestre de 1999, a conta "Outras Receitas Operacionais" teve uma redução drástica em relação ao mesmo período de 1998 decrescendo do montante de R\$ 342 mil para R\$ 12 mil. A diminuição foi motivada basicamente pela inexistência de créditos extemporâneos do PIS. Enquanto que em 1998 esta conta representou 1,50% sobre a receita líquida, no ano de 1999 esta mesma rubrica não exerceu influência sobre o resultado.

Outras Despesas Operacionais

Em 1996, a conta "Outras Despesas Operacionais" aumentou 141,1% em relação ao ano de 1995, passando de R\$ 274 mil para R\$ 658 mil. Este aumento foi provocado pela constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

No ano de 1997, "Outras Despesas Operacionais" somaram R\$ 293 mil que, comparado com o ano anterior (R\$ 658 mil), representou uma redução de 55,5%, queda esta motivada principalmente pelo provisionamento de perdas de clientes, especialmente da concessionária de veículos.

A Companhia apresentou neste item em 1998 o montante de R\$ 1,3 milhões, significando um aumento de 346,9% se comparado com o valor de R\$ 293 mil apresentado em 1997. Os principais motivos deste aumento foram o provisionamento de perdas nos estoques do CEPEM no valor de R\$ 548 mil e também multas e provisão constituídas para clientes de liquidação duvidosa.

No primeiro trimestre de 1999, a conta "Outras Despesas Operacionais" apresentou um crescimento discreto em valores nominais somando R\$ 220 mil, enquanto que no primeiro trimestre de 1998 a mesma conta registrou um montante de R\$ 153 mil, significando 0,9% e 0,6% sobre a receita líquida, respectivamente.

O aumento em 1999 de 43,8% sobre igual período de 1998, foi provocado pelo reconhecimento de perdas nos estoques do CEPEM, realizadas no decorrer do primeiro trimestre de 1999.

Resultado Operacional Antes das Despesas Financeiras

Em decorrência das variações acima comentadas, principalmente a significativa redução de Despesas com Vendas e a redução do CPV em 1995 de 79,0% para 77,1% em 1996, o Grupo apresentou em 1996 uma melhora no resultado de sua atividade passando de um prejuízo operacional de R\$ 797 mil em 1995 para um lucro operacional de R\$ 3,8 milhões no ano de 1996.

Em 1997, o Grupo apresentou um lucro operacional de R\$ 9,7 milhões, representando uma margem operacional de 9,2% da receita líquida, fato este que demonstra uma significativa melhora da sua performance comparando-se com o lucro de R\$ 3,8 milhões obtido no ano anterior.

A melhora significativa no resultado operacional deve-se principalmente a queda drástica na conta CPV em 2,6% em termos relativos. As "Despesas com Vendas" também afetaram positivamente o resultado da atividade melhorando ainda mais sua performance e contribuindo para o crescimento de 0,6% no lucro operacional.

No ano de 1998, o resultado operacional foi um lucro de R\$ 9,0 milhões, representando 7,1% da receita líquida. A redução da margem foi afetada negativamente:

- pela diminuição da margem bruta, proporcionalmente ao ano anterior, em R\$ 7,0 milhões, motivada pelas reduzidas margens praticadas nos segmentos de instalações industriais e aumento dos custos de produção pelo agravamento da sazonalidade no exercício de 1998;
- a provisão de R\$ 3,4 milhões constituída em dezembro de 1998 sobre o valor do ativo da Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL), registrado em junho de 1998.

O primeiro trimestre do ano de 1999, período em que o resultado da atividade do Grupo normalmente é afetado pela sazonalidade, apresentou um lucro operacional de R\$ 758 mil, alcançando 3,0% sobre as vendas líquidas. No mesmo trimestre do ano anterior, o resultado foi um prejuízo de R\$ 2,9 milhões impactando negativamente sobre a receita líquida em 12,2%. O excelente desempenho da margem bruta (de 10,7% no primeiro trimestre de 1998 para 23,9% em 1999) aliado a redução das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, favoreceu um crescimento de 15,2% no resultado operacional, no primeiro trimestre de 1999.

Despesas Financeiras Líquidas

As despesas financeiras líquidas do ano de 1996 representaram 12,9% ou R\$ 10,5 milhões sobre a receita líquida, significando uma queda relativa de 1,5% em relação ao ano de 1995. Esta redução decorreu da redução do endividamento a partir da conversão em ações de 25.000 debêntures, iniciada a partir do mês de junho e finalizada em setembro de 1996.

No ano de 1997, as despesas financeiras líquidas diminuíram totalizando R\$ 5,1 milhões ou 4,9% da receita líquida. A queda em relação ao ano de 1996 foi de R\$ 5,4 milhões ou 50,9% motivada pelo menor endividamento realizado no exercício de 1997, fruto da capitalização de R\$ 26,3 milhões ocorrida a partir do segundo trimestre de 1996.

Em 1998, as despesas financeiras líquidas cresceram para R\$ 11,2 milhões em relação ao ano de 1997, representando 8,9% da receita líquida. O aumento foi motivado:

- pelo agravamento do efeito da sazonalidade;
- maior nível de endividamento em função das reduzidas margens nas vendas no segmento de instalações industriais; e
- escassez de recursos para financiamento das exportações (ACCs) a partir de agosto de 1998 originada pela crise global que afetou o Brasil, tendo a Companhia que migrar para outras linhas dentro do mercado doméstico, arcando com maiores custos.

As despesas financeiras líquidas, no primeiro trimestre de 1999, cresceram R\$ 6,1 milhões, representando 24,10% das vendas líquidas. Comparando-se com as despesas financeiras líquidas do primeiro trimestre de 1998 que somaram R\$ 2,4 milhões significando 10,1% da receita líquida, verifica-se que nos três primeiros meses 1999 houve um aumento de 157,0%. O aumento das despesas financeiras é oriundo de maior endividamento em março de 1999 em relação a março de 1998 e ao impacto líquido da desvalorização do real no trimestre.

Outras Receitas não Operacionais

A conta "Outras Receitas não Operacionais", pouco significativa em termos da formação dos resultados nos anos de 1996 a 1998, somaram, respectivamente, R\$ 100 mil, R\$ 160 mil e R\$ 302 mil, motivadas por baixa de bens do ativo permanente.

No primeiro trimestre de 1999, "Outras Receitas não Operacionais" também não foram significativas somando R\$ 11 mil, não tendo impacto na formação do resultado do período de janeiro a março de 1999.

Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia, em função dos resultados fiscais apurados, constituiu provisão para Imposto de Renda a pagar nos exercícios de 1997 e 1998, respectivamente, de R\$ 586 mil e R\$ 215 mil e Contribuição Social sobre o Lucro nos valores respectivos de R\$ 209 mil e R\$ 97 mil.

No primeiro trimestre de 1999, a Companhia não apurou resultados fiscais positivos, portanto não constituiu provisão desta conta.

Resultado Líquido do Exercício

Em decorrência das variações acima ocorridas, acrescida de uma redução das despesas financeiras, o Grupo Kepler Weber apresentou uma melhora no seu resultado líquido, registrando prejuízo no exercício de 1996 no montante de R\$ 6,6 milhões, equivalente a 8,1% da receita líquida, e inferior em relação ao mesmo período anterior em R\$ 11,4 milhões.

No ano de 1997, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 3,9 milhões, que significou 3,6% da receita líquida, apresentando uma melhora importante se comparado com o ano de 1996, (prejuízo de R\$ 6,6 milhões). Contribuiu decisivamente na formação do resultado, além da redução do CPV (4%) e das despesas com vendas (5%), a redução das despesas financeiras em R\$ 5,3 milhões.

Em 1998, a Companhia obteve um prejuízo líquido no montante de R\$ 2,2 milhões, representando 1,8% da receita líquida, motivado pelo crescimento do CPV em 5,6% em relação ao ano anterior, (80,1% sobre a receita líquida), um aumento das despesas gerais e administrativas de 0,7% também em relação ao ano anterior, e um crescimento das despesas financeiras de R\$ 6,0 milhões que representou em valores nominais um acréscimo de R\$ 4,0 milhões.

Apesar da Companhia ter sido surpreendida também com a desvalorização do real, o seu resultado líquido no primeiro trimestre foi uma diminuição de 1,2% no resultado líquido negativo (prejuízo). Assim, foi constatada uma melhora em termos relativos, significando sobre a receita líquida, 21,1% (R\$ 5,4 milhões) no primeiro trimestre de 1999 contra 22,3% (R\$ 5,3 milhões) no primeiro trimestre de 1998.

Utilização dos Recursos

A Companhia, através do ingresso dos recursos da emissão das debêntures, tem como objetivo permitir novos investimentos e modificar o perfil do seu endividamento, permitindo sair de uma captação de recursos de curto prazo com custos incompatíveis para a sua realidade. Aos recursos será dada a seguinte destinação:

1. Amortizações

Commercial Paper	R\$ 16.760.797
Debêntures-2a emissão	R\$ 13.995.020
Capital de Giro	R\$ 18.647.803
Sub-Total	R\$ 49.403.620

2. Investimentos

Máquinas e Equipamentos	R\$ 5.730.000
Projeto Foco do Cliente	R\$ 566.380
Projeto Reposicionamento Estratégico	R\$ 600.000
Sub-Total	R\$ 6.896.380
Total Geral	R\$ 56.300.000

O programa de investimentos em máquinas e equipamentos no ano de 1999, previstos pela área de manufatura, será destinado à modernização de seu parque fabril, e para o programa de investimentos da área comercial, para informatização de sua equipe de vendas.

O Projeto "Foco do Cliente" consiste em aumentar a percepção do cliente sobre o valor dos sistemas integrados de engenharia que o Grupo oferece. Ou seja, conscientizar o mercado quanto ao fato de que os produtos e serviços oferecidos aumentam o valor agregado dos produtos finais que seus clientes produzem.

O "Projeto Reposicionamento Estratégico" tem como objetivo reposicionar a companhia e suas controladas no mercado quanto aos aspectos mercadológicos, de tecnologia, econômico-financeiro e organizacional.

Capacidade de Pagamento

A Companhia pretende com a emissão das debêntures promover a liquidação de todos os seus compromissos de curto prazo permitindo com isso obter um perfil adequado da estrutura de endividamento e com um nível de taxas compatíveis com a geração de caixa e resultado da Companhia.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Efeitos da Inflação

A inflação impacta os resultados da Companhia nos seguintes aspectos: (a) negativos: aumento dos preços das matérias primas e insumos; e (b) positivos: (i) aumento dos preços dos produtos vendidos pelo Grupo pelo repasse da inflação na lista de preços de seus produtos finais; e (ii) Impacto favorável para os produtores agrícolas, aumentando o poder de compra dos clientes do principal negócio do Grupo, armazenagem agrícola, na medida em que a taxa de inflação é menor que a variação cambial.

A inflação de modo geral não impacta os negócios da Companhia de maneira a afetar a rentabilidade do Grupo.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores mobiliários emitidos pela Companhia e que estão em circulação no mercado, até a presente data, são ações ordinárias e preferenciais nominativas, debêntures não conversíveis em ações da Companhia e Euro commercial paper.

Ações

Composição do Capital Social

Ações da Companhia

ESPÉCIE *	SUBSCRITAS		INTEGRALIZADAS	
	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Ordinárias	1.800.770	1.800.770,00	1.800.770	1.800.770,00
Preferenciais	2.214.039	2.214.039,00	2.214.039	2.214.039,00
TOTAL	4.014.809	4.014.809,00	4.014.809	4.014.809,00

* Ações sem valor nominal. Posição na data da AGE de 5 de abril de 1999

Capital Social da Companhia

VALOR

R\$ 35.104.850,08 (trinta e cinco milhões, cento e quatro mil oitocentos e cinquenta reais e oito centavos).

A Companhia está autorizada a negociar seus valores mobiliários nas bolsas de valores de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Kepler Weber S/A - Ações Preferenciais - Cotações Unitárias em R\$ (Reais)

MÊS	ABERTURA	MÍNIMO	MÁXIMO
Janeiro/1998	4,06	3,78	4,12
Fevereiro/1998	3,75	3,59	3,86
Março/1998	3,94	3,68	4,22
Abril/1998	4,04	4,04	4,80
Maió/1998	4,20	2,99	4,20
Junho/1998	3,00	2,85	3,13
Julho/1998	3,00	3,00	3,20
Agosto/1998	2,92	2,70	3,49
Setembro/1998	2,72	2,30	2,99
Outubro/1998	2,10	2,00	2,68
Novembro/1998	2,00	2,00	2,00
Dezembro/1998	-	-	-
Janeiro/1999	1,90	1,89	2,00
Fevereiro/1999	1,85	1,75	1,99
Março/1999	1,99	1,90	2,10
Abril/1999	2,08	1,40	2,09

Kepler Weber S/A - Ações Ordinárias – Sem negociação nos últimos meses.

Debêntures não Conversíveis em Ações

Atualmente a Companhia possui 9.660 debêntures da 2ª emissão em circulação no mercado. Essas debêntures vencem em abril do ano 2000, têm pagamento de juros remuneratórios no dia 1º de maio, equivalentes à taxa ANBID + 1,3% a.a. A Companhia possui 3.340 dessas debêntures em tesouraria.

As debêntures foram repactuadas em 01.05.99 (Vide "Ata da Reunião do Conselho de Administração de 24.03.99") quando adquiriu 1.000 debêntures de debenturistas que manifestaram sua opção de não repactuação, mantendo-as em tesouraria. Os demais debenturistas aceitaram os termos da repactuação e a utilização dos recursos da presente emissão para resgate das debêntures pela Emissora.

Euro Commercial Paper

A subsidiária GKS emitiu Euro commercial paper no montante de US\$ 10,0 milhões, com prazo de 1 ano, vencível no mês de junho de 1999, com taxa efetiva de 13,77% ao ano.

A Companhia não tem planos no curto prazo de realizar nova emissão de valores mobiliários.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

PENDÊNCIAS JUDICIAIS

Administrativas

A Companhia tem poucas disputas com autoridades fiscais brasileiras. Os processos administrativos são de pequeno relevo econômico, e somados não ultrapassam o valor de R\$ 80,0 mil. A controlada KWI está envolvida no processo administrativo, que, por ser de maior relevância, encontra-se abaixo descrito:

Trata-se de processo administrativo instaurado pelo INSS, onde este defende a existência de responsabilidade solidária entre KWI e empresas de prestação de serviços de montagem, por entender que contratações realizadas pela KWI junto a estas empresas caracterizariam cessão de mão-de-obra. A notificação fiscal de lançamento de débito lavrada em 1998 foi impugnada e aguarda julgamento em primeira instância administrativa. Caso a decisão seja desfavorável a KWI, poderá esta apresentar recurso administrativo ou ainda acionar o judiciário. A KWI já obteve decisão administrativa definitiva favorável, em junho de 1998, em igual demanda movida pelo INSS. Com este precedente, as perspectivas de perda são remotas. O valor da causa é de R\$ 1,4 milhão.

Ações Judiciais

Cível

Dois são os processos mais relevantes contestados judicialmente pela Companhia, e, tidos pelos seus advogados e pela auditoria externa como de perda remota, de acordo com a fase em que se encontram, motivo pelo qual inexistem provisão contábil:

- A Companhia firmou em 1982 contratos de exportação com uma empresa que veio posteriormente a falir. Referida massa falida objetiva desconstituir os contratos de exportação, alegando que os recursos já foram recebidos pela Companhia por conta de uma carta de crédito emitida pela instituição financeira garantidora. Este contrato já foi objeto de decisão judicial definitiva favorável à Companhia quando julgada a habilitação de crédito, tendo a Companhia provado que não recebeu os valores, pois este somente seria devido quando do embarque dos equipamentos, algo que não ocorreu. A ação aguarda produção de provas por parte da massa falida. Segundo o parecer dos advogados da Companhia as perspectivas de perda nesta demanda são remotas. O valor da causa é de R\$ 3,3 milhões;
- Indenização por lucros cessantes e danos emergentes decorrentes de problemas estruturais em prédio de cliente. Pretendida a solidariedade da Companhia e do engenheiro civil contratado pelo cliente para entregar o local apto a receber silos produzidos pela Companhia. A Companhia foi citada em setembro de 1998, e apresentou exceção de incompetência que aguarda decisão. Segundo o parecer dos advogados da Companhia as perspectivas de perda nesta demanda são remotas. O valor da causa é de R\$ 6,1 milhões;

A controlada KWI contesta judicialmente apenas a seguinte demanda de maior relevo:

- A KWI, após vencer licitação pública, entregou equipamentos para determinada sociedade de economia mista que deixou de efetuar o pagamento. Referida sociedade, após emitir escritura de confissão de dívida em favor da Companhia, pleiteia a sua nulidade, arguindo que os equipamentos não lhe foram entregues. A sentença julgou a ação improcedente. Em recurso interposto pela sociedade, o Tribunal entendeu ter havido cerceamento de defesa desta. A KWI interpôs recurso perante o Superior Tribunal de Justiça que deverá ser julgado ainda este ano. Segundo o parecer dos advogados da Companhia as perspectivas de perda nesta demanda são remotas. O valor da causa é de R\$ 3,5 milhões.

Reclamações Trabalhistas

Até 1997, a contratação de mão de obra adicional para os períodos de safra era toda realizada através de terceirização pela controlada KWI. Por força da relação de solidariedade existente entre a controlada KWI e a empresa contratada para terceirizar este tipo de serviço, sofreu a controlada KWI um maior número de reclamações trabalhistas (89 ao todo).

Após 1997, a política de recursos humanos foi reestruturada (Vide "Recursos Humanos - Passivo Trabalhista") e a prática de terceirização para os casos de demanda de empregados nas épocas de safra deixou de ser utilizada, intensificando-se a utilização do Contrato de Trabalho Temporário. Hoje, a controlada KWI discute judicialmente 102 reclamações trabalhistas, que correspondem a um passivo total no montante de R\$ 1,0 milhão. Há provisionamento para estas contingências, sendo que até o mês de abril de 1999 houve apenas dispêndio de R\$ 31,0 mil para pagamento de condenações na Justiça do Trabalho.

Provisionamento

Para atender às contingências judiciais a Companhia e cada uma das controladas realizam anualmente provisionamento.

Provisão no Balanço de 31.12.1998 (consolidado)

HISTÓRICO	VALOR
Processos Trabalhistas	R\$ 305.282,00
Processo Rescisão de Contrato	R\$ 155.000,00
Processo Acidente de Trabalho	R\$ 55.000,00
Processo FGTS	R\$ 30.000,00
Processo ICMS	R\$ 5.000,00
Total	R\$ 550.782,00



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

PARTES RELACIONADAS

Operações de Mútuo

Existem operações de mútuo efetuadas pela Companhia com as suas controladas KWI e CEPEM e uma operação da GKS para a Companhia.

KWI

A Companhia mantém contrato de conta corrente com a KWI, através do qual são reguladas as relações comerciais entre as duas sociedades. Este contrato possui valor limite de R\$ 20,0 milhões.

Respalhada por este contrato, a Companhia realiza mútuos para a KWI. Parte desses mútuos tem finalidade exclusivamente financeira e parte tem a finalidade de financiar a produção de equipamentos comprados pela Emissora, e que serão objeto de exportação por esta. Em tal caso, o valor do mútuo equivale ao preço dos equipamentos.

Os mútuos pagam juros equivalentes à média do custo de captação da Companhia no mercado financeiro.

Paralelamente, a KWI fornece equipamentos à Companhia, que os exporta, ficando a KWI credora do preço. Tal crédito é compensado contra o crédito da Companhia decorrente dos mútuos, nos termos do contrato de conta corrente.

O saldo desta conta corrente no dia 31.03.1999 era credor contra a KWI no valor de R\$ 14,787 milhões, sendo que deste montante R\$ 4,5 milhões são decorrentes de ACCs obtidos pela Companhia.

A partir desse ano, a intenção da Companhia é abandonar essa política de mútuos, passando a relacionar-se com a KWI nas mesmas condições jurídicas que tem com os demais fornecedores. Isto é, quando encomendar equipamentos para exportação, os recursos obtidos pela Companhia serão repassados a título de "adiantamento a fornecedor".

CEPEM

Quanto ao mútuo realizado com o CEPPEM, este foi feito para reforçar o seu capital de giro. Este mútuo tem o valor de R\$ 5,1 milhões.

GKS

O mútuo realizado pela GKS para a Companhia no montante de US\$ 10,0 milhões, com prazo de 1 ano, vencível no mês de junho de 1999 e com taxa efetiva de 13,77% ao ano é decorrente da captação dos Euro commercial papers no exterior (Vide "Valores Mobiliários - Euro comercial paper").

Frise-se que em todas as operações de mútuo realizadas entre as empresas vigoram as taxas praticadas no mercado.

Aluguel

A Companhia é a proprietária de todo o patrimônio imobiliário do Grupo, à exceção do prédio onde funciona a controlada CEPPEM. Os prédios localizados em Panambi, onde a KWI tem sua sede social e exerce as atividades industriais, lhe são alugados ao preço de mercado, sendo que hoje o valor da locação é de R\$ 179 mil.



ATAS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA: 17.02.1997, às 14:00 horas; LOCAL: Sede social, Av. Andaraí 566, Porto Alegre, RS; CONVOCAÇÃO: conforme correspondência expedida em 07.02.1997; PRESENCAS: Membros do Conselho de Administração que representam quorum mínimo exigido para a realização das reuniões do Órgão; PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS: Sr. Othon d'Eça Cals de Abreu. ORDEM DO DIA: Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, auditadas, do exercício social encerrado em 31.12.96; Desligamento do Diretor Presidente e de Relações com o Mercado e eleição da Diretoria; Outros assuntos relacionados com os itens anteriores, e de interesse. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente do Conselho verificando a presença da totalidade dos membros, promoveu na instalação da Reunião. Presentes também como convidados, a Diretoria da Sociedade, e os representantes da Auditoria Independente Coopers & Lybrand Biedermann Bordash Auditores e Consultores, Srs. Jairo Coelho da Silva, e Sérgio Fioravante, responsáveis pelos trabalhos de auditoria do Grupo. A seguir, passou a palavra ao Diretor Presidente Arlindo de Azevedo Moura, e ao Diretor Vice Presidente Paulo Iserhard, para uma exposição sobre as Demonstrações Financeiras. Realizada a leitura dos documentos que integram o caderno das Demonstrações Financeiras da Sociedade, e mais o consolidado do Grupo, o Parecer dos Auditores Independentes, o Relatório da Administração, as Notas Explicativas, debatidos e examinados, foram colocados em votação. DELIBERAÇÃO: aprovados pela unanimidade dos votantes presentes, a integralidade dos documentos, aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.96, sem ressalvas. Passando a apreciar o segundo item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente expôs aos presentes os motivos para o desligamento do Senhor Arlindo de Azevedo Moura, matéria que já vem sendo objeto de apreciação pelo Conselho, e que por ora se realiza. Sugeriu o Sr. Presidente que o Conselho desligasse toda a Diretoria, para compor nova nominata, todos com o mesmo mandato, resultando as seguintes deliberações, todas por unanimidade: a) o desligamento do Senhor Arlindo de Azevedo Moura dos cargos de Diretor Presidente e Diretor de Relações com o Mercado, ficando registrado um voto de louvor e agradecimento pela sua dedicação e relevantes serviços prestados ao Grupo Kepler Weber ao longo de 16 anos de trabalhos. b) o desligamento do Senhor Paulo Iserhard do cargo de Diretor Vice Presidente; c) a eleição, para compor a Diretoria da Sociedade, para um mandato de três anos, a partir de 17.02.97 com a assinatura do Termo de Posse no Livro próprio da Sociedade: -Paulo Iserhard, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado em Panambi, RS, na rua Carlos Von Koseritz, 165, CIC 184.832.910-53, CI SSP RS 9007541734 para o cargo de Diretor Presidente. -Celso Emílio Zenker, brasileiro, casado, contador CRC-RS 36.939, residente e domiciliado em Pelotas, RS, na rua Orlando Brizolara Azevedo, 509, CIC 239.025.230-34, CI SSP RS 1005051949 para o cargo de Diretor de Relações com o Mercado. Caberá ao Diretor de Relações com o Mercado ora eleito, nos termos do Estatuto Social, substituir o Diretor Presidente nos seus impedimentos temporários. d) - aprovar a remuneração anual global de R\$ 320 mil ano para a Diretoria, ad referendum da Assembléia Geral. Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, e achada conforme, vindo assinada pelos Conselheiros presentes. Othon d'Eça Cals de Abreu - Presidente; Antônio Carlos Saraiva de Paiva - Vice Presidente; Roberto Ricardo Barbosa Machado; Simão Guilhem Guilhem.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

capital autorizado: R\$ 181.818.181,80

capital realizado: R\$ 35.104.850,08

DATA/HORA: 05 de abril de 1999, às 14:00 horas. LOCAL: Sede social, Av. Andaraí, 566, Porto Alegre, RS. CONVOCAÇÕES: Publicadas nos jornais Zero Hora, A Folha de São Paulo, e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, edições dos dias 26, 29 e 30 de março de 1999. ORDEM DO DIA: a) Emissão, para subscrição pública, de 5.630 debêntures nominativas, tipo simples, da espécie subordinada, no montante total de R\$ 56.300.000,00 (cinquenta e seis milhões e trezentos mil reais). Será a quarta emissão de debêntures pela Companhia. PRESENCAS: Verificado pelo Sr. Othon d'Eça Cals de Abreu, Presidente do Conselho de Administração, o quorum de 99,87% das ações ordinárias da sociedade, conforme assinaturas no Livro de Presenças de Acionistas, foi instalada a Assembléia. MESA: Eleitos Sr. Othon d'Eça Cals de Abreu para Presidente e Dr. Ricardo Valmor M. Boettcher para Secretário. Aprovado pela unanimidade que a presente ata fosse registrada e lavrada de forma sumária. Com a palavra o Sr. Presidente, passou à apreciação do único item da Ordem do Dia. Com a palavra o Sr. Secretário, promoveu a leitura da PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, datada de 24.03.99, aprovada pelo Conselho de Administração. Após debatida a matéria e feitas as anotações, passou-se para a deliberação. Aprovado pela unanimidade a emissão de 5.630 debêntures simples, em série única, sem emissão de cautelas, nominativas, da espécie subordinada, no montante total de R\$ 56.300.000,00, com as seguintes demais características: 1. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO – Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição pública das debêntures, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1.980, não sendo utilizada a sistemática de reserva antecipada, inexistindo lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes da(s) instituição(ões) coordenadora(s) da distribuição que desejarem efetuar investimentos na Emissora; 2. DATA DE EMISSÃO E VENCIMENTO - A data da emissão será o dia 17 de maio de 1999, com data de vencimento em 15 de setembro de 2006. 3. VALOR NOMINAL E VALOR DE EMISSÃO - As debêntures terão o valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na data da emissão, perfazendo um total para a emissão de R\$56.300.000,00 (cinquenta e seis milhões trezentos mil reais), na data da emissão. As debêntures terão o seu valor nominal mantido sem atualização monetária. 4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E SÉRIE DE EMISSÃO - Serão emitidas 5.630 (cinco mil seiscentos e trinta) debêntures simples, em única série. 5. FORMA E ESPÉCIE - As debêntures serão nominativas, sem emissão de cautelas, da espécie subordinada. 6. NEGOCIAÇÃO - As debêntures serão registradas e negociadas junto ao SND Sistema Nacional de Debêntures administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. 7. PREÇO DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO - O preço de subscrição das debêntures será o correspondente ao valor nominal das debêntures, acrescido da remuneração calculada de acordo com o item "8", adiante, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, calculados "pro rata temporis", se necessário. Todas as debêntures desta emissão serão integralizadas à vista, em dinheiro, na data da subscrição. 8. REMUNERAÇÃO - Serão conferidos às debêntures, anualmente, sempre no dia 15 de setembro de cada ano, a partir da data de emissão, juros remuneratórios calculados sobre o valor nominal, correspondentes a aplicação do fator acumulado das taxas ANBID, ou seja, das taxas dos depósitos bancários à prazo de maior volume de negociação entre os tipos pré ou pós-fixada à época da sua apuração, informada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento - ANBID, acrescidos de uma taxa de risco (spread) de 1,0% (um por cento) ao ano (base anual de 360 dias), sempre calculados exponencial e cumulativamente por dias decorridos, de acordo com a fórmula a seguir, sendo seu pagamento devido ao final de cada "período de capitalização" definido no item "9" seguinte.

$VR = VN \times \{ [Fn \times (1,01)^{D/360}] - 1 \}$, onde:

VR = valor da remuneração das debêntures expresso em moeda corrente, a ser pago, anualmente, ao final de cada período de capitalização; D = número de dias corridos entre a data de emissão, ou data de vencimento do último período de capitalização, conforme o caso, até a data de pagamento da remuneração; Fn = fator acumulado no período de capitalização, resultante da aplicação das taxas e respectivos indexadores (se pós-fixadas) dos sub-períodos, divulgadas pela ANBID conforme definido no item 8, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$Fn = (T1 \times T2 \times \dots \times Tn)$, onde:

$Tn = [(1 + Taxa/100)^{dus/dut}]^{dus/dut}$

Taxa = taxa divulgada pela ANBID, do início do sub-período, na forma percentual, ao ano; d = prazo da taxa divulgada pela ANBID; dus = número de dias úteis do sub-período em curso; dut = número de dias úteis compreendido no prazo da taxa divulgada pela ANBID; VN = valor nominal não amortizado das debêntures. 8.1. O primeiro vencimento dos juros remuneratórios ocorrerá em 15 de setembro de 2000. O último vencimento ocorrerá em 15 de setembro de 2006, data de vencimento das debêntures. 8.2. Entende-se como sub-períodos, os prazos definidos para a taxa ANBID de maior volume de negociação divulgada pela ANBID, apuradas no início de cada sub-período, cujo somatório dos referidos prazos cobrirá todo o período de capitalização. Assim: a) o primeiro sub-período inicia-se na data de emissão das debêntures e termina no último dia do prazo definido para a taxa ANBID mais negociada, apurada na data de emissão; b) o segundo sub-período inicia-se na data de encerramento do primeiro sub-período descrito na alínea "a" retro, e termina no último dia do prazo definido para a taxa ANBID mais negociada nesta data de encerramento e, assim, sucessivamente, com os demais sub-períodos; 8.3. Aplicar-se-á a taxa ANBID calculada "pro rata temporis" por dias úteis nos casos onde seu prazo de remuneração não coincida com a data de qualquer dos pagamentos efetuados pela Emissora. 8.4. Na falta de divulgação da taxa ANBID para uma determinada data, adotar-se-á a taxa efetiva resultante da taxa "over" média das taxas ANBID do dia imediatamente anterior e do dia imediatamente posterior ao referido dia. a) Caso o vencimento deste prazo não coincida com um dia útil, prorrogar-se-á o mesmo até o primeiro dia útil subsequente, considerando-se, para todos fins e efeitos, esta data como a data de encerramento deste sub-período e início do próximo sub-período; b) Na apuração do valor de quaisquer obrigações a serem liquidadas em datas para as quais não se conheça a taxa ANBID, por esta ainda não ter sido divulgada, será aplicada a taxa ANBID utilizada no período anterior, calculada exponencialmente por dias úteis, a partir do vencimento do período de incidência anterior, não sendo devidas quaisquer compensações, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da taxa ANBID. 8.5. Na falta de divulgação da taxa ANBID relativa a qualquer dos dois dias indicados na alínea "8.4" retro, ou, caso não haja apuração e/ou divulgação da taxa ANBID por período superior a 5 (cinco) dias úteis consecutivos, ou, ainda, se, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, se alterem substancialmente os critérios de sua aplicação ou se a taxa ANBID não possa vir a ser utilizada pela EMISSORA como remuneração das debêntures, a Emissora e o Agente Fiduciário definirão, no prazo máximo de 30 (trinta dias) contados da ocorrência do evento, mediante deliberação dos debenturistas em Assembléia Geral convocada e realizada especialmente para esse fim, qual será o novo parâmetro aplicável para apuração da base de remuneração das debêntures desta emissão. 8.6. A Emissora pagará "pro rata temporis" a remuneração devida até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa, resgate e vencimento antecipados. 9. REACTUAÇÃO - Caberá ao Conselho de Administração da Emissora deliberar sobre as condições da repactuação das debêntures, aprovando o novo prazo de duração - "período de capitalização" - e as condições da remuneração, taxa de juros a ser paga, bem como a época de seu pagamento. Define-se como "período de capitalização" aquele em que a taxa de juros e as demais condições da remuneração permanecem inalteradas. As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

repactuação serão comunicadas pela Emissora, por intermédio de publicação, no décimo dia útil anterior ao do encerramento de cada período de incidência de remuneração, informando: a) o prazo do próximo “período de capitalização”; b) a taxa e condições da remuneração, se for o caso. 9.1. Os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação do “Aviso aos Debenturistas” para manifestar, por escrito, perante a CETIP, ou à Emissora (na sua sede ou em local por ela indicado), na hipótese do debenturista não estar vinculado ao sistema, a sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à Emissora. 9.2. A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures nas datas de encerramento de cada “período de capitalização”, dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração, pelo valor nominal da debênture, computadas as amortizações ocorridas, quando for o caso, acrescido da remuneração decorrida. 9.3. As debêntures adquiridas pela Emissora, em decorrência do exercício da opção de venda do debenturista, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. 9.4. Fica desde já definido que o primeiro “período de capitalização” das debêntures terá início na data de emissão das debêntures e vencimento em 15 de setembro de 2.000, data da próxima repactuação, estabelecendo-se, ainda, que os demais períodos de capitalização serão anuais. 10. JUROS MORATÓRIOS - A remuneração será elevada em hum por cento a cada período de 30 dias, “pro rata temporis” se necessário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da Emissora no pagamento dos juros, parcelas de amortização, ou do principal não amortizado das debêntures, nas épocas em que forem devidos, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida, até a data da regularização dessa obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures. AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS - As debêntures desta emissão terão o seu valor nominal amortizado em seis parcelas, da seguinte forma:

Data	parcela de amortização do valor nominal	Valor de amortização do valor nominal de emissão - R\$
15 de setembro de 2001	10%	1.000,00
15 de setembro de 2002	15%	1.500,00
15 de setembro de 2003	15%	1.500,00
15 de setembro de 2004	20%	2.000,00
15 de setembro de 2005	20%	2.000,00
15 de setembro de 2006	20%	2.000,00

12. PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES - O valor da remuneração, calculado na forma do item “8” acima, será pago anualmente nas datas de encerramento dos períodos de capitalização, sendo que o primeiro pagamento dar-se-á em 15 de setembro de 2.000 e o último, juntamente com o principal não amortizado, em 15 de setembro de 2.006, ocasião do vencimento das debêntures. 13. LOCAL DE PAGAMENTO - Os pagamentos referentes ao principal e aos juros remuneratórios a que fazem jus as debêntures desta emissão serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou em instituição financeira contratada para tal fim, ou, ainda, na sede da Emissora, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema. 14. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA - Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser publicados, na forma de Aviso aos Debenturistas, no jornal Folha de São Paulo, nacional, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento. 15. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS - Considerar-se-ão prorrogados os prazos referidos nesta, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de cumprimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. 16. RESGATE ANTECIPADO - A Emissora se reserva no direito de, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das debêntures em circulação. No caso de resgate parcial, obedecerá a sorteio. 17. AQUISIÇÃO FACULTATIVA - A Emissora poderá, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, deduzido das amortizações ocorridas, acrescido de juros a que fizerem jus, calculados pro rata tempore, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei 6404/76. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. 18. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS - O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de atualização monetária e rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do vencimento. 19. VENCIMENTO ANTECIPADO - O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor nominal, deduzidas as amortizações ocorridas, e acrescido dos juros devidos, na ocorrência dos seguintes eventos: a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora; b) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora; c) liquidação ou decretação de falência da Emissora; d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, não sanada em trinta dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for dado pelo agente fiduciário; e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora, previstas na escritura de emissão. Aprovado, por unanimidade, que caberá ao Conselho de Administração da Emissora os poderes para a deliberação sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15/12/76, em relação às debêntures aprovadas emitir nesta Assembléia. Aprovado por unanimidade a autorização à Diretoria da Sociedade para contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para promover a coordenação, a colocação, escolher e nomear o agente fiduciário, o Banco mandatário, estabelecendo a respectiva remuneração, adotando ainda as demais providências legais e outras necessárias que se fizerem para efetivação da emissão de debêntures aprovadas nesta Assembléia. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente que após lida e achada conforme, vai assinada pelos acionistas presentes, encerrando-se os trabalhos. ASSINATURAS MESA: Othon d’Eça Cals de Abreu – Presidente; Ricardo V. M. Boettcher - Secretário; ASSINATURAS ACIONISTAS: PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil por procuração José Gustavo Souza Miranda; AERUS - Instituto Aerus de Seguridade Social por procuração Laís Feio Rothier; SERPROS - Instituto Serpro de Seguridade Social, por seu procurador Fernando Pereira da Fonseca; BB INVESTIMENTOS S/A, por procuração José Luiz de Moura Filho e José Gustavo Souza Miranda; BB DTVM - Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, por procuração José Luiz de Moura Filho e José Gustavo Souza Miranda; BB FIF LEVERAGE por seu Administrador BB DTVM, representada por procuração José Luiz de Moura Filho e José Gustavo Souza Miranda; Othon d’Eça Cals de Abreu; Simão Guilhem Guilhem,; Fernando Pereira da Fonseca. Porto Alegre, 5 de abril de 1999. Declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da sociedade, vindo assinada pelos acionistas presentes. Othon d’Eça Cals de Abreu - Presidente.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

capital autorizado: R\$ 181.818.181,80

capital realizado: R\$ 32.098.098,45

DATA/HORA: 15 de abril de 1997, às 14 horas. LOCAL: Sede social, Av. Andaraí, 566, Porto Alegre, RS; CONVOCAÇÕES: Publicadas nos jornais Zero Hora, A Folha de São Paulo, e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, edições dos dias 04/04, 07/04 e 08/04 de 1997. ORDEM DO DIA: EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - a) alteração do "caput" do artigo quinto do Estatuto Social, em decorrência da conversão da totalidade da terceira emissão de debêntures conversíveis (primeira e segunda séries) autorizada emitir pela Assembléia Geral Extraordinária de 13.03.96, conversões que importam no aumento do valor do capital social em R\$ 26.306.426,90 e emissão de 1.387.500 ações preferenciais e 1.387.500 ações ordinárias, passando o capital social a ser de R\$ 58.404.525,35 dividido em 2.214.039 ações preferenciais e 1.800.770 ações ordinárias; b) apreciação da proposição do Conselho de Administração, para revisão geral das disposições estatutárias, com exceção do artigo que trata do objeto social, e a consequente consolidação do Estatuto Social; EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - a) apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31.12.1996; b) apreciação da verba global da remuneração da Administração para o período de até a próxima Assembléia Geral Ordinária; c) modificado o Estatuto no que se refere à Administração, promover na eleição dos Suplentes do Presidente e do Vice Presidente do Conselho de Administração; PRESENCAS: 99,87% das ações ordinárias da companhia conforme assinaturas no Livro de Presenças de Acionistas, foi instalada a Assembléia. Presente também o Sr. Roberto Wagner Promenzio, CRC-SP 88438-S-RS, Diretor, representando a Coopers & Lybrand, Biedermann, Bordsch Auditores Independentes, CRC-SP 8.599-S-RS, todos os membros titulares do Conselho de Administração e ainda a Diretoria da companhia. MESA: Eleitos Sr. Othon D'Eça Cals de Abreu para Presidente e Sr. Ricardo Valmor M. Boettcher para Secretário. Aprovado pela unanimidade que a presente ata fosse registrada e lavrada de forma sumária. O Presidente encaminhou à apreciação o primeiro item da Ordem do Dia da Assembléia Geral Extraordinária, justificando que se trata de alteração estatutária, do valor do capital social, aumentado durante o ano de 1996, nos volumes indicados na Convocação, mediante conversões de debêntures conversíveis autorizadas emitir pela AGE de 13.03.96, conversões estas registradas na sociedade, e societariamente documentadas por atas de reunião de Diretoria realizadas por ocasião das conversões. DELIBERAÇÃO EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, por unanimidade: APROVADO a alteração do valor do capital social e as quantidades de ações de emissão da sociedade, aumentado o capital no montante de R\$ 26.306.426,90 com a emissão de 1.387.500 ações ordinárias e 1.387.500 ações preferenciais, passando o capital social de R\$ 32.098.098,45 para R\$ 58.404.525,35 representado por 2.214.039 ações preferenciais e 1.800.770 ações ordinárias, com a alteração do "caput" do artigo quinto do Estatuto Social; APROVADO a nova redação do "caput" do artigo quinto do Estatuto Social como segue: Artigo Quinto: O capital social é de R\$ 58.404.525,35 (cincoenta e oito milhões quatrocentos e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais trinta e cinco centavos) dividido em 4.014.809 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.800.770 ações ordinárias e 2.214.039 ações preferenciais. Apreciada a proposição do Conselho de Administração, de alteração de alguns dispositivos estatutários, adequando o Estatuto à nova fase societária experimentada pela Companhia. Realizada a leitura da correspondência do Sr. Presidente do Conselho de Administração, submetendo a redação das novas disposições à Assembléia Geral. Promovidos os debates justificadores das alterações, colhidas as proposições dos acionistas, colocadas em votação separadamente, ninguém mais pretendendo fazer uso da palavra, passou-se à deliberação: DELIBERAÇÃO EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, por unanimidade: APROVADO as alterações estatutárias, passando o Estatuto Social a ter a redação consolidada na forma do Anexo da presente, e que será objeto de publicação juntamente com esta Assembléia. Superada a Ordem do Dia da Assembléia Geral Extraordinária, passou-se imediatamente a apreciar os assuntos da Ordem do Dia da Assembléia Geral Ordinária, submetendo o Sr. Presidente aos acionistas as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, e Relatório da Administração relativos ao exercício encerrado em 31.12.96, conforme publicação na íntegra nos jornais Diário Oficial do Estado do RGS e Zero Hora e de forma condensada no Jornal A Folha de São Paulo, todos edição do dia 07.03.97. Informado que o Conselho de Administração apreciou a matéria em reunião do dia 17.02.97, aprovando-a sem ressalvas, por unanimidade. Dispensada pela unanimidade a leitura dos documentos, debatida a matéria, respondidos os questionamentos dos acionistas, foi a matéria colocada em votação. DELIBERAÇÃO EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, por unanimidade: APROVADO na íntegra as Demonstrações Financeiras da companhia e o Relatório da Administração relativos ao exercício encerrado em 31.12.96; Seguindo a Ordem do Dia, o Sr. Presidente colocou em votação a verba global de remuneração da Administração da Sociedade para o período de até a próxima AGO. Passou-se à deliberação: DELIBERAÇÃO EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, por unanimidade: APROVADO a verba global de remuneração da Administração, no valor de R\$ quatrocentos e sessenta e oito mil reais para o período de até a próxima AGO. A verba será distribuída pelo Conselho de Administração. Passando para o último item da Ordem do Dia da Assembléia Geral Ordinária, expôs o Sr. Presidente que em face da aprovação da alteração do artigo 10 do Estatuto Social pela AGE antes realizada, passariam a deliberar a eleição dos Membros Suplentes do Presidente e do Vice Presidente do Conselho de Administração. Não houve solicitação de adoção de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. Após debates, passou-se a deliberação: DELIBERAÇÃO EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, por unanimidade: A eleição do suplente do Presidente e suplente do Vice Presidente do Conselho de Administração será realizada pela próxima Assembléia Geral da Companhia. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente que após lida e achada conforme, vai assinada pelos acionistas presentes, encerrando-se os trabalhos. Porto Alegre, 15 de abril de 1997. ASSINATURAS: Othon D'Eça Cals de Abreu - Presidente; Ricardo Valmor M. Boettcher - Secretário; PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - p.p. Carlos Roberto Kirchof; Aerus - Instituto Aerus de Seguridade Social por seu Presidente Álvaro Vaz da Silva; Serpros - Instituto Serpro de Seguridade Social - p.p. Jorge Costa Pondé; BB DTVM S/A - Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - p.p. Carlos Roberto Kirchof; BB INVESTIMENTOS S/A - p.p. Carlos Roberto Kirchof; BB FIF LEVERAGE por seu Administrador BB DTVM - p.p. Carlos Roberto Kirchof.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

capital autorizado: R\$ 181.818.181,80

capital realizado: R\$ 58.404.525,35

DATA/HORA: 22 de dezembro de 1997, às 14 horas. LOCAL: Sede social, Av. Andaraí, 566, Porto Alegre, RS; CONVOCAÇÕES: Publicadas nos jornais A Folha de São Paulo, e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, edições dos dias 11/12, 17/12 e 19/12 de 1997 e Zero Hora, edições dos dias 12/12, 17/12 e 19/12 de 1997. ORDEM DO DIA: 1) Eliminação dos prejuízos acumulados mediante redução do capital social, com base no Balanço levantado em 31.12.96 e aprovado pela AGOE de 15.04.97 com a consequente alteração do artigo quinto do Estatuto Social. PRESENCAS: 99,87% das ações ordinárias da companhia conforme assinaturas no Livro de Presenças de Acionistas, foi instalada a Assembléia. MESA: Eleitos Sr. Othon D'Eça Cals de Abreu para Presidente e Sr. Ricardo Valmor M. Boettcher para Secretário. Aprovado pela unanimidade que a presente ata fosse registrada e lavrada de forma sumária. O Presidente encaminhou à apreciação a Ordem do Dia justificando que se trata de providência útil à sociedade e seus acionistas, visando reduzir os prejuízos acumulados existentes em 31.12.96, conforme balanço levantado e aprovado pela AGOE de 15.04.97, capacitando a sociedade a deliberar futuramente pela distribuição de resultados positivos apurados já no exercício de 01.01.97 a 31.12.97. Destacou ainda que a redução constitui em mera operação contábil, não produzindo qualquer modificação nos ativos ou passivos, não atingindo o patrimônio da sociedade, não afetando direitos de credores. A redução é assim medida saneadora que proporcionará vantagens aos acionistas. DELIBERAÇÕES todas por unanimidade: APROVADO a redução do valor do capital social no montante de R\$ 23.299.675,27 mantidas as mesmas quantidades de ações emitidas, reduzindo-se o capital social de R\$ 58.404.525,35 para R\$ 35.104.850,08 o qual permanecerá representado por 2.214.039 ações preferenciais e 1.800.770 ações ordinárias, com a alteração do "caput" do artigo quinto do Estatuto Social; APROVADO a nova redação do "caput" do artigo quinto do Estatuto Social como segue: Artigo Quinto: O capital social é de R\$ 35.104.850,08 (trinta e cinco milhões e quatro mil oitocentos e cinquenta reais e oito centavos) dividido em 4.014.809 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.800.770 ações ordinárias e 2.214.039 ações preferenciais. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente que após lida e achada conforme, vai assinada pelos acionistas presentes, encerrando-se os trabalhos. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1997. ASSINATURAS: Othon D'Eça Cals de Abreu - Presidente ; Ricardo Valmor M. Boettcher - Secretário. PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - p.p. Carlos Roberto Krchf; Aerus - Instituto Aerus de Seguridade Social - p.p. Simão Guilhem Guilhem; Serpros - Instituto Serpro de Seguridade Social - p.p. Antônio Carlos Saraiva de Paiva; BB DTVM S/A - Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - p.p. Carlos Roberto Krchhof; BB INVESTIMENTO - p.p. Carlos Roberto Kirchhof; FIF BB-LEVERAGE por seu Administrador BB DTVM p.p. Carlos Kirchhof.

ASSEMBLÉIA GERAL ESPECIAL

DATA/HORA: 22 de dezembro de 1997, às 16 horas. LOCAL: Sede social, Av. Andaraí, 566, Porto Alegre, RS; CONVOCAÇÕES: Publicadas nos jornais A Folha de São Paulo, e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, edições dos dias 12/12, 15/12 e 18/12 de 1997 e Zero Hora, edições dos dias 11/12, 15/12 e 18/12 de 1997. ORDEM DO DIA: 1) Ratificar a deliberação de eliminação dos prejuízos acumulados mediante redução do capital social, com base no Balanço levantado em 31.12.96 e aprovado pela AGOE de 15.04.97. PRESENCAS: Quorum legal constituído pelas ações preferenciais da companhia conforme assinaturas no Livro de Presenças de Acionistas, foi instalada a Assembléia. MESA: Eleitos Sr. Othon D'Eça Cals de Abreu para Presidente e Sr. Ricardo Valmor M. Boettcher para Secretário. Aprovado pela unanimidade que a presente ata fosse registrada e lavrada de forma sumária. O Presidente encaminhou à apreciação a Ordem do Dia apresentando a Ata da AGE cuja deliberação será objeto de ratificação pela presente. Justificou que se trata de providência útil à sociedade e seus acionistas, por permitir à sociedade deliberar futuramente pela distribuição de resultados positivos apurados já no exercício de 01.01.97 a 31.12.97. Destacou ainda que a redução constitui em mera operação contábil, não produzindo qualquer modificação nos ativos ou passivos, não atingindo o patrimônio da sociedade. A redução é assim medida saneadora que proporcionará vantagens aos acionistas. DELIBERAÇÃO: Por unanimidade, RATIFICADA a deliberação de redução do valor do capital social no montante de R\$ 23.299.675,27 mantidas as mesmas quantidades de ações emitidas, reduzindo-se o capital social de R\$ 58.404.525,35 para R\$ 35.104.850,08. RATIFICADA a consequente alteração do "caput" do artigo quinto do Estatuto Social. As ratificações têm por objeto as deliberações em AGE realizada em 22/12/97 às 14 horas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente que após lida e achada conforme, vai assinada pelos acionistas presentes, encerrando-se os trabalhos. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1997. ASSINATURAS: Othon D'Eça Cals de Abreu - Presidente; Ricardo Valmor M. Boettcher - Secretário. PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - p.p. Carlos Roberto Kirchhof; Aerus - Instituto Aerus de Seguridade Social - p.p. Simão Guilhem Guilhem. Serpros - Instituto Serpro de Seguridade Social - p.p. Antônio Carlos Saraiva de Paiva; BB DTVM S/A - Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - p.p. Carlos Roberto Kirchhof.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

capital autorizado: R\$ 181.818.181,80

capital realizado: R\$ 35.104.850,08

DATA/HORA: 23 de abril de 1998, às 14 horas. LOCAL: Sede social, Av. Andaraí, 566, Porto Alegre, RS; CONVOCAÇÕES: Publicadas nos jornais Zero Hora, A Folha de São Paulo, e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, edições dos dias 13/04, 14/04 e 15/04 de 1998. ORDEM DO DIA: apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31.12.1997; deliberação sobre a destinação do resultado do exercício; apreciação da verba global da remuneração da Administração para o período de até a próxima Assembléia Geral Ordinária; PRESENCAS: 99,87% das ações ordinárias da companhia conforme assinaturas no Livro de Presenças de Acionistas, foi instalada a Assembléia. Presente também o Sr. Jairo Coelho da Silva, CRC-RS 10712, Diretor, e Sergio Laurimar Fioravanti, CRC-RS 40601, Gerente, representando a Coopers & Lybrand, Biedermann, Bordasch Auditores Independentes, CRC-SP 8.599-S-RS, membros do Conselho de Administração e ainda a Diretoria da Companhia. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente do Conselho de Administração agradeceu as presenças, e verificou quorum suficiente para instalação. A seguir encaminhou a eleição da Mesa. Eleitos Sr. Othon D'Eça Cals de Abreu para Presidente e Sr. Ricardo Valmor M. Boettcher para Secretário. A Mesa sugeriu, e foi aprovado que a presente ata fosse registrada e lavrada de forma sumária. O Sr. Presidente encaminhou para apreciação os assuntos da Ordem do Dia, submetendo aos acionistas o primeiro item, para apreciação das Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, e Relatório da Administração relativos ao exercício encerrado em 31.12.97, conforme publicação na íntegra, nos jornais Diário Oficial do Estado do RGS e Zero Hora e de forma condensada no Jornal A Folha de São Paulo, todos edição do dia 11.03.98. Informado que o Conselho de Administração apreciou a matéria em reunião do dia 03.03.98, aprovando, sem ressalvas, por unanimidade. Dispensada pela unanimidade dos presentes, a leitura dos documentos. Debatida a matéria, respondidos os questionamentos dos acionistas, foi a matéria colocada em votação. Seguindo a Ordem do Dia, o Sr. Presidente promoveu a leitura da Proposição conforme constou do Relatório da Administração, no que se refere à destinação do resultado do exercício. Pelos acionistas controladores foi sugerido a distribuição de dividendos também às ações ordinárias, no valor igual ao dividendo mínimo estatutário distribuído às ações preferenciais. Debatida a matéria, e verificada a capacidade de pagamento pela Companhia, foi colocada em votação. Seguindo a Ordem do Dia, o Sr. Presidente colocou em votação a proposição de verba global de remuneração para a Administração da Sociedade para o período de até a próxima AGO. debatida a matéria, foi colocada em votação. DELIBERAÇÕES todas por unanimidade: APROVADO na íntegra as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Relatório da Administração relativos ao exercício encerrado em 31.12.97; APROVADO a destinação do resultado do exercício, como segue: constituição de reserva legal no valor de R\$ 192.502,44; distribuição de dividendos às ações preferenciais no valor de R\$ 1.161.552,25 (R\$ 0,52463 por ação); distribuição de dividendos às ações ordinárias no valor de R\$ 944.737,96 (R\$ 0,52463 por ação); pagamento dos dividendos pelo valor nominal aqui deliberado, em parcela única no dia 30 de setembro de 1998. constituição da reserva estatutária para investimentos e capital de giro, no valor de R\$ 914.386,58; constituição de reserva para aumento do capital, no valor de R\$ 1.070.954,77. APROVADO a verba global de remuneração da Administração, no valor de seiscentos e onze mil reais para o período de até a próxima AGO. A verba será distribuída pelo Conselho de Administração. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente que após lida e achada conforme, vai assinada pelos acionistas presentes, encerrando-se os trabalhos. Porto Alegre, 23 de abril de 1998. ASSINATURAS: Othon D'Eça Cals de Abreu - Presidente; Ricardo Valmor M. Boettcher - Secretário; PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - p.p. Carlos Roberto Kirchof; Aerus - Instituto Aerus de Seguridade Social - p.p. José Alberto de Carvalho Teixeira; Serpros - Instituto Serpro de Seguridade Social - p.p. Fernando Pereira da Fonseca; BB DTVM S/A Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - p.p. Carlos Roberto Kirchof; BB INVESTIMENTOS S/ABB FIF LEVERAGE - p.p. Carlos Roberto Kirchofpor seu Administrador BB DTVM - p.p. Carlos Roberto Kirchof; Othon d'Eça Cals de Abreu; Maria Célia de Castro Juannes; Simão Guilhem Guilhem; Fernando Pereira da Fonseca; José Alberto de Carvalho Teixeira.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ESCRITURA DE EMISSÃO



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DFP – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



DATA BASE – 31/12/1997

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00787-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL KEPLER WEBER SA	3 - C.G.C. 91.983.056/0001-69	6 - NIRE 43300004279
---------------------------	---	----------------------------------	-------------------------

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, Nº E COMPLEMENTO) AVENIDA ANDARAÍ, 566							2 - BAIRRO OU DISTRITO PASSO D'AREIA	
3 - CEP 91350-110	4 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE						5 - UF RS	
6 - DDD 051	7 - TELEFONE 341-1044	8 - TELEFONE 341-9495	9 - TELEFONE 341-1818	10 - TELEX 511684	11 - DDD 051	12 - FAX 341-9706	13 - FAX 341-8281	14 - FAX 341-2578
15 - E-MAIL diretoria@kepler.com.br								

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para correspondência com a Companhia)

1 - NOME CELSO EMILIO ZENKER				2 - ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, Nº E COMPLEMENTO) AV. ANDARAÍ, 566				
3 - BAIRRO OU DISTRITO PASSO D'AREIA			4 - CEP 91350-110	5 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE			6 - UF RS	
7 - DDD 051	8 - TELEFONE 341-1044	9 - TELEFONE 341-9495	10 - TELEFONE 341-1818	11 - TELEX 511684	12 - DDD 051	13 - FAX 341-9706		
14 - FAX 341-8281	15 - FAX 341-2578	16 - E-MAIL diretoria@kepler.com.br						

01.04 - REFERÊNCIA DO DFP

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - ÚLTIMO	01/01/1998	31/12/1998
2 - PENÚLTIMO	01/01/1997	31/12/1997
3 - ANTEPENÚLTIMO	01/01/1996	31/12/1996

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (UNIDADES)	1 31/12/1998	2 31/12/1997	3 31/12/1996
DO CAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	1.801	1.801	1.801
2 - PREFERENCIAIS	2.214	2.214	2.214
3 - TOTAL	4.015	4.015	4.015
EM TESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	-	-	-
6 - TOTAL	-	-	-

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	2 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL	4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1170000 - PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6 - TIPO DE CONSOLIDADO TOTAL

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CGC	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	---------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
01	AGO	23/04/1998	DIVIDENDO	30/09/1998	ON	0,5246300000
02	AGO	23/04/1998	DIVIDENDO	30/09/1998	PN	0,5246300000

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 25/03/1999	2 - ASSINATURA -
------------------------	---------------------

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



02.01 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/1998</u>	<u>31/12/1997</u>	<u>31/12/1996</u>
1	Ativo Total	78.668	69.905	67.697
1.01	Ativo Circulante	11.628	9.880	15.347
1.01.01	Disponibilidades	1.613	15	144
1.01.01.01	Bancos Cta. Disposição	1.613	15	144
1.01.02	Créditos	8.741	9.070	14.339
1.01.02.01	Clientes	8.647	8.898	14.027
1.01.02.02	Títulos a Receber	-	137	168
1.01.02.03	Outros	94	35	144
1.01.03	Estoques	1.094	599	737
1.01.03.01	Mercadorias para Revenda	1.092	544	329
1.01.03.02	Adto. a Fornecedores	2	55	408
1.01.04	Outros	180	196	127
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.451	15.510	12.239
1.02.01	Créditos Diversos	-	3.233	4.230
1.02.01.01	Títulos a Receber	-	3.230	4.230
1.02.01.02	Aplicações Financeiras	-	3	-
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	19.588	11.551	7.466
1.02.02.02	Com Controladas	19.588	11.551	7.466
1.02.02.02.01	Com Controladas	19.588	11.551	7.466
1.02.03	Outros	5.863	726	543
1.02.03.01	Depósitos Judiciais	951	726	543
1.02.03.02	Impostos diferidos	4.912	-	-
1.03	Ativo Permanente	41.589	44.515	40.111
1.03.01	Investimentos	30.170	32.725	28.024
1.03.01.02	Participações em Controladas	30.028	32.583	27.878
1.03.01.02.01	Participação em Controladas	30.028	32.583	27.878
1.03.01.03	Outros Investimentos	142	142	146
1.03.01.03.01	Em Outras Sociedades	71	71	75
1.03.01.03.02	P/ Incentivos Fiscais	17	17	17
1.03.01.03.03	Outros	54	54	54
1.03.02	Imobilizado	11.419	11.790	12.087
1.03.02.01	Terrenos	4.494	4.494	4.350
1.03.02.02	Prédios e Benfeitorias	5.588	5.944	6.394
1.03.02.03	Marcas e Patentes	1.262	1.254	1.241
1.03.02.04	Outras Imobilizações	75	98	102



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

02.02 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

Cód.	Descrição	31/12/1998	31/12/1997	31/12/1996
2	Passivo Total	78.668	69.905	67.697
2.01	Passivo Circulante	24.943	23.810	24.558
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.158	9.770	9.140
2.01.02	Debêntures	1.925	9.364	7.198
2.01.03	Fornecedores	880	949	865
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	246	154	42
2.01.04.01	Impostos, Taxas e Contribuições	246	127	42
2.01.04.02	IRPJ	-	27	-
2.01.05	Dividendos a Pagar	-	1.162	8
2.01.06	Provisões	52	5	4
2.01.06.01	Provisão para Férias e 13º Salário	52	5	4
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	11.418	-	-
2.01.08	Outros	2.264	2.406	7.301
2.01.08.01	Comissões	683	430	803
2.01.08.02	Adto. de Clientes	881	1.011	6.304
2.01.08.03	Outros	700	965	194
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	11.779	1.070	843
2.02.02	Debêntures	11.035	-	-
2.02.05	Outros	744	1.070	843
2.02.05.01	Impostos e Contribuições Diferidos	744	820	843
2.02.05.02	Créditos Diversos	-	250	-
2.05	Patrimônio Líquido	41.946	45.025	42.296
2.05.01	Capital Social Realizado	35.104	35.104	58.404
2.05.01.01	Capital Social	35.104	35.104	58.404
2.05.02	Reservas de Capital	5	5	5
2.05.02.01	De Incentivos Fiscais	5	5	5
2.05.03	Reservas de Reavaliação	6.470	6.794	7.187
2.05.03.01	Ativos Próprios	6.218	6.471	6.777
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	252	323	410
2.05.04	Reservas de Lucro	367	3.122	-
2.05.04.01	Legal	192	192	-
2.05.04.02	Estatutária	-	914	-
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	175	2.016	-
2.05.04.07.01	Para aumento de Capital	175	2.016	-
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	(23.300)

03.01 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

Cód.	Descrição	01/01/1998 a 31/12/1998	01/01/1997 a 31/12/1997	01/01/1996 a 31/12/1996
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	30.770	35.569	27.731
3.02	Deduções da Receita Bruta	(181)	(71)	(43)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	30.589	35.498	27.688
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(27.176)	(29.124)	(23.570)
3.05	Resultado Bruto	3.413	6.374	4.118
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(5.635)	(2.507)	(10.707)
3.06.01	Com Vendas	(2.830)	(2.940)	(1.923)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(2.701)	(2.200)	(2.265)
3.06.02.01	Honorários dos Administradores	(521)	(418)	(285)
3.06.02.02	Despesas Gerais	(1.663)	(1.263)	(1.468)
3.06.02.03	Depreciações e Amortizações	(517)	(519)	(512)
3.06.03	Financeiras	(286)	(3.398)	(4.420)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	7.343	1.425	3.590
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(7.629)	(4.823)	(8.010)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	3.787	2.030	1.215
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(34)	(26)	(4)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(3.571)	4.027	(3.310)
3.07	Resultado Operacional	(2.222)	3.867	(6.589)
3.08	Resultado não Operacional	(6)	10	2
3.08.01	Receitas	3	14	19
3.08.02	Despesas	(9)	(4)	(17)
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	(2.228)	3.877	(6.587)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	-	(27)	-
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(2.228)	3.850	(6.587)
	Número ações, Ex-Tesouraria (Mil)	4.015	4.015	4.015
	Lucro por Ação	-	0,95890	-
	Prejuízo por Ação	(0,55492)	-	(1,64060)

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

04.01 – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/01/1998 a 31/12/1998</u>	<u>01/01/1997 a 31/12/1997</u>	<u>01/01/1996 a 31/12/1996</u>
4.01	Origens	12.579	1.524	23.594
4.01.01	Das Operações	1.869	1.297	(2.712)
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	(2.228)	3.850	(6.587)
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	4.097	(2.553)	3.875
4.01.01.02.01	Depreciação/Amortização	517	519	512
4.01.01.02.02	Baixas do Permanente	9	-	46
4.01.01.02.03	Resultado da Avaliação de Investimentos	3.571	(4.027)	3.310
4.01.01.02.05	Baixa de Investimentos	-	955	7
4.01.02	Dos Acionistas	-	-	26.306
4.01.02.01	Aumento de Capital	-	-	26.306
4.01.03	De Terceiros	10.710	227	-
4.01.03.01	Aumento do Exigível a Longo Prazo	10.710	227	-
4.02	Aplicações	11.964	6.242	21.318
4.02.01	Aumento no Realizável a Longo Prazo	9.941	3.271	2.247
4.02.02	Redução no Exigível a Longo Prazo	-	-	465
4.02.03	Aplicação em Investimentos	1.000	1.610	19.000
4.02.04	Aplicação no Imobilizado	155	222	71
4.02.05	Red. Patrim. (Prov. Trib. s/Reavaliação)	(93)	(41)	(584)
4.02.06	Dividendos Propostos	944	1.162	-
4.02.07	Red. Invest. p/ Prov. IR s/ Res. Reaval.	17	18	119
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	615	(4.718)	2.276
4.04	Varição do Ativo Circulante	1.760	(5.479)	6.293
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	9.868	15.347	9.054
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	11.628	9.868	15.347
4.05	Varição do Passivo Circulante	1.145	(761)	4.017
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Exercício	23.798	24.558	20.541
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	24.943	23.797	24.558

05.01 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1998 A 31/12/1998 (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Reavaliação</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros/ Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Patrimônio Líquido</u>
5.01	Saldo Inicial	35.104	5	6.794	3.122	-	45.025
5.04	Realização de Reservas	-	-	(324)	(1.811)	2.228	93
5.04.01	De Bens Próprios	-	-	(328)	-	328	-
5.04.02	De Bens de Controladas	-	-	(89)	-	89	-
5.04.03	IR e Contrib. s/Res.Reaval.Bens	-	-	93	-	-	93
5.04.20	Lucro/Prejuízo acumulado	-	-	-	(1.811)	1.811	-
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(2.228)	(2.228)
5.07	Destinações	-	-	-	(944)	-	(944)
5.07.01	Dividendos Propostos	-	-	-	(944)	-	(944)
5.09	Saldo Final	35.104	5	6.470	367	-	41.946

05.02 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1997 A 31/12/1997 (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Reavaliação</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros/ Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Patrimônio Líquido</u>
5.01	Saldo Inicial	58.404	5	7.187	-	(23.300)	42.296
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	(23.300)	-	-	-	23.300	-
5.04	Realização de Reservas	-	-	(393)	-	434	41
5.04.01	De Bens Próprios	-	-	(328)	-	328	-
5.04.02	De Bens de Controladas	-	-	(106)	-	106	-
5.04.03	IR e Contrib. s/ Res. Reaval. Bens	-	-	41	-	-	41
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	3.850	3.850
5.07	Destinações	-	-	-	3.122	(4.284)	(1.162)
5.07.01	Reserva Legal	-	-	-	192	(192)	-
5.07.02	Reserva p/ Aumento de Capital	-	-	-	2.016	(2.016)	-
5.07.03	Reserva p/ Invest. e Capital de Giro	-	-	-	914	(914)	-
5.07.04	Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.162)	(1.162)
5.09	Saldo Final	35.104	5	6.794	3.122	-	45.025

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

05.03 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1996 A 31/12/1996 (Reais Mil)

Cód.	Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	26.211	5.892	7.077	-	(17.188)	21.992
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	32.193	(5.887)	-	-	-	26.306
5.04	Realização de Reservas	-	-	110	-	475	585
5.04.01	De Bens Próprios	-	-	(329)	-	329	-
5.04.02	De Bens de Controladas	-	-	(146)	-	146	-
5.04.03	IR s/ Reversão Res. Reavaliação	-	-	585	-	-	585
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(6.587)	(6.587)
5.09	Saldo Final	58.404	5	7.187	-	(23.300)	42.296

06.01 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

Cód.	Descrição	31/12/1998	31/12/1997	31/12/1996
1	Ativo Total	123.226	106.578	93.430
1.01	Ativo Circulante	71.623	58.533	53.275
1.01.01	Disponibilidades	1.924	1.368	2.958
1.01.01.01	Caixa	3	17	11
1.01.01.02	Banco Cta. Disposição	256	1.351	266
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	1.665	-	2.681
1.01.02	Créditos	47.630	39.078	33.423
1.01.02.01	Clientes	33.760	19.204	23.150
1.01.02.02	Títulos a Receber	912	804	827
1.01.02.03	Outros Créditos	6.903	13.205	5.206
1.01.02.04	Títulos e Valores Mobiliários	50	98	117
1.01.02.05	Impostos a Recuperar	6.005	5.767	4.123
1.01.03	Estoques	21.714	17.641	16.423
1.01.03.01	Mercadorias para Revendas	5.270	4.469	3.503
1.01.03.02	Produtos Acabados	2.844	3.037	4.001
1.01.03.03	Produtos em Elaboração	4.815	4.080	2.600
1.01.03.04	Matéria Prima	8.577	5.680	3.483
1.01.03.05	Adto. a Fornecedores	208	375	2.836
1.01.04	Outros	355	446	471
1.01.04.01	Outros	355	446	471
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.101	15.668	17.823
1.02.01	Créditos Diversos	7.811	13.927	14.798
1.02.01.01	Títulos a Receber	5.324	11.345	14.283
1.02.01.02	Aplicações Financeiras	10	105	515
1.02.01.03	ICMS a Recuperar	2.477	2.477	-
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	-	76	119
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	-	76	-
1.02.02.03.02	Outros	-	76	-
1.02.03	Outros	12.290	1.665	2.906
1.02.03.01	Depósitos Judiciais	1.469	1.345	2.631
1.02.03.02	Depósitos Compulsórios	319	320	275
1.02.03.03	Impostos diferidos	10.502	-	-
1.03	Ativo Permanente	31.502	32.377	22.332
1.03.01	Investimentos	847	995	968
1.03.01.03	Outros Investimentos	847	995	968
1.03.01.03.01	Em Outras Sociedades	657	805	813
1.03.01.03.02	Por Incentivos Fiscais	17	17	17
1.03.01.03.03	Outros Investimentos	173	173	138
1.03.02	Imobilizado	27.605	28.683	19.679
1.03.02.01	Terrenos	5.017	5.017	4.350
1.03.02.02	Prédios e Benefeitorias	7.107	7.530	6.398
1.03.02.03	Marcas e Patentes	3.216	3.209	1.243
1.03.02.04	Máquinas e Equipamentos	9.271	9.696	5.400
1.03.02.05	Móveis e Utensílios	1.576	1.574	1.343
1.03.02.06	Outras Imobilizações	1.418	1.657	945
1.03.03	Diferido	3.050	2.699	1.685
1.03.03.01	Despesas de Reorganização	3.050	2.699	1.685

06.02 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

Cód.	Descrição	31/12/1998	31/12/1997	31/12/1996
2	Passivo Total	123.226	106.578	93.430
2.01	Passivo Circulante	65.389	54.704	44.130
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	29.145	14.587	11.839
2.01.02	Debêntures	1.926	9.364	7.199
2.01.03	Fornecedores	23.812	11.096	9.456
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	2.405	3.022	1.132
2.01.04.01	Impostos, Taxas e Contribuições	2.093	2.226	1.132
2.01.04.02	IRPJ	312	796	-
2.01.05	Dividendos a Pagar	-	1.161	8
2.01.06	Provisões	1.940	2.002	1.366
2.01.06.01	Provisão para Férias e 13º Salário	1.940	2.002	1.366
2.01.08	Outros	6.161	13.472	13.130
2.01.08.01	Comissões	683	430	802
2.01.08.02	Adto. de Clientes	3.231	11.058	11.644
2.01.08.03	Outros	2.247	1.984	684
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	15.891	6.848	7.004
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.912	4.531	4.758
2.02.01.01	Financiamentos Diversos	2.912	4.245	4.758
2.02.01.02	Títulos a Pagar	-	286	-
2.02.02	Debêntures	11.035	-	-
2.02.05	Outros	1.944	2.317	2.246
2.02.05.01	Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	1.944	1.817	1.847
2.02.05.02	Credores Vinculados	-	500	399
2.05	Patrimônio Líquido	41.946	45.026	42.296
2.05.01	Capital Social Realizado	35.104	35.105	58.404
2.05.01.01	Capital Social	35.104	35.105	58.404
2.05.02	Reservas de Capital	5	5	5
2.05.02.01	Incentivos Fiscais	5	5	5
2.05.03	Reservas de Reavaliação	6.470	6.794	7.187
2.05.03.01	Ativos Próprios	6.218	6.471	6.777
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	252	323	410
2.05.04	Reservas de Lucro	367	3.122	-
2.05.04.01	Legal	192	192	-
2.05.04.02	Estatutária	-	914	-
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	175	2.016	-
2.05.04.07.01	Para Aumento de Capital	175	2.016	-
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	(23.300)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

07.01 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/01/1998</u> <u>a 31/12/1998</u>	<u>01/01/1997</u> <u>a 31/12/1997</u>	<u>01/01/1996</u> <u>a 31/12/1996</u>
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	138.655	115.851	89.158
3.02	Deduções da Receita Bruta	(12.425)	(9.834)	(7.876)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	126.230	106.017	81.282
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(101.102)	(78.948)	(62.647)
3.05	Resultado Bruto	25.128	27.069	18.635
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(27.346)	(22.496)	(25.320)
3.06.01	Com Vendas	(12.652)	(11.131)	(8.988)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(9.753)	(7.438)	(6.144)
3.06.02.01	Honorários dos Administradores	(638)	(440)	(285)
3.06.02.02	Despesas Gerais	(7.916)	(5.941)	(4.670)
3.06.02.03	Depreciação/Amortização	(1.199)	(1.057)	(1.189)
3.06.03	Financeiras	(11.231)	(5.159)	(10.514)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.386	2.365	5.057
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(13.617)	(7.524)	(15.571)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	7.597	1.525	982
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.307)	(293)	(656)
3.07	Resultado Operacional	(2.218)	4.573	(6.685)
3.08	Resultado não Operacional	302	155	98
3.08.01	Receitas	438	403	592
3.08.02	Despesas	(136)	(248)	(494)
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	(1.916)	4.728	(6.587)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(312)	(878)	-
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(2.228)	3.850	(6.587)
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	4.015	4.015	4.015
	Lucro por Ação	-	0,95890	-
	Prejuízo por Ação	(0,55492)	-	(1,64060)

08.01 – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/01/1998</u> <u>a 31/12/1998</u>	<u>01/01/1997</u> <u>a 31/12/1997</u>	<u>01/01/1996</u> <u>a 31/12/1996</u>
4.01	Origens	11.073	9.252	29.467
4.01.01	Das Operações	2.029	7.497	(3.564)
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	(2.228)	3.850	(6.587)
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	4.257	3.647	3.023
4.01.01.02.01	Depreciação/Amortização	3.962	3.316	2.541
4.01.01.02.02	Baixas do Permanente	135	332	475
4.01.01.02.03	Perdas de Capital	-	(5)	-
4.01.01.02.05	Baixas de Investimentos	160	4	7
4.01.02	Dos Acionistas	-	-	26.306
4.01.02.01	Integralização de Capital	-	-	26.306
4.01.03	De Terceiros	9.044	1.755	6.725
4.01.03.01	Aumento do Exigível a Longo Prazo	9.044	501	4.167
4.01.03.02	Redução do Realizável a Longo Prazo	-	1.254	2.558
4.02	Aplicações	8.667	14.569	5.018
4.02.01	Aumento no Realizável a Longo Prazo	4.434	1.544	-
4.02.02	Redução no Exigível a Longo Prazo	-	974	-
4.02.03	Aplicação em Investimentos	12	1.660	727
4.02.04	Aplicação no Imobilizado	2.062	7.564	3.958
4.02.05	Aplicação no Diferido	1.308	1.724	917
4.02.06	Red. Patr. (Prov. Trib. s/ Reavaliação)	(93)	(59)	(584)
4.02.07	Dividendos Propostos	944	1.162	-
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	2.406	(5.317)	24.449
4.04	Variação do Ativo Circulante	13.090	5.258	17.106
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	58.533	53.275	36.169
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	71.623	58.533	53.275
4.05	Variação do Passivo Circulante	10.684	10.575	(7.341)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	54.705	44.130	51.471
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	65.389	54.705	44.130

09.01 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – SEM RESSALVA**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas de
KEPLER WEBER S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da KEPLER WEBER S.A. e controladas, em 31 de dezembro de 1998 e 1997, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e dos controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1), representam adequadamente em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Kepler Weber S.A. e controladas em 31 de dezembro de 1998 e 1997, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os práticas contábeis emanadas da legislação societária.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 1999
ARTHUR ANDERSEN S/C - CRCSP/123/S/RS
Roberto Wagner Promenzio
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC.SP - 1SP088438/0-9-S-RS

10.01 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras de Kepler Weber S.A., relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1998, elaboradas em conformidade com a Lei 6404/76 e as disposições da Comissão de Valores Mobiliários-CVM.

DESEMPENHO GERAL

A sociedade exerce a liderança do Grupo Kepler Weber, consolidando as atividades operacionais das Empresas controladas.

Visando minimizar os efeitos decorrentes das crises ocorridas na economia global desde 1997, principalmente no mercado asiático, e no mercado da Rússia em 1998, o Governo Federal, com o propósito de atrair investimentos externos e manter os níveis de reservas, elevou as taxas de juros, bem como adotou medidas para a redução do déficit público.

A Companhia experimentou um crescimento de vendas na ordem de 13,1% em relação ao exercício anterior, resultante da consolidação da recuperação da safra agrícola nos mercados brasileiro e sul-americano em 1998. Como decorrência da citada elevação das taxas de juros, o segmento de instalações industriais postergou seus investimentos, fazendo com que o segmento de armazenagem agrícola aumentasse sua participação na composição das vendas da Companhia, o que ampliou os efeitos da sazonalidade no resultado operacional.

A elevação das taxas de juros e da sazonalidade impactaram negativamente no desempenho da Companhia, implicando um aumento do endividamento e, conseqüentemente, da despesa financeira. Também influenciou negativamente o resultado consolidado, a provisão de R\$ 3,4 milhões constituída em dezembro de 1998 sobre o valor do ativo CSSL registrado em junho de 1998. A provisão foi realizada por entendimento da auditoria externa, sobre os efeitos futuros do artigo 8º, da Lei 9718, de 28 de novembro de 1998. Isto contribuiu decisivamente para a formação do prejuízo de R\$ 2,2 milhões no exercício.

O recorde histórico do volume de vendas estendeu-se para um novo recorde de transformação de aços planos, principal matéria-prima da Companhia, tendo sido consumidas 28 mil toneladas no ano de 1998 (26,5 mil toneladas no ano de 1997).

O novo negócio (sistemas em aço inoxidável), explorado através da controlada CEPEN, não alcançou, no exercício, os resultados esperados. No entanto, o desempenho do último trimestre, decorrente das alterações das estratégias de atuação, prenuncia uma expectativa de reversão do resultado para o exercício de 1999.

Apesar das crises que conturbaram a economia global, o Grupo Kepler Weber manteve suas intensões estratégicas, alicerçadas no crescimento e na competitividade por diferenciação nos seus mercados de atuação.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Como resultado da atuação nos mercados nacional e internacional, o Grupo Kepler Weber realizou uma receita bruta de R\$ 138,7 milhões, representando um crescimento de 19,7% em relação ao exercício anterior (R\$ 115,8 milhões).

Apesar dos ganhos em produtividade industrial, obtidos através de programas e ações estratégicas, mais os investimentos no parque industrial, realizados em 1997, o custo dos produtos vendidos cresceu 5% em relação ao exercício anterior. Tal fato decorreu principalmente da redução das margens no segmento industrial, o qual historicamente ameniza os efeitos da sazonalidade do segmento de armazenagem agrícola.

A redução da margem bruta, a elevação das taxas de juros, a retração do mercado financeiro a partir de setembro, fruto da crise internacional, que implicaram na redução de linhas externas para financiamento do capital de giro da Companhia, obrigaram-na a direcionar suas captações de recursos para o mercado interno (taxas de juros elevadas) e contribuíram decisivamente para o crescimento das despesas financeiras, alcançando 8,9% sobre a receita líquida (4,8% em 1997).

A combinação destes fatores contribuiu para a diminuição da rentabilidade operacional e geração de recursos.

MARKETING

A sociedade consolidou seu "Market Share" na América Latina nos segmentos de armazenagem e de instalações industriais, mantendo a liderança no mercado sul-americano, no que se refere a armazenagem.

Com o propósito de aumentar o valor percebido pelos clientes em relação aos produtos e serviços Kepler Weber, foi concluída a implementação da 1ª fase do "Projeto Foco do Cliente".

Pela décima terceira vez consecutiva, a Companhia recebeu o "Prêmio Destaque em Silos e Armazenagem" promovido pela revista A Granja, em eleição direta do público consumidor.

Como atividades de seu "Marketing de Relacionamento", a Kepler Weber promoveu diversos seminários para clientes, objetivando a divulgação de informações e aumentar o seu nível de intimidade com os clientes, em um processo crescente de fidelização.

INVESTIMENTOS

Face à conjuntura econômica, decorrente das elevadas taxas de juros e escassez de linhas de financiamento, o Grupo Kepler Weber adotou como estratégia postergar os investimentos relativos a ativos físicos previstos para o exercício, preservando, desta forma, os interesses das empresas e, conseqüentemente, dos Acionistas.

Por outro lado, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos tiveram continuidade, pois se trata do maior diferencial da Companhia nos seus segmentos de atuação.

GESTÃO

Em continuidade aos investimentos no Programa de Qualidade Total Kepler Weber, implementou-se o módulo de gerenciamento pelas diretrizes, o qual está em aderência ao Planejamento Estratégico.

Comparando-se a receita bruta anual com o número de colaboradores, obtivemos um valor referencial de R\$ 127,8 mil/colaborador, representando um ganho de produtividade na ordem de 8,6% se comparado ao exercício de 1997, refletindo as ações que vêm sendo adotadas.

Em continuidade à busca da excelência, fundamentada no desenvolvimento do ser humano, a Sociedade dedicou 158.070 horas de treinamento, representando 6,8% das horas disponíveis para o trabalho.

Como fonte de revigoração do quadro de colaboradores, a Sociedade manteve 14 menores aprendizes em seu Centro de Treinamento, 64 alunos bolsistas em cursos técnicos de 2º grau e 20 estagiários de engenharia mecânica.

VALOR ADICIONADO

A riqueza gerada pelo grupo Kepler Weber decresceu 4,9% em relação ao exercício de 1997. A sua quantificação e distribuição estão evidenciadas no quadro abaixo, demonstrando os dispêndios com insumos, força de trabalho, Governo, terceiros, remuneração do capital e lucros retidos para novos investimentos.

Em R\$ mil	1998		1997	
	Valor	%	Valor	%
Entradas	141.041	100	118.216	100
Receitas de bens e serviços	138.655	98	115.851	98
Receitas financeiras	2.386	2	2.365	2
Saídas	113.299	80	89.046	75
Matérias primas, merc.e bens de consumo	84.703	60	67.214	57
Capitais de terceiros (juros)	13.618	10	7.524	6
Serviços de terceiros	3.934	3	2.797	2
Depreciações e amortizações	3.962	3	3.080	3
Demais saídas	7.082	5	8.431	7
Valor adicionado	27.742	20	29.170	25
Remuneração do trabalho	20.525	15	16.333	14
Dividendos	-	-	1.162	1
Governo (impostos, taxas e contribuições)	9.445	7	8.553	7
Lucros retidos	(2.228)	(2)	3.122	3

EVENTOS SOCIETÁRIOS

Em 23 de abril de 1998 a sociedade realizou Assembléia Geral Ordinária aprovando as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 1997, com pagamento de dividendos, em parcela única, em 30 de setembro de 1998, no montante de R\$ 2.106.290,21. Em 1º de maio de 1998 foi realizado o regular pagamento dos juros das debêntures simples da 2ª emissão e promovida a repactuação das mesmas para até 1º de maio de 1999, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração, datada de 07 de abril de 1998.

A Sociedade é controlada pelas Fundações de Previdência Privada AERUS, PREVI e SERPROS, e os investidores BB DTVM, BB FIF Leverage e BBI.

PERSPECTIVAS

A mudança na política de taxas de câmbio, através de uma maior desvalorização do Real, aliada a uma redução da taxa interna de juros, deverá aumentar a capacidade competitiva da economia nacional.

A efetivação das exportações previstas para o exercício de 1999, proporcionará um "hedge" em relação às operações em moeda estrangeira.

Com esta perspectiva, e impulsionado pelo crescimento da safra agrícola, o segmento da agroindústria deverá se destacar no crescimento econômico.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

A produção brasileira de grãos está estimada em 83,0 milhões de toneladas, o que representará um crescimento de 7,8% em relação a 1997 (77,0 milhões de toneladas)

O destaque da safra de 1998 deverá ser para o milho, cuja estimativa de produção é de 33,3 milhões de toneladas, 8,8% maior que 1997.

Os reduzidos estoques internacionais de grãos, 3% menor em relação à safra anterior, indicam a manutenção e ampliação dos preços médios dos produtos agrícolas.

Os reflexos deste ambiente favorável, somado à ampliação da participação do Grupo Kepler Weber em mercados tradicionais e em novos mercados, possibilitarão oportunidades de novos negócios para o Grupo.

Com este cenário, aliado às ações implementadas na gestão dos negócios, o Grupo Kepler Weber acredita que alcançará uma otimização nos resultados do próximo exercício.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos acionistas, clientes, parceiros, fornecedores, instituições financeiras e comunidades que nos apoiaram, registramos nossos agradecimentos.

Aos nossos colaboradores, nosso reconhecimento pela dedicação e respostas aos desafios apresentados pela Administração, e a certeza de maiores e melhores desafios e sucesso nos próximos anos.

11.01 – NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e 1997 (valores expressos em reais mil)

1. Atividades Operacionais

O objetivo social da Kepler Weber S.A. é exercido diretamente no que se refere às atividades de comércio exterior (Trading Company), e indiretamente, através de controladas, quanto às atividades operacionais e industriais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas consoantes às práticas contábeis determinadas na Legislação Societária (Lei nº 6.404/76) e na Lei nº 9.249/95, as quais não prevêm o reconhecimento dos efeitos inflacionários.

a) Aplicações Financeiras

Estão atualizadas pelos juros auferidos até a data do balanço.

b) Estoques

Estão demonstrados ao menor valor entre o custo médio das compras e/ou produção, e o preço de mercado ou de realização.

c) Investimentos em Controladas

Estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e o resultado tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação de bens, uma conta de reserva de reavaliação, cuja realização ocorre proporcionalmente à ocorrida na empresa controlada.

d) Impostos a Recuperar

São contabilizados por regime de competência, em função dos créditos gerados nas operações.

e) Obras a Faturar

Estão demonstradas pelo seu valor de negociação, líquidas das Obras a Executar, conforme regime de competência.

f) Depreciações e Amortizações

As depreciações estão calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou construção e reavaliação, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, com base em taxas determinadas e em função do prazo de vida útil estimado dos bens. As amortizações estão calculadas pelo método linear sobre o custo corrigido até 31 de dezembro de 1995.

4. Demonstrações Contábeis Consolidadas

Abrangem as demonstrações de KEPLER WEBER S.A. e suas controladas, direta ou indiretamente, levantadas em 31 de dezembro de 1998 e 1997.

Práticas adotadas para a consolidação

A consolidação das demonstrações contábeis foi efetuada de acordo com a Instrução CVM nº 247 de 27/03/96, compreendendo Kepler Weber S.A., suas controladas Kepler Weber Industrial S.A., Nippon Veículos Ltda. e Cepem-Centro de Engenharia, Projetos e Montagens Ltda., e a empresa GKS International Company, subsidiária integral de Kepler Weber Industrial S.A., obedecendo os seguintes critérios:

- eliminação dos saldos das contas entre sociedades participantes da consolidação;
- os investimentos da Kepler Weber S.A. e da Kepler Weber Industrial S.A., foram eliminados contra a proporção do patrimônio líquido das sociedades controladas incluídas na consolidação;
- eliminação das receitas, despesas e custos decorrentes de negócios entre sociedades;
- destaque das participações dos minoritários nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas;

e) as demonstrações da GKS International Company, expressas em moeda estrangeira estável (dólar), foram convertidas pelo método da taxa corrente, preconizado na Deliberação CVM nº 28, de 05/02/96.

5. Investimentos

A Kepler Weber S.A. possui investimentos nas seguintes empresas:

- Kepler Weber Industrial S.A., sediada em Panambi, RS, que exerce a indústria e o comércio de equipamentos agrícolas, silos e secadores, seus componentes, peças e acessórios, equipamentos para malteria e cervejaria, representação comercial, importação e exportação, comércio de tintas, vernizes, correias, comércio e indústria de equipamentos eletro eletrônicos, comércio de veículos, peças e acessórios, a prestação de serviços e assistência técnica a veículos automotores.
- Nippon Veículos Ltda., sediada em Panambi, RS, que vinha exercendo o comércio de veículos nacionais e importados, novos e usados, e teve as atividades reduzidas em 1997, em função das alíquotas dos tributos sobre importação.
- CEPEM - Centro de Engenharia, Projetos e Montagens Ltda., sediada em Bauru, SP, que exerce a indústria e comércio de sistemas em aço inoxidável destinados às indústrias de alimentos, bebidas, farmacêutica, química e outras, e a prestação de serviços de engenharia mecânica, projetos e montagens industriais.
- GKS International Company, sediada em George Town, Ilhas Cayman, que tem como atividade principal o comércio, a importação e exportação de produtos em geral, na qual a Kepler Weber S.A. participa indiretamente, através da subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A..

Os investimentos em coligadas e controladas apresentam a seguinte movimentação:

Investimentos				1998	1997
	Kepler Weber Indl. S.A.	Nippon Veículos Ltda.	CEPEM	Total	Total
Sujeitos à Avaliação por Equivalência Patrimonial					
Nº de Ações ou Quotas de Capital	42.035.717	399.990	758.798	-	-
Valor do Patrimônio Líquido	28.991	218	476	-	-
Percentual de participação	100,00	99,9975	99,9997	-	-
Valor da Movimentação das Quotas					
Saldos Iniciais	30.734	217	1.630	32.581	27.878
Reversão I.R. s/ Reserva Reavaliação	17	-	-	17	18
Novos Investimentos	-	-	-	-	1.610
Aumento de Capital	-	-	1.000	1.000	-
Dividendos	-	-	-	-	(951)
Resultado da Avaliação	(1.062)	1	(2.510)	(3.571)	4.026
Saldos Finais	29.689	218	120	30.027	32.581

6. Estoques

Itens	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
Produtos Acabados	-	-	2.844	3.037
Produtos em Elaboração	-	-	4.815	4.080
Matérias-primas	-	-	8.577	5.360
Materiais Secundários	-	-	73	320
Mercadorias para Revenda	1.092	544	5.197	4.469
Adiantamento a Fornecedores	2	55	208	375
Total	1.094	599	21.714	17.641

7. Imobilizado

Itens	Controladora				
	1998		1997		
	Taxa Depreciação	Valor Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	4.494	-	4.494	4.494
Prédios e Benfeitorias	4%	11.929	6.341	5.588	5.944
Instalações	10%	161	160	1	2
Máquinas Equipamentos	10%	72	66	6	11
Veículos	20%	56	27	29	38
Móveis e Utensílios	10%	195	191	4	10
Equip. Informática	20%	312	309	3	5
Marcas e Patentes	-	1.262	-	1.262	1.254
Direito de Uso Telefone	-	32	-	32	32
Total		18.513	7.094	11.419	11.790

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Itens	Consolidado				
			1998		1997
	Taxa Depreciação	Valor Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	5.017	-	5.017	5.017
Prédios e Benfeitorias	4%	13.619	6.512	7.107	7.530
Instalações	10%	2.193	840	1.353	1.536
Máquinas Equipamentos	10%	21.592	13.674	7.918	8.160
Veículos	20%	1.717	908	809	994
Móveis e Utensílios	10%	1.651	1.421	230	263
Equip. Informática	20%	3.428	2.082	1.346	1.311
Marcas e Patentes	-	3.216	-	3.216	3.209
Direito de Uso Telefone	-	32	-	32	32
Imobilizado em Andamento	-	577	-	577	631
Total		53.042	25.437	27.605	28.683

8. Diferido

Itens	Consolidado				
			1998		1997
	Taxa Amortização	Valor Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Projeto de Novos Produtos e Sistemas	20 %	4.648	1.598	3.050	2.699
Total		4.648	1.598	3.050	2.699

9. Partes Relacionadas

Transações com coligadas, controladora e ligadas:

Itens	1998					1997
	Kepler Weber Indl. S.A.	GKS International Company	CEPEM Centro Proj. Eng. Mont.	Total	Total	Total
	Ativo Circulante					
Aluguéis a Receber	179	-	-	179	167	
Realizável a LP						
Contas Correntes	14.787	-	4.800	19.587	11.551	
Passivo Circulante						
Contas Correntes	-	11.418	-	11.418	-	
Resultado						
Outras Receitas (aluguéis)	2.086	-	-	2.086	1.771	
Desp. Operac. (comissões)	-	1.228	-	1.228	600	

As transações são efetuadas em condições de preço e prazo equivalentes às efetuadas com terceiros não relacionados.

10. Tributos sobre Reserva de Reavaliação

Importa em R\$ 792 o montante de encargos tributários mantidos na reserva de reavaliação, sendo R\$ 589 de provisão para imposto de renda e R\$ 203 de provisão para contribuição social, calculados e contabilizados conforme estabelece a Lei.

11. Debêntures

As 13.000 debêntures simples (segunda emissão) emitidas em 1º de abril de 1990, terão vencimento em 1º de abril de 2000. Houve regular repactuação anual e a próxima ocorrerá em 1º de maio de 1999, encontrando-se em circulação 10.660 debêntures.



12. Instituições Financeiras

Aplicações dos empréstimos e financiamentos:

Itens	Consolidado			
	1998		1997	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Moeda Nacional				
Ativo Permanente				
FINAME	155	52	158	198
FINEP	687	2.746	924	3.696
Capital de Giro	5.639	114	2.663	128
Moeda Estrangeira				
Capital de Giro	17.284	-	1.072	223
Adto. Contrato de Câmbio (controladora)	5.380	-	9.770	-
Total	29.145	2.912	14.587	4.245

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos:

Consolidado	1998	1997
Hipoteca de Imóveis	14.164	10.300
Penhor Mercadorias	12.100	-
Penhor de Máquinas, Equipamentos e Imóveis	5.090	2.188
Garantia Fiduciária	5.905	6.230

O valor referente à "FINEP" corresponde a 47 parcelas equivalentes a 1,7% da receita operacional líquida de Kepler Weber Industrial S.A., com base no do mês imediatamente anterior ao da amortização. O valor referente à "FINAME" é corrigido mensalmente pela variação da U.R. acrescida de 12% a.a. e tem como vencimento final 16/11/2000.

13. Longo Prazo**Impostos e Taxas**

O saldo refere-se à 27 parcelas de "INSS" de titularidade de Kepler Weber Industrial S.A., com vencimento final em 30 de março de 2001, sendo que sobre o mesmo incidem juros a taxas vigentes.

14. Composição do Saldo de Obras a Faturar - Consolidado

Obras a Faturar	1998	1997
Obras a Faturar – Ativo	28.635	37.350
Obras a Executar – Passivo	(22.508)	(24.670)
Saldo	6.127	12.680

15. Capital Social

O capital social é de R\$ 35.104, dividido em 4.014.809 ações, sendo 2.214.039 ações preferenciais e 1.800.770 ações ordinárias.

16. Dividendos

Em 30 de setembro de 1998 foram pagos dividendos deliberados na Assembléia Geral Ordinária de 23 de abril de 1998.

17. Reservas de Reavaliação**a) de Bens Próprios**

Foi realizada no exercício, mediante reversão para resultados acumulados, a parcela de R\$ 328, realização essa proporcional à ocorrida no permanente.

b) de Bens de Controladas

Foi realizada no exercício a parcela de R\$ 89, pela Kepler Weber Industrial S.A., mediante reversão para resultados acumulados.

18. Outras Receitas e Despesas Operacionais**a) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – Ativo**

A Companhia e suas controladas optaram por registrar, no Ativo Realizável a Longo Prazo, o valor líquido (diferido) calculado pela alíquota vigente (IRPJ 25% e CSLL 8%) sobre os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa da Contribuição Social, cujos valores, em 31/12/98 são: na Kepler Weber S.A., R\$ 6.484, na Kepler Weber Industrial S.A., R\$ 5.943 e no CEPEN, R\$ 1.470. Constituíram, também, provisão sobre o valor total do ativo da CSLL no valor: na Kepler Weber S.A., R\$ 1.572, na Kepler Weber Industrial S.A., R\$ 1.466 e no CEPEN, R\$ 356.

b) Créditos perante terceiros:

Foi constituída provisão para perda com créditos junto a terceiros no valor de R\$ 3.230 na Companhia e R\$ 7.829 na controlada Kepler Weber Industrial S.A.

c) A controlada Kepler Weber Industrial S.A. registrou no Ativo Realizável a Longo Prazo o crédito judicial trânsito em julgado, e garantido por penhora suficiente, no valor de R\$ 5.226.

19. Instrumentos Financeiros

Conforme estabelece a Instrução Normativa CVM nº 235/95, os valores mencionados nas notas explicativas 9, 11 e 12, representam os principais instrumentos financeiros. Os saldos contábeis mencionados correspondem substancialmente aos valores de realização e liquidação.

20. Seguros

<u>Objeto dos Seguros</u>	<u>Modalidade</u>	<u>31/12/98</u>	<u>31/12/97</u>
Estoque	Incêndio	5.372	5.692
Edifícios, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	20.907	21.006
Veículos	Resp. Civil		
	Danos Pessoais	3.990	3.727
	Danos Materiais	3.990	3.727

21. “Bug” do ano 2000

Os gastos incorridos até 31 de dezembro de 1998 na manutenção dos aplicativos montam em R\$ 281, e consistem em aquisição/adaptação de “softwares” e “upgrade” dos equipamentos de informática. Os equipamentos adquiridos de terceiros estão garantidos pelos fornecedores, quanto ao correto tratamento das datas posteriores a 31/12/1999. Os sistemas desenvolvidos internamente estão sendo adaptados de acordo com cronograma definido.

22. Eventos Subseqüentes

Em janeiro de 1999, o Banco Central do Brasil extinguiu a “Banda Cambial”, deixando ao mercado a livre negociação da taxa. No momento não é possível determinar os efeitos nas operações e na situação patrimonial futura da Companhia.



ITR – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00787-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL KEPLER WEBER SA	3 - C.G.C. 91.983.056/0001-69	4 - NIRE 43300004279
---------------------------	---	----------------------------------	-------------------------

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. ANDARAÍ, 566		2 - BAIRRO OU DISTRITO PASSO D'AREIA	
3 - CEP 91350-110	4 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE		5 - UF RS
6 - DDD 051	7 - TELEFONE 341-1044	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX 511684	11 - DDD 051	12 - FAX 341-8281	13 - FAX 341-9706
14 - FAX 341-2578			
15 - E-MAIL araujo@kepler.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - NOME SÉRGIO ARAÚJO SENS		2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. ANDARAÍ, 566	
3 - BAIRRO OU DISTRITO PASSO D'AREIA		4 - CEP 91350-110	5 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE
6 - UF RS	7 - DDD 051	8 - TELEFONE 341-1044	9 - TELEFONE -
10 - TELEX 511684	11 - DDD 051	12 - DDD 051	13 - FAX 341-8281
14 - FAX 341-9706	15 - FAX 341-2578	16 - E-MAIL diretoria@kepler.com.br	

01.04 - REFERÊNCIA DO ITR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/1999	31/12/1999	1	01/01/1999	31/03/1999	4	01/10/1998	31/12/1998

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (UNIDADES)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/1999	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/1998	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/1998
DO CAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	1.801	1.801	1.801
2 - PREFERENCIAIS	2.214	2.214	2.214
3 - TOTAL	4.015	4.015	4.015
EM TESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	-	-	-
6 - TOTAL	-	-	-

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	2 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL	4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1170000 - PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6 - TIPO DE CONSOLIDADO TOTAL
7 - TIPO DE RELATÓRIO DOS AUDITORES COM RESSALVA	

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CGC	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	---------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (REAIS)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (REAIS)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (UNIDADES)	7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (REAIS)
----------	-----------------------	-------------------------------------	--------------------------------	-------------------------	---	--------------------------------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 05/05/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



02.01 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
1	Ativo Total	80.295	78.668
1.01	Ativo Circulante	7.910	11.628
1.01.01	Disponibilidades	2.167	1.613
1.01.02	Créditos	5.112	8.741
1.01.03	Estoques	347	1.094
1.01.04	Outros	284	180
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.627	25.451
1.02.01	Créditos Diversos	5.956	5.863
1.02.01.01	IR a Compensar s/ Prejuízos Fiscais	4.912	4.912
1.02.01.02	Depósitos Judiciais	1.044	951
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	23.671	19.588
1.02.02.02	Com Controladas	23.671	19.588
1.03	Ativo Permanente	42.758	41.589
1.03.01	Investimentos	26.428	30.170
1.03.01.02	Participações em Controladas	26.286	30.028
1.03.01.03	Outros Investimentos	142	142
1.03.02	Imobilizado	11.289	11.419
1.03.03	Diferido	5.041	-

02.02 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
2	Passivo Total	80.295	78.668
2.01	Passivo Circulante	31.965	24.943
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.185	8.158
2.01.02	Debêntures	2.960	1.925
2.01.03	Fornecedores	1.853	880
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	297	246
2.01.06	Provisões	34	52
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	16.761	11.418
2.01.08	Outros	1.875	2.264
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	11.778	11.779
2.02.02	Debêntures	11.035	11.035
2.02.03	Provisões	743	744
2.05	Patrimônio Líquido	36.552	41.946
2.05.01	Capital Social Realizado	35.105	35.105
2.05.02	Reservas de Capital	5	5
2.05.03	Reservas de Reavaliação	6.331	6.469
2.05.03.01	Ativos Próprios	6.137	6.217
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	194	252
2.05.04	Reservas de Lucro	367	367
2.05.04.01	Legal	192	192
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	175	175
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(5.256)	-



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

03.01 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/01/1999	01/01/1999	01/01/1998	01/01/1998
		a 31/03/1999	a 31/03/1999	a 31/03/1998	a 31/03/1998
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	7.048	7.048	4.365	4.365
3.02	Deduções da Receita Bruta	-	-	(181)	(181)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	7.048	7.048	4.184	4.184
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(6.876)	(6.876)	(3.879)	(3.879)
3.05	Resultado Bruto	172	172	305	305
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(5.565)	(5.565)	(5.570)	(5.570)
3.06.01	Com Vendas	(705)	(705)	(994)	(994)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(655)	(655)	(628)	(628)
3.06.03	Financeiras	(1.260)	(1.260)	(1.285)	(1.285)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.021	2.021	349	349
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(3.281)	(3.281)	(1.634)	(1.634)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	795	795	511	511
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	-	-	(30)	(30)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(3.740)	(3.740)	(3.144)	(3.144)
3.07	Resultado Operacional	(5.393)	(5.393)	(5.265)	(5.265)
3.08.01	Receitas	-	-	4	4
3.08.02	Despesas	-	-	(4)	(4)
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	(5.393)	(5.393)	(5.265)	(5.265)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(5.393)	(5.393)	(5.265)	(5.265)
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	4.015	4.015	4.015	4.015
	Prejuízo por Ação	(1,34321)	(1,34321)	(1,31133)	(1,31133)

04.01 – NOTAS EXPLICATIVAS

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As informações relativas ao trimestre findo em 31 de março de 1999, estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (lei 6.404/76), adaptados aos artigos 4º e 5º da Lei 9.249/95, Instrução Normativa nº 248 e Parecer de Orientação nº 29 da CVM.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

- As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até o final do período.
- Os estoques estão demonstrados ao custo médio das compras e produção, sendo que os mesmos não excedem aos valores de mercado.
- Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.
- As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou construção e reavaliação, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens.

3. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS:

Importa em R\$ 743 mil o montante de impostos sobre saldo de reservas de reavaliação sendo, imposto de renda R\$ 562 mil e contribuição social R\$ 181 mil.

4. CAPITAL SOCIAL:

O capital social no valor de R\$ 35.104.850,08, representado por 4.014.809 ações, sendo 1.800.770 ações ordinárias e 2.214.039 ações preferenciais. As ações têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro, sendo que as ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo obrigatório, não cumulativo, de 6% ao ano sobre o capital social corrigido.

5. INVESTIMENTOS:

A Kepler Weber S.A. possui investimentos nas seguintes empresas:

a) Kepler Weber Industrial S.A.

Sediada em Panambi, RS, tem por objetivos a indústria e o comércio de equipamentos agrícolas, silos e secadores, seus componentes, peças e acessórios, equipamentos para malteria e cervejaria, exportação, representação comercial, comércio de veículos, peças e acessórios, a sua importação e exportação, comércio de tintas, vernizes, correias, comércio e indústria de equipamentos eletro-eletrônicos, a prestação de serviços e assistência técnica a veículos automotores em geral e a participação em outros empreendimentos.

b) Nippon Veículos Ltda.

Sediada em Panambi, RS, tem como objetivo social principal, o comércio de veículos nacionais e importados, novos e usados. Em função da majoração das alíquotas dos tributos sobre importação, a administração decidiu por reduzir suas atividades.

c) CEPEM - Centro de Engenharia, Projetos e Montagens Ltda.

Sediada em Bauru, SP, tem como objeto social principal, a indústria e comércio de equipamentos em aço inoxidável destinados às indústrias de alimentos, bebidas, farmacêutica etc., e a prestação de serviços nas áreas de engenharia mecânica, projetos e montagens industriais.

d) GKS International Company

A Kepler Weber S.A. participa indiretamente, através da subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A., na empresa GKS INTERNATIONAL COMPANY, sediada em George Town, Ilhas Cayman, que tem como atividade principal o comércio, a importação e a exportação de produtos em geral.

Os investimentos em controladas e coligadas apresentam a seguinte movimentação:

<u>Investimentos</u>	<u>Kepler Weber Indl. S.A.</u>	<u>Nippon Veículos Ltda.</u>	<u>CEPEM Ltda.</u>
SUJEITOS À AVALIAÇÃO POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL			
Nº de Ações ou Quotas de Capital	42.035.717	399.990	758.798
Valor do Patrimônio Líquido / (Passivo Descoberto)	26.823	219	(756)
Percentual de Participação	100,00	99,9975	99,9997

6. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:

Aplicação dos empréstimos e financiamentos

	<u>CONSOLIDADO</u>			
	<u>Março/99</u>		<u>Dezembro/98</u>	
	<u>circulante</u>	<u>longo prazo</u>	<u>circulante</u>	<u>longo prazo</u>
Moeda nacional				
Ativo permanente				
FINAME	141	29	155	52
FINEP	591	2.362	687	2.746
Capital de giro	5.233	-	5.639	114
Moeda estrangeira				
Capital de giro	22.679	58	17.284	-
Adto. cont. câmbio	4.540	-	5.380	-
	<u>33.184</u>	<u>2.449</u>	<u>29.145</u>	<u>2.912</u>

O valor referente à FINEP corresponde, na subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A., a 44 parcelas equivalentes a 1,7% da receita operacional líquida do mês imediatamente anterior ao da amortização.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Conforme dispõe a Instrução Normativa nº 235/95, informamos abaixo o valor contábil dos instrumentos financeiros reconhecidos nas ITR's de 31/03/1999.

a) Aplicações financeiras:

	<u>março/99</u>	<u>dezembro/98</u>
Aplicações financeiras (controladas)	-	59
Aplicações financeiras (controladora)	2.153	1.606

b) Composição dos mútuos:

	<u>março/99</u>	<u>dezembro/98</u>
KEPLER WEBER S.A.		
<u>Controlada</u>	<u>ativo</u>	<u>ativo</u>
KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A.	18.556	14.787
CEPEM-CENT.ENG.PROJ.E MONT.LTDA	5.115	4.801
	<u>23.671</u>	<u>19.588</u>

KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A.

<u>Interligada</u>	<u>passivo</u>	<u>passivo</u>
NIPPON VEÍCULOS LTDA.	180	180

Obs.: Os saldos dos mútuos da controladora e suas controladas, referem-se a operações de compra e venda de mercadorias objeto de sua atividade principal.

	<u>março/99</u>	<u>dezembro/98</u>
c) Commercial Paper – GKS	16.761	11.418

Obs.: Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros correspondem substancialmente aos valores de realização/liquidação.

8. IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO ATIVO:

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro líquido - Ativo.

A Companhia e suas controladas optaram por registrar, no Ativo Realizável a Longo Prazo, o valor líquido (diferido) calculado pela alíquota vigente (IRPJ 25% e CSSL 8%) sobre os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa da Contribuição Social, cujos valores, em 31/12/98 são: na Kepler Weber S/A., R\$ 6.484 na Kepler Weber Industrial S/A., R\$ 5.943 e no CEPEM, R\$ 1.470. Constituíram também, provisão sobre o valor total do ativo da CSLL no valor: na Kepler Weber S/A., R\$ 1.572, na Kepler Weber industrial S/A., R\$ 1.466 e no CEPEM, R\$ 356.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

9. DIFERIMENTO DA VARIAÇÃO CAMBIAL (M.P. 1818)

A Companhia, utilizando da autorização legislativa contida na Medida Provisória nº 1818 de 25 de março de 1999, e de acordo com a Deliberação CVM 294 de 26 março 1999, ativou (Ativo Permanente Diferido) a variação cambial líquida gerada no primeiro trimestre de 1999. As despesas de variação cambial sobre passivos em dólar somam R\$ 14.074 mil e as receitas sobre ativos em dólar somam R\$ 4.932 mil, perfazendo um resultado líquido negativo de R\$ 9.142 mil. De acordo e em cumprimento às normas acima indicadas, a Companhia deverá amortizar a variação cambial diferida à razão de 25% a.a. No primeiro trimestre de 1999 o valor amortizado foi de R\$ 571 mil.

10. BUG DO ANO 2000:

Os gastos incorridos até 31 de março de 1999 na manutenção dos aplicativos montam em R\$ 285 mil, sendo estimados gastos adicionais de R\$ 34 mil até o encerramento do projeto, previsto, conforme cronograma, para dezembro de 1999. Os gastos consistem em adaptação dos “softwares” e “upgrade” dos equipamentos de informática. Os sistemas adquiridos de terceiros estão garantidos pelos fornecedores, quanto ao correto tratamento de datas posteriores a 31/12/1999. Os sistemas desenvolvidos internamente estão sendo adaptados de acordo com cronograma definido. Estão sendo realizados testes em todos os sistemas, e controladas as eventuais medidas que devam ser tomadas. As informações acima não foram examinadas por auditor independente.

EVENTOS SUBSEQÜENTES

A Companhia realizou Assembléia Geral Extraordinária em 05/04/99, pela qual deliberou a quarta emissão pública de debêntures nominativas, não conversíveis, da espécie subordinada, no valor total de R\$ 56.300 mil representado por 5.630 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10 mil na data da emissão, tida para todos os efeitos como o dia 17/05/99. Os recursos da emissão serão utilizados para alongamento do perfil do endividamento da Companhia e suas controladas, e realização de investimentos. A Companhia está submetendo os documentos da emissão para apreciação da CVM, visando o registro permissivo da realização da emissão pública.

A Companhia realizou Assembléia Geral Ordinária em 27/04/99, pela qual aprovou as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/98, outorgou destinação ao prejuízo do exercício, reelegeu os membros titulares do Conselho de Administração e alterou a nominata de alguns suplentes, e fixou a remuneração global da Administração para o período de até a próxima AGO.

O Conselho de Administração da Companhia, em 29/04/99 promoveu o desligamento do Sr. Celso Emílio Zenker do cargo de Diretor de Relações com o Mercado, e elegeu o Sr. Sérgio Araújo Sens para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado.

05.01 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O desempenho da Companhia é fundamentado na equivalência patrimonial, através da subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A., sediada em Panambi/RS.

Ver quadro “COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO”.

07.01 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/01/1999	01/01/1999	01/01/1998	01/01/1998
		a 31/03/1999	a 31/03/1999	a 31/03/1998	a 31/03/1998
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	28.846	28.846	26.754	26.754
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.252)	(3.252)	(3.124)	(3.124)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	25.594	25.594	23.630	23.630
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(19.470)	(19.470)	(21.101)	(21.101)
3.05	Resultado Bruto	6.124	6.124	2.529	2.529
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(11.528)	(11.528)	(7.820)	(7.820)
3.06.01	Com Vendas	(2.946)	(2.946)	(3.142)	(3.142)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(2.212)	(2.212)	(2.482)	(2.482)
3.06.03	Financeiras	(6.162)	(6.162)	(2.180)	(2.180)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	791	791	321	321
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(6.953)	(6.953)	(2.501)	(2.501)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	12	12	-	-
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(220)	(220)	(16)	(16)
3.07	Resultado Operacional	(5.404)	(5.404)	(5.291)	(5.291)
3.08	Resultado não Operacional	11	11	26	26
3.08.01	Receitas	68	68	51	51
3.08.02	Despesas	(57)	(57)	(25)	(25)
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	(5.393)	(5.393)	(5.265)	(5.265)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(5.393)	(5.393)	(5.265)	(5.265)
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	4.015	4.015	4.015	4.015
	Prejuízo por Ação	(1,34321)	(1,34321)	-	-

08.01 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

VENDAS

O volume de pedidos de venda consolidado da Companhia no primeiro trimestre de 1999, atingiu R\$ 25.424 mil, o que representou um crescimento de 21,9% em relação aos mesmo período de 1998 (R\$ 20.851 mil).

RESULTADO

O resultado consolidado da Kepler Weber S.A. no primeiro trimestre, apresentou um prejuízo de R\$ 5.393 mil, conseqüência direta do impacto das despesas

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

17.01 – RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL – COM RESSALVA**RELATÓRIO SOBRE REVISÃO ESPECIAL**

Aos

Administradores e Acionistas de
KEPLER WEBER S.A.

1. Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais (ITR) de KEPLER WEBER S.A., compreendendo o balanço patrimonial de 31 de março de 1999, a demonstração do resultado para o trimestre findo naquela data, o relatório de desempenho e as informações relevantes.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e constituiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Sociedade.
3. Conforme descrito na nota 10 das ITRs, a Sociedade e sua Controlada Kepler Weber Industrial S.A. optaram pelo diferimento de variações cambiais passivas líquidas. As práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil requerem que os efeitos de flutuações nas taxas de câmbio sejam reconhecidos no resultado, no período em que ocorreram. Como consequência, o ativo diferido e investimentos em 31 de março de 1999 estão super-avaliados em R\$ 3.781 mil e R\$ 2.647 mil, respectivamente, o patrimônio líquido naquela data super-avaliado em R\$ 6.428 mil e o resultado do trimestre findo naquela mesma data subavaliado em R\$ 6.428 mil, já considerados os efeitos fiscais correspondentes.
4. Baseados em nossa revisão especial, exceto pelos efeitos do assunto comentado no parágrafo 3 acima, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.
5. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1998, apresentado para fins comparativos, foi por nós examinado conforme parecer, sem ressalva, datado de 26 de fevereiro de 1999 e a demonstração do resultado para o trimestre findo em 31 de março de 1998, apresentada para fins comparativos, foi também por nós revisada, conforme relatório, sem ressalva, emitido em 13 de maio de 1998.

Porto Alegre, 03 de maio de 1999.

ARTHUR ANDERSEN S/C – CRC.SP-123-S-RS

Roberto Wagner Promenzio

Sócio-Diretor Responsável

Contador – CRC.SP – 1SP088438/0-9-S-RS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

IAN – INFORMAÇÕES ANUAIS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00787-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL KEPLER WEBER SA	3 - C.G.C. 91.983.056/0001-69
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL KEPLER WEBER		5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR
6 - NIRE 43300004279		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, Nº E COMPLEMENTO) AV. ANDARAÍ, 566							2 - BAIRRO OU DISTRITO PASSO D'AREIA	
3 - CEP 91350-110	4 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE			5 - UF RS				
6 - DDD 051	7 - TELEFONE 341-1044	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX 511684	11 - DDD 051	12 - FAX 341-9706	13 - FAX 341-8281	14 - FAX -
15 - E-MAIL araujo@kepler.com.br								

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

1 - NOME LUCIANO DE ARAUJO					2 - CARGO ASSIST. DIRETORIA DE REL. COM MERCADO			
3 - ENDEREÇO COMPLETO AV. ANDARAÍ, 566				4 - BAIRRO OU DISTRITO PASSO D'AREIA			5 - CEP 91350-110	
6 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE	7 - UF RS	8 - DDD 051	9 - TELEFONE 341-1044	10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -	12 - TELEX 511684		
13 - DDD 051	14 - FAX 341-8281	15 - FAX 341-9706	16 - FAX -	17 - E-MAIL araujo@kepler.com.br				

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

18 - ITEM	19 - MUNICÍPIO	20 - UF	21 - DDD	22 - TELEFONE	23 - TELEFONE
-----------	----------------	---------	----------	---------------	---------------

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME SÉRGIO ARAUJO SENS				2 - ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, Nº E COMPLEMENTO) AV. ANDARAÍ, 566			
3 - BAIRRO OU DISTRITO PASSO D'AREIA			4 - CEP 91350-110	5 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE			6 - UF RS
7 - DDD 051	8 - TELEFONE 341-1044	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX 511684	12 - DDD 051	13 - FAX 341-9706	
14 - FAX 341-8281	15 - FAX -	16 - E-MAIL controladoria@kepler.com.br					

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/1998	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/1998
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/1999	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/1999
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ARTHUR ANDERSEN S/C	6 - CÓDIGO CVM 00283-6

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO <input type="checkbox"/> [1] BVBAAL <input checked="" type="checkbox"/> [2] BVES <input type="checkbox"/> [3] BVMSB <input type="checkbox"/> [4] BVPP <input type="checkbox"/> [5] BVPR <input type="checkbox"/> [6] BVRG <input checked="" type="checkbox"/> [7] BVRJ <input checked="" type="checkbox"/> [8] BOVESPA <input type="checkbox"/> [9] BVST							2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO BOLSA
3 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL	4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1170000 - PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO			5 - ATIVIDADE PRINCIPAL EQUIP. PARA TRANSP. ARMAZENAGEM, BENEFICIAMENTO GRÃOS.			

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL					
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA. <input checked="" type="checkbox"/> [1] AÇÕES <input type="checkbox"/> [2] AÇÕES RESGATÁVEIS <input checked="" type="checkbox"/> [3] DEBÊNTURES SIMPLES <input type="checkbox"/> [4] DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES <input type="checkbox"/> [5] PARTES BENEFICIÁRIAS <input type="checkbox"/> [6] BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO					

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. -	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 27/04/1999
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 19/04/1999	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 26/03/1999

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	ZERO HORA	RS
02	FOLHA DE SÃO PAULO	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 18/05/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



02.01 – COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

Item	Nome do Administrador / CPF	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Código Tipo do Administrador*	Função
01	Othon D'Eça Cals de Abreu 131.692.469-68	27/04/1999	Ago/2002	2	Presidente do Conselho de Administração
02	Antonio Carlos Saraiva de Paiva 067.904.968-15	27/04/1999	Ago/2002	2	Vice-presidente do Cons. Administração
03	Maria Célia de Castro Juannes 588.265.307-00	27/04/1999	Ago/2002	2	Membro do Cons. Administração
04	Simão Guilhem Guilhem 000.552.128-91	27/04/1999	Ago/2002	2	Membro do Cons. Administração
05	Paulo Iserhard 184.832.910-53	17/02/1997	17/02/2000	1	Diretor Presidente
06	Sérgio Araújo Sens 029.951.669-53	03/05/1999	17/02/2000	1	Dir. Adm. Fin. e de Rel. com o Mercado
07	Jorge Rangel Dantas Brasil 001.678.197-04	27/04/1999	Ago/2002	2	Suplente Presidente do Cons. de Adm.
08	Fernando Pereira da Fonseca 230.893.777-72	27/04/1999	Ago/2002	2	Suplente Vice-presidente do Con. de Adm.
09	Walter Elias Furtado 679.770.227-53	27/04/1999	Ago/2002	2	Suplente Membro Cons. Administração
10	Ilton dos Santos Almeida 431.942.657-68	27/04/1999	Ago/2002	2	Suplente Membro Cons. Administração

* Código: 1 – Pertence Apenas à Diretoria;
2 – Pertence Apenas ao Conselho de Administração;
3 – Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração.

02.02 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

01. Othon D'êça Cals de Abreu

Nascimento: 26/09/1941

Último Grau Escolar: Curso Superior de Direito e Economia (incompletos)

Experiência Profissional:

- Banco do Estado de Santa Catarina:
Diretor Adjunto da BESC Financeira
- Banco do Brasil:
Gerente Geral Agência Trindade - Florianópolis/SC
Gerente Geral Agência Centro - Florianópolis/SC
Superintendente Estadual de Santa Catarina

02. Antonio Carlos Saraiva de Paiva

Nascimento: 28/02/1943

Último Grau Escolar: Eng. Indl. Metalúrgico

Instituição: Universidade Federal Fluminense - Volta Redonda/RJ

Experiência Profissional:

- SERPRO:
Analista de Sistemas
Gerente de Divisão
Diretor para o Ministério da Fazenda
Diretor Superintendente
Diretor Superintendente de Administração Financeira

03. Maria Célia de Castro Juannes

Nascimento: 29/03/1960

Último Grau Escolar: Bel. Ciências Contábeis

Instituição: Universidade Federal Fluminense - Niterói/RJ

Experiência Profissional:

- BB DTVM:
Analista de Investimentos
Gerente de Análise de Investimentos e Pesquisa
- PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil:
Analista de Investimentos
- PROPETT S.A.
Membro do Conselho de Administração

04. Simão Guilhem Guilhem

Nascimento: 07/01/1934

Último Grau Escolar: Técnico em Contabilidade

Instituição: Escola Técnica 30 de Outubro - São Paulo/SP

Experiência Profissional:

- VARIG
Assistente da Presidência e Vice-presidência
Assistente da Diretoria de Contabilidade
Diretor Regional/RS
- Fundação Rubem Berta:
Diretor Geral

05. Paulo Iserhard

Nascimento: 24/09/1955

Último Grau Escolar: Eng. Mecânico

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS

Experiência Profissional:

- Kepler Weber Industrial S.A.:
Gerente de Projetos
Gerente de Engenharia
Supervisor de Manufatura
Diretor de Manufatura
Diretor Superintendente
- Kepler Weber S.A.:
Diretor Vice-presidente
Diretor Presidente

06. Sérgio Araújo Sens

Nascimento: 28/09/1949

Último Grau Escolar: Bel. Administração de Empresas

Instituição: Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) - Florianópolis/SC

Experiência Profissional:

- Coml. Haraldo Germer Ltda. (Distribuidora Sadia S.A.)
Gerente Geral
- Ceval Alimentos S.A.:
Gerente Financeiro
Diretor Financeiro

07. Jorge Rangel Dantas Brasil

Nascimento: 16/12/1933

Último Grau Escolar: Curso Superior de Direito (incompleto)

Instituição: Pontifícia Universidade Católica/PUC – Petrópolis/RJ

Experiência Profissional:

- Banco Brasileiro Iraquiano
Presidente do Conselho de Administração
Presidente do Conselho Diretor
- Banco do Brasil
Gerente Agência Centro/RJ

08. Fernando Pereira da Fonseca

Nascimento: 13/08/1949

Último Grau Escolar: Bel. Administração de Empresas

Instituição: Faculdade Moraes Júnior – Rio de Janeiro/RJ

Experiência Profissional:

- Instituto SERPROS
Gerente de Investimentos
Analista de Investimentos
Contador

09. Walter Elias Furtado

Nascimento: 31/05/1961

Último Grau Escolar: MBA Executivo de Finanças

Instituição: IBMEC – Rio de Janeiro/RJ

Experiência Profissional:

- Banco do Brasil S.A.
Gerente de Divisão – Setor de Privatizações, Fusões e Aquisições
- PREVI – Caixa Prev. Func. Bco. do Brasil
Gerente Mercado de Capitais
Analista de Investimentos

10. Ilton dos Santos Almeida

Nascimento: 18/06/1957

Último Grau Escolar: Mestre em Economia

Instituição: Escola de Pós-graduação em Economia – Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro/RJ

Experiência Profissional:

- Instituto AERUS
Diretor Financeiro
- Marinha Mercante
Projeto de Securitização de Recebíveis
- Banco ARBI
Administrador de Carteira
- Instituto AERUS
Gerente de Investimentos
Assessor Diretoria Financeira

03.01 – EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

Evento Base	Data do Evento	Pessoas Físicas e Jurídicas	Investidores Institucionais	Acordo de Acionistas	Ações Preferenciais com Direito a Voto	
					Sim / Não	Tipo
AGO	27/04/1999	605	12	Não	Não	-

03.02 – POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

Item	Nome / Razão Social CPF / CGC Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações		Composição Capital Social	Part. no acordo de Acionistas	Controlador
		(Mil)	%	(Mil)	%	(Mil)	%			
01	PREVI-Caixa Prev. Func. Bco. do Brasil 33.754.482.0001/24 Brasileira / RJ	450	24,99	440	19,87	890	22,17	-	-	Sim
02	Instituto Aerus de Seguridade Social 27.901.719.0001/50 Brasileira / RJ	450	24,99	463	20,91	913	22,74	-	-	Sim
03	Instituto Serpro de Seguridade Social 29.738.952.0001/99 Brasileira / RJ	450	24,99	463	20,91	913	22,74	-	-	Sim
04	BB Distr. Títulos Val. Mobiliários S.A. 30.822.936.0001/69 Brasileira / RJ	174	9,66	23	1,04	197	4,91	-	-	Sim
05	BB Bco. de Investimento S.A. 24.933.830.0001/30 Brasileira / RJ	175	9,72	-	-	175	4,36	05/04/99	-	Sim
06	Fundo de Invest. Financeiro BB Leverage 00.982.695.0001/54 Brasileira / RJ	101	5,61	-	-	101	2,52	-	-	Sim
98	OUTROS	1	0,04	825	37,27	826	20,56	-	-	-
99	TOTAL	1.801	100,00	2.214	100,00	4.015	100,00	-	-	-

03.03 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora Nome / Razão Social CPF / CGC / Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
05	BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.							05/04/1999
501	Banco do Brasil S.A. 00.000.000.0001/91 Brasileiro / DF	16.785.804	100,00	-	-	16.785.804	100,00	-
599	TOTAL	16.785.804	100,00	-	-	16.785.804	100,00	-

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

04.01 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1) Data da Última Alteração: 22/12/1997

Item	Espécie das Ações	Nominativa ou Escritural	Valor Nominal (Reais)	Quantidade de Ações (Mil)	Subscrito (Reais Mil)	Integralizado (Reais Mil)
01	Ordinárias	Escritural	S.V.N.	1.801	15.747	15.747
02	Preferenciais	Escritural	S.V.N.	2.214	19.357	19.357
99	TOTAIS			4.015	35.104	35.104

04.02 – CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Data da Alteração	Valor do Capital Social (Reais Mil)	Valor da Alteração (Reais Mil)	Origem da Alteração	Quantidade de Ações Emitidas (Mil)	Preço da Ação na Emissão (Reais)
01	22/12/1997	35.104	(23.300)	Redução do Capital Social	-	-
02	15/04/1997	58.404	26.306	Conversão de Debêntures	2.777	-
03	13/05/1996	32.098	5.887	Correção Monetária	-	-

04.04 – CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

Quantidade (Mil)	Valor (Reais Mil)	Data da Autorização
-	181.818	11/11/1994

04.05 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

Não se aplica à Companhia.

06.01 – PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Provento	Aprovação da Distribuição Evento	Data da Aprovação Distribuição	Término Exercício Social	Lucro ou Prej. Líquido no Período (Reais Mil)	Valor do Provento por Ação	Espécie das Ações	Classe das Ações	Montante do Provento (Reais Mil)	Data de Início de Pagamento
02	Dividendo	AGO	23/04/1998	31/12/1997	3.850	0,5246300000	Preferencial	-	1.162	30/09/1998

06.03 – DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

Item	Espécie da Ação	Classe da Ação	% do Capital Social	% Tipo Dividendo Fixo	% Tipo Dividendo Mínimo	% Tipo Dividendo Cumulativo	Base de Cálculo	Prev. Reembolso de Capital	Prêmio	Direito a Voto
01	Preferencial	-	55,15	-	6,00	-	Baseado no Capital Social	Sim	Não	Não
02	Ordinária	-	44,85	-	25,00	-	Baseado no Lucro	Sim	Não	Sim

06.04 – MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

Data da Última Modificação do Estatuto	Dividendo Obrigatório (% do Lucro)
22/12/1997	25,00

07.01 – REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

Participação dos Administradores no Lucro	Valor da Remuneração Global dos Administradores (Reais Mil)	Periodicidade
Sim	637	Anual

07.02 – PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Descrição das Participações e Contribuições	Valor do Último Exercício 31/12/1998 (Reais Mil)	Valor do Penúltimo Exercício 31/12/1997 (Reais Mil)	Valor do Antepenúltimo Exercício 31/12/1996 (Reais Mil)
08	Lucro Líquido no Exercício	-	3.850	-
09	Prejuízo Líquido no Exercício	2.228	-	6.587

07.03 – PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

Item	Razão Social da Controlada / Coligada / CGC	Classificação	% Participação no Capital da Investida	% Patrimônio Líquido da Investidora	Tipo de Empresa
01	Kepler Weber Industrial S.A. 87.288.940/0001-06	Fechada Controlada	100,00	70,78	Empresa Comercial, Industrial e Outras

08.01 – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

01	Item	1
02	Nº Ordem	2
03	Nº Registro na CVM	SEP/GER/DEB-90/046
04	Data do Registro CVM	18/09/1990
05	Série Emitida	UN
06	Tipo de Emissão	Simple
07	Natureza da Emissão	Pública
08	Data da Emissão	01/04/1990
09	Data de Vencimento	01/04/2000
10	Espécie da Debênture	Subordinada
11	Condição de Remuneração Vigente	ANBID + 1,3% a.a.
13	Valor Nominal (Reais)	1.035,21
14	Montante Emitido (Reais Mil)	13.457
15	Quantidade Títulos Emitidos (Unidade)	13.000
16	Título Circulação (Unidade)	10.660
17	Título Tesouraria (Unidade)	2.340
21	Data da Última Repactuação	01/05/1998
22	Data do Próximo Evento	01/05/1999

09.01 – BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA**1925 - FUNDAÇÃO**

Em 12 de maio de 1925, os irmãos Otto Kepler e Adolfo Kepler Jr., filhos dos pioneiros Adolfo e Olga Kepler, adquirem uma pequena ferraria no núcleo colonial “New Württemberg”, hoje município de Panambi, e passam a fabricar carroças, aranhas (carruagens), enxadas, foices e outros instrumentos.

1926

Ernesto Emílio Kepler, irmão de Otto e Adolfo, decide promover a venda de veículos da marca Chevrolet. Em 1936 a firma “Kepler Irmãos” é nomeada Concessionária Chevrolet, fato inédito para as normas da General Motors, que até então só admitia agências autorizadas em sedes municipais.

1935

Os irmãos Otto e Adolfo estabelecem contato com o Sr. Paulo Otto Weber que, em Cachoeira do Sul, fabrica máquinas para engenhos de arroz. O objetivo é a fusão dos dois empreendimentos, que ocorre no final do mesmo ano. Surge então a “Seção Fábrica de Máquinas Kepler & Weber”.

1963

A KW transforma-se em sociedade anônima, sob a razão social de “Kepler Weber S.A. - Indústria, Comércio, Importação e Exportação”.

1967

Entra em funcionamento o primeiro secador KW para cereais, modelo KW-6, instalado na Cooperativa Tritícola Panambi Ltda.

1973

Com as primeiras exportações de equipamentos KW para o Paraguai, a Kepler Weber inicia a conquista do mercado Sul-Americano.

1975

Durante as comemorações do jubileu de ouro da Kepler Weber, é inaugurada a primeira etapa de obras da “Fábrica 2”, em Panambi, com 12.000 m².

1976

Inaugura-se a segunda etapa de obras da “Fábrica 2”, com 8.400 m². Em outubro é realizada a entrega do primeiro armazém graneleiro construídos pela KW, para a Brahma Armazéns Gerais S.A., com capacidade para 20.000t de cevada.

1978

Os primeiros silos metálicos “KW-Steel”, modelo 60, são instalados na Cooperativa Tritícola Panambi Ltda. É firmado contrato para instalação da primeira maltaria KW, na Maltaria Navegantes S.A., integrante da Cia. Cervejaria Brahma, em Porto Alegre/RS.

1979

A Kepler Weber exporta silos e secadores para a África.

1981

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Instala-se a revenda de correias agrícolas e industriais da marca GATES, peças de reposição e motores elétricos, através do Departamento Agrocomercial.

1984

A Kepler Weber S.A. faz a primeira emissão de debêntures conversíveis, com distribuição pública, com a liderança do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

1987

É constituída a GKS International Company, sediada nas Ilhas Cayman, com o objetivo de dinamizar as operações de comércio exterior.

1988 a 1990

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

É contratada a empresa de consultoria Arthur D. Little, para diagnosticar a real situação da empresa, com a adoção das seguintes medidas, entre outras:

- Estabelecimento de objetivos e metas;
- Contratação de novos executivos (profissionalização da alta administração);
- Realização de fusões e incorporações nas diversas empresas integrantes do grupo;
- Eliminação de produtos não rentáveis e desenvolvimentos de novos produtos;
- Implantação do conceito de padronização de peças e componentes;
- Implantação do projeto de gestão fabril MRP II/JIT;
- Centralização dos processos de manufatura, com a concentração de todas as atividades fabris na “Fábrica 2”, em Panambi;
- Elevação do giro de estoques;
- Redução do tempo de “Set-up” das máquinas;
- Implantação do Sistema de Gerenciamento de Pedidos (SGP), permitindo a exata identificação do estágio de fabricação de cada pedido;
- Implantação do conceito de Assistência Técnica própria e autorizada (diferencial de mercado em relação à concorrência);
- Redefinição das políticas comerciais (descontos, prazos, remuneração variável para a equipe de vendas);
- Centralização administrativa da área comercial;
- Alteração na política de comunicação com os clientes, sob o conceito “Business to Business”.

1991

Dando ênfase à redução de preços e aumento de produtividade, são lançados os secadores da linha “KW/R” que, com a mesma capacidade de secagem dos modelos antigos, apresenta redução de 30% no preço de venda e de 20 % no consumo de lenha e energia elétrica. São lançados, também, os silos A-200 e A-150, com capacidade para até 22.000t.

1993

É implementado o processo de formação de parcerias com fornecedores, tendo como primeiros parceiros as empresas Tintas Renner S.A. (tintas e vernizes) e CISER (elementos de fixação).

Lançamento de 2 novos produtos: GRAINKONTROL (Operador Programável para Aeração) e QUALIKONTROL (Operador Programável para Secadores).

Dando cumprimento à primeira etapa do programa de investimentos, é importada uma máquina de corte de chapas de aço a “laser”, que reduz a quantidade de retalho de aço, tempo de corte e nível de ruído no ambiente da fábrica.

1994

É lançado, durante a sétima convenção de vendas, o programa QTKW - Qualidade Total Kepler Weber. O programa é baseado no estilo japonês e a implantação feita sob a assessoria da Fundação Christiano Ottoni.

1995

Lançamento das máquinas de limpeza modelos MLP60 e MPL80, com capacidades de limpeza de 60t/h e 80 t/h, respectivamente, equipadas com mecanismos anti-poluente e dos silos 30 (fundo elevado) e 90 (fundo plano).

1996

Em fevereiro é anunciada a venda do controle acionário da Kepler Weber S.A. A KW Administração e Representações Ltda. vende a totalidade das ações ordinárias que lhe asseguravam o controle acionário da Empresa. O controle passa a ser exercido pelos fundos de pensão PREVI-Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (25%), AERUS-Instituto Aerus de Seguridade Social (25%) e SERPROS-Instituto Serpro de Seguridade Social (25%), e as instituições do mercado aberto BB DTVM S.A. (9%) e BB FIF Leverage (3,2%).

1997

Agosto: A Kepler Weber é indicada a receber a certificação ISO9001, após auditoria realizada pelo BVQI, órgão certificador no Brasil.

Outubro: A Kepler Weber S.A. adquire participação na empresa CEPEM-Centro de Engenharia, Projetos e Montagens Ltda., sediada em Bauru/SP, cuja atividade principal é a fabricação e montagem de equipamentos em aço inox, destinados às indústrias de bebidas, de alimentos, de cosméticos, farmacêutica e química.

1998

A companhia iniciou o exercício de 1998 com 1.214 colaboradores, sendo 857 efetivos, 289 temporários e 68 estagiários. Ao final do exercício estas quantidades eram de 777 efetivos, 484 temporários e 87 estagiários.

09.02 – CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A Kepler Weber S.A. tem como atividades principais a administração de participações societárias (holding) e o comércio exterior (trading).

Como “holding”, o resultado de equivalência patrimonial, pelas participações societárias na subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. e na CEPEM-Centro de

Projetos, Engenharia e Montagens Ltda., é fator determinante do resultado.

A Kepler Weber Industrial S.A. concentra as atividades produtiva (projeto e fabricação dos equipamentos) e de comercialização no mercado interno. Ver quadro “19.09 – CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO”.

O CEPEM é responsável pela atuação do grupo no segmento de equipamentos sanitizados em aço inox, destinados às indústrias de bebidas (refrigerantes, sucos, cervejas), laticínios, alimentos, cosméticos, farmacêutica e química.

Como “trading company”, comercializa os equipamentos da Kepler Weber Industrial S.A.

A existência de linhas de financiamento à exportação é fator de grande influência na concretização das exportações e na ampliação do volume dos negócios no mercado externo, notadamente as linhas BNDES-EXIM e PROEX, bem como a existência de seguro de crédito à exportação.

Mesmo antes da formação do MERCOSUL, a Companhia já realizava, de forma significativa, negócios com os países componentes do bloco.

09.03 – PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

A principal linha de equipamentos da Kepler Weber é destinada à agricultura, mais especificamente, armazenagem de grãos.

O período de safra, para a maioria da produção latino-americana, inicia no mês de março, portanto, as encomendas e, conseqüentemente, a produção dos equipamentos, intensificam-se no segundo semestre, pois a entrega dos equipamentos, instalados e em funcionamento, é programada para os meses de verão, que antecedem a colheita.

Com intuito de reduzir os efeitos da sazonalidade sobre os negócios, a Kepler Weber ingressou no segmento de equipamentos em aço inox, destinados às indústrias de bebidas (refrigerantes, sucos, cervejas), laticínios, alimentos, cosméticos, farmacêutica e química.

Além desta, a Companhia vem adotando outras medidas no sentido de reduzir os efeitos da sazonalidade:

- intensificação de contatos comerciais nos continentes europeu e asiático, onde o período de plantio e de colheita são opostos ao latino-americano;
- aumento da participação nas vendas de equipamentos industriais, tais como: transportadores portuários, fábricas de ração, equipamentos para maltarias e cervejarias, imunes à sazonalidade.

10.01 – PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

Item	Principais Produtos e/ou Serviços	% Receita Líquida
01	Sistemas de Armazenagem	97,21

10.02 – MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Item	Matéria Prima	Im- por- tação	Valor da Importação (Reais Mil)	Disponível		Nome do Fornecedor	Tipo de Fornecedor	% de Fornecimento sobre o Total das Compras da Cia.
				Local	Externo			
01	Sistemas de Armazenagem	Não	-	Sim	Sim	Kepler Weber Industrial S.A.	Empresa Controlada	100,00

11.01 – PROCESSO DE PRODUÇÃO

A produção, concentrada na subsidiária Kepler Weber Industrial S.A., é essencialmente sob encomenda, sob gestão MRP II (Planejamento dos Recursos de Manufatura), com filosofia “Just in Time”.

O “Lay Out” fabril é de uma fábrica dedicada, constituída de células de manufatura e mini-fábricas, de forma a permitir a fabricação no menor tempo (“Lead Time”). São utilizadas técnicas de redução de “Set-up” (preparação de máquina) e Kanban (indicadores visuais), visando agilidade e redução de custos.

Além das técnicas, os ganhos de produtividade são obtidos através de programas participativos, onde os colaboradores exercitam sua criatividade para solução de problemas. Mais de 70% dos colaboradores participam, espontaneamente, de grupos de CCQ (Círculo de Controle de Qualidade). Há implantado um sistema completo de “Kaizen” (melhoramentos contínuos).

As atividades de manutenção são realizadas sob a filosofia TPM (Manutenção Produtiva Total), na qual os próprios operadores são responsáveis pela manutenção das máquinas e equipamentos.

Há um planejamento para que as atividades de melhoria mais impactantes, como alteração de “Lay Out” e manutenção dos equipamentos, ocorram no 2º trimestre do exercício, época de atividades produtivas menos intensas em função da sazonalidade.

O pico de produção ocorre no último trimestre do ano, quando é utilizada cerca de 75% da capacidade instalada. No último trimestre dos três últimos exercícios o consumo de aço (principal matéria-prima) foi de 10.436 toneladas em 1998, 11.642 toneladas em 1997 e 10.704 toneladas em 1996. O consumo total nos três últimos exercícios foi de 27.990 toneladas em 1998, 26.513 toneladas em 1997 e 20.689 toneladas em 1996. O consumo de aço é utilizado como medida de desempenho por ser o insumo de maior representatividade nos custos totais da companhia (mais de 30%).

O processo de produção está focado na transformação de aços planos. As fases de corte, dobra, furação e estampagem são mecanizadas, cujo índice de utilização de mão-de-obra é de aproximadamente 10%. As fases de pré-montagem das máquinas (no parque fabril) e montagem final das instalações (nos canteiros de obra) tem maior índice de utilização de mão-de-obra, com a ocupação de engenheiros e montadores especializados.

Para a principal linha de equipamentos (sistemas de armazenagem) a Companhia é detentora e desenvolvedora de tecnologia. Para o segmento de instalações industriais, especificamente fábricas de rações e alimentos balanceados, há um acordo comercial firmado com a empresa dinamarquesa Sprout-Matador, detentora da melhor tecnologia em nível mundial, em máquinas de peletização de rações.

As máquinas, equipamentos e instalações apresentam uma idade média de 6 anos. Como a taxa de depreciação para estes itens do imobilizado é de 10% a.a., já foram depreciados em 60%. As instalações e máquinas e equipamentos são cobertos por seguros.

11.02 – PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

A Kepler Weber conta, no mercado interno, com uma equipe de vendedores que atende a todas as regiões do País, oferecendo equipamentos e sistemas para armazenagem, transporte e beneficiamento de grãos sólidos e a manutenção (peças e serviços) dos equipamentos vendidos.

No mercado externo, a Companhia conta com uma rede de agentes/representantes nomeados, que atendem todo o mercado latino-americano e alguns países da África.

A distribuição dos produtos é realizada de forma direta. No mercado interno a Companhia conta com uma rede de sete filiais, distribuídas de forma a cobrir todo o território nacional.

A receita líquida consolidada e de exportação, em R\$ mil, nos três últimos exercícios, foram as seguintes:

<u>Ano</u>	<u>Receita Líquida Consolidada</u>	<u>Receita Líquida Exportação</u>	<u>Participação da Exportação</u>
1998	126.230	30.589	24,23%
1997	106.018	35.498	33,48%
1996	81.282	27.688	34,06%

11.03 – POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

De acordo com levantamentos realizados pelo departamento de marketing da Companhia, tendo como base o mercado comprador conhecido (negócios em que a Kepler Weber S.A. participou), a Companhia obteve, no exterior, no ano de 1998, uma participação de 55,25% no mercado de equipamentos e sistemas de armazenagem, transporte e beneficiamento de grãos.

Principais concorrentes, no ano de 1998, no segmento de sistemas de armazenagem: Brock e COMIL.

12.01 – PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Marca: KW - nominativa

Proprietário: Kepler Weber S.A.

Prazo de utilização: 10/07/2006

Marca: KEPLER WEBER - nominativa

Proprietário: Kepler Weber S.A.

Prazo de utilização: 16/02/2003

Marca: KEPLER WEBER - mista

Proprietário: Kepler Weber S.A.

Prazo de utilização: 07/07/1999

Marca: KW - mista

Proprietário: Kepler Weber S.A.

Prazo de utilização: 07/07/1999

Marca: KW TOASTING SISTEM - mista

Proprietário: Kepler Weber S.A.

Prazo de utilização: 27/02/2002

Marca: BIOCONTROL - nominativa

Proprietário: Kepler Weber S.A.

Prazo de utilização: 18/08/2002

Marca: KEPLER WEBER, SUA SAFRA MERECE ESTA MARCA - expressão de propaganda

Proprietário: Kepler Weber S.A.

Prazo de utilização: 20/02/2003

Patente: DESCARGA LATERAL DE SILOS

Proprietário: Kepler Weber S.A.

Prazo de utilização: 27/07/2002

Patente: DISPOSIÇÃO INTRODUZIDA EM SECADOR PARA CEREAIS E OUTROS GRÃOS VEGETAIS

Proprietário: Kepler Weber S.A.

Prazo de utilização: 24/08/1999



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

13.01 – PROPRIEDADES RELEVANTES

Item	Tipo de Propriedade / Endereço / Município / UF	Área Total (Mil M ²)	Área Construída (Mil M ²)	Idade (Anos)	Se-gu-ro	Hi-po-teca	Aluga-da de Terc.	Data do Contrato	Término Locação	Observação
01	Escritório - Matriz Av. Andaraí, 566 Porto Alegre / RS	7.780,000	4.720,000	32	S	S	N	-	-	-
02	Escritório - subsidiária Rua Herrmann Meyer, 43 Panambi / RS	26.170,000	20.820,000	21	S	S	N	-	-	-
03	Fábrica Av. Adolfo Kepler Jr., 1500 Panambi / RS	590.720,000	31.880,000	21	S	S	N	-	-	-

14.03 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A Companhia realizou Assembléia Geral Extraordinária em 05/04/99, pela qual deliberou a quarta emissão pública de debêntures nominativas, não conversíveis, da espécie subordinada, no montante de R\$ 56.300 mil, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil na data da emissão, que para todos os efeitos será 17/05/99. Os recursos serão utilizados para alongamento do perfil do endividamento da Companhia e suas controladas, e investimentos. A documentação será submetida à apreciação da Comissão de Valores Mobiliários-CVM, visando o registro permissivo da realização da emissão pública.

O Conselho de Administração, em 29/04/99, promoveu o desligamento do Sr. Celso Emilio Zenker do cargo de Diretor de Relações com o Mercado, elegendo o Sr. Sérgio Araújo Sens para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado.

A Ata da Assembléia Geral Ordinária de 27/04/99, que aprovou as Demonstrações Contábeis de 31/12/98, encontra-se protocolada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul-JUCERGS, aguardando registro para que se realize a publicação da mesma.

14.05 – PROJETOS DE INVESTIMENTO

A Sociedade prevê para o exercício de 1999 investimentos no montante de R\$ 6.896 mil, tendo como origem dos recursos a 4ª emissão de debêntures aprovada pela AGE de 05/04/1999, distribuído da seguinte forma:

Máquinas e Equipamentos – R\$ 5.730 mil:

Destinados à modernização do parque fabril e informatização da equipe de vendas.

Projeto "Foco do Cliente" – R\$ 566 mil:

Consiste em aumentar a percepção do cliente sobre o valor dos sistemas integrados de engenharia que a Companhia oferece, ou seja, conscientizar o mercado de que os produtos e serviços oferecidos pela Companhia aumentam o valor agregado dos produtos finais produzidos pelos seus clientes.

Projeto "Reposicionamento Estratégico" – R\$ 600 mil:

Objetiva reposicionar a empresa no mercado quanto aos aspectos mercadológicos, de tecnologia, econômico-financeiro e estratégico e organizacional.

16.01 – AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

Item	Descrição	% Patrimônio Líquido	% Lucro Líquido	Provisão	Valor (Reais Mil)
1	Trabalhista	0,85	(16,17)	Sim	360
3	Outras	0,36	(6,95)	Sim	155

17.01 – OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

As operações da Kepler Weber S.A. com empresas relacionadas apresentaram, durante o exercício de 1998, os seguintes valores (em R\$ mil):

Operação	Kepler Weber Industrial S.A.	CEPEM	GKS International Company
Conta Corrente (a receber em 31/12/98)	14.787	4.800	-
Conta Corrente (a pagar em 31/12/98)	-	-	11.418
Aluguéis a receber (em 31/12/98)	179	-	-
Receitas de aluguéis (no exercício 1998)	2.086	-	-
Despesas com comissões (no exercício 1998)	-	-	1.228

As transações são efetuadas em condições de preço e prazo equivalentes às efetuadas com terceiros não relacionados.

18.01 – ESTATUTO SOCIAL

Está em Anexo.

19.01 – POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada / Coligada: **KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A.**

De acordo com levantamentos realizados pelo departamento de marketing, com base no mercado comprador conhecido (concorrências em que a Kepler Weber Industrial S.A. participou), a Companhia obteve, no ano de 1998, uma participação de 65,60% no principal mercado de atuação (sistemas de armazenagem), e de 52,43% no mercado de instalações industriais (instalações portuárias, maltarias e cervejarias).

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Os principais concorrentes no mercado de sistemas de armazenagem foram: Pagé, COMIL e CASP.

No mercado de instalações industriais, os principais concorrentes foram: Tecnomoageira, Inhasa e Faço.

19.03 – MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada / Coligada: KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A.

- Principais Matérias-primas:

<u>Matérias-Primas</u>	<u>Participação nos Custos Totais</u>
Aço	31,90%
Motores/Motoredutores	6,43%
Tintas/Solventes	4,15%
Elementos de fixação	3,58%
Ventiladores	3,15%
Correias	2,83%
Fundidos	2,29%

- Principal fornecedor:

Fornecedor: Cia. Siderúrgica Nacional – CSN

Matéria-prima: Aço

Participação nos custos totais: 19,20%

Obs.: individualmente, os demais fornecedores apresentam participação inferior a 10% sobre o total dos custos.

19.04 – CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada / Coligada: KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A.

A companhia apresenta clientela bastante pulverizada, sendo que nenhum dos clientes representa mais que 10% da receita.

19.05 – OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada / Coligada: KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A.

As operações da Kepler Weber Industrial S.A. com controladora Kepler Weber S.A., durante o exercício de 1998, resultaram nos seguintes valores:

Aluguéis a pagar (em 31/12/98): R\$ 179 mil;

Conta corrente (a pagar em 31/12/98): R\$ 14.787 mil;

Despesas administrativas (no exercício de 1998): R\$ 1.085 mil;

Custos dos produtos e serviços (no exercício de 1998): R\$ 1.001 mil;

Receitas de vendas (no exercício de 1998): R\$ 20.862 mil.

As transações de vendas de insumos e produtos/serviços são efetuadas em condições de preço e prazo equivalentes às efetuadas com terceiros não relacionados.

19.09 – CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada / Coligada: KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A.

Os segmentos de atuação da Kepler Weber Industrial S.A. são:

- Sistemas de Armazenagem (principal segmento de atuação)

Os equipamentos e instalações para transporte, armazenagem e beneficiamento de grãos sólidos da marca Kepler Weber (KW) são reconhecidos internacionalmente pela qualidade e vanguarda tecnológica.

A política agrícola governamental afeta diretamente este segmento, seja regulando o volume de crédito agrícola (especificamente o FINAME agrícola) ou fixando as taxas de juros para estas linhas de financiamento.

- Instalações Industriais

São equipamentos destinados à instalações portuárias, fábricas de rações e alimentos balanceados, maltarias e cervejarias.

A continuidade do processo de privatização dos portos representa novas oportunidades de negócios.

O aumento da renda per capita incrementou o consumo das carnes de frango e porco, e de cerveja, demandando, conseqüentemente, novos investimentos em fábricas de rações, maltarias e cervejarias.

- Peças e Serviços

Oferecendo peças de reposição para os equipamentos fabricados pela Kepler Weber, oportuniza o acompanhamento pós-venda aos clientes da Companhia. Agregando novos itens ao mix de vendas e intensificando as vendas em balcão, com incremento no comércio varejista, este segmento representa possibilidade de expansão do volume de vendas e diminuição dos efeitos da sazonalidade nos negócios.

- Veículos

Concessionária Chevrolet, desde 1936, na cidade de Panambi/RS, atua na revenda de veículos novos e usados, comércio de peças de reposição e assistência técnica autorizada.

A economia local e oscilações do preço dos veículos são fatores determinantes das vendas.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

19.10 – RELATÓRIO DE DESEMPENHO**Controlada / Coligada: KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A.**

Visando minimizar os efeitos das crises econômicas desde 1997, principalmente nos mercados da Ásia e Rússia, o Governo Federal elevou as taxas de juros.

A Companhia obteve um crescimento de 15,8% na receita líquida, em comparação com o exercício de 1997, resultante da consolidação da recuperação da safra agrícola em 1998.

Como decorrência da elevação das taxas de juros, o segmento de instalações industriais postergou os investimentos previstos, elevando a participação do segmento de armazenagem nas receitas da Companhia, o que ampliou os efeitos da sazonalidade no resultado operacional.

Combinados, a elevação das taxas de juros e os efeitos da sazonalidade, implicaram um aumento das despesas financeiras e, conseqüentemente, do endividamento.

Pela décima terceira vez consecutiva, a Companhia recebeu o “Prêmio Destaque em Silos e Armazenagem”, promovido pela revista A Granja, em eleição direta do público consumidor.

A Companhia registrou, no Ativo Realizável a Longo Prazo, valor referente a prejuízo fiscal a compensar, tendo como contrapartida a conta de resultado Outras Receitas Operacionais.

20.01 – DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Quadro 01.02 – SEDE

Coluna 3: Retificação do CEP.

Quadro 01.05 – REFERÊNCIA / AUDITOR

Coluna 6: Inclusão do código.

Quadro 01.08 – PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

Coluna 2: Inclusão da data.

Quadro 01.10 – DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

Coluna 1: Alteração da data.

Quadro 02.01 – COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

Coluna 4: Retificação do item 01 ao item 06;

Coluna 5: Retificação do item 01 ao item 06;

Inclusão dos itens 07 a 10.

Quadro 02.02 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

Inclusão dos itens 07 a 10.

Quadro 03.01 – EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

Coluna 3: Retificação da quantidade.

Coluna 4: Retificação da quantidade.

Quadro 03.02 – POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

Coluna 14: Alteração nos itens 05 e 06.

Quadro 03.03 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Inclusão do quadro.

Quadro 06.03 – DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

Coluna 9: Retificação do item 02.

Quadro 07.01 – REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

Coluna 02: Retificação do valor.

Quadro 08.01 – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

Coluna 07: Retificação da natureza.

Quadro 09.01 – BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Última folha: Inclusão de comentário para o exercício de 1998.

Quadro 09.02 – CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Redigitação do conteúdo do quadro.

Quadro 10.01 – PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

Coluna 3: retificação do percentual no item 01.

Exclusão do item 02.

Quadro 10.02 – MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Alteração dos dados do item 01.

Quadro 11.01 – PROCESSO DE PRODUÇÃO

Redigitação do 5º parágrafo e inclusão do 6º ao 9º parágrafos.

Quadro 11.03 – POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Redigitação do conteúdo do quadro.

Quadro 14.03 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Inclusão do 3º parágrafo.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

- Quadro 19.01 – POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO
Inclusão do quadro.
- Quadro 19.03 – MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES
Inclusão do quadro.
- Quadro 19.04 – CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS
Inclusão do quadro.
- Quadro 19.05 – OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS
Inclusão do quadro.
- Quadro 19.09 – CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO
Inclusão do quadro.
- Quadro 19.10 – RELATÓRIO DE DESEMPENHO
Inclusão do quadro.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

BALANÇOS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras de Kepler Weber S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1998, elaboradas em conformidade com a Lei 6404/76 e as disposições da Comissão de Valores Mobiliários-CVM.

DESEMPENHO GERAL

A sociedade exerce a liderança do Grupo Kepler Weber, consolidando as atividades operacionais das Empresas controladas.

Visando minimizar os efeitos decorrentes das crises ocorridas na economia global desde 1997, principalmente no mercado asiático, e no mercado da Rússia em 1998, o Governo Federal, com o propósito de atrair investimentos externos e manter os níveis de reservas, elevou as taxas de juros, bem como adotou medidas para a redução do déficit público.

A Companhia experimentou um crescimento de vendas na ordem de 13,1% em relação ao exercício anterior, resultante da consolidação da recuperação da safra agrícola nos mercados brasileiro e sul-americano em 1998. Como decorrência da citada elevação das taxas de juros, o segmento de instalações industriais postergou seus investimentos, fazendo com que o segmento de armazenagem agrícola aumentasse sua participação na composição das vendas da Companhia, o que ampliou os efeitos da sazonalidade no resultado operacional.

A elevação das taxas de juros e da sazonalidade impactaram negativamente no desempenho da Companhia, implicando um aumento do endividamento e, conseqüentemente, da despesa financeira. Também influenciou negativamente o resultado consolidado, a provisão de R\$ 3,4 milhões constituída em dezembro de 1998 sobre o valor do ativo CSLL registrado em junho de 1998. A provisão foi realizada por entendimento da auditoria externa, sobre os efeitos futuros do artigo 8º da Lei 9718 de 28 de novembro de 1998. Isto contribuiu decisivamente para a formação do prejuízo de R\$ 2,2 milhões no exercício.

O recorde histórico do volume de vendas estendeu-se para um novo recorde de transformação de aços planos, principal matéria-prima da Companhia, tendo sido consumidas 28 mil toneladas no ano de 1998 (26,5 mil toneladas no ano de 1997).

O novo negócio (sistemas em aço inoxidável), explorado através da controlada CEPEN, não alcançou, no exercício, os resultados esperados. No entanto, o desempenho do último trimestre, decorrente das alterações das estratégias de atuação, prenuncia uma expectativa de reversão do resultado para o exercício de 1999.

Apesar das crises que conturbaram a economia global, o Grupo Kepler Weber manteve suas intensões estratégicas, alicerçadas no crescimento e na competitividade por diferenciação nos seus mercados de atuação.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Como resultado da atuação nos mercados nacional e internacional, o Grupo Kepler Weber realizou uma receita bruta de R\$ 138,7 milhões, representando um crescimento de 19,7% em relação ao exercício anterior (R\$ 115,8 milhões).

Apesar dos ganhos em produtividade industrial, obtidos através de programas e ações estratégicas, mais os investimentos no parque industrial, realizados em 1997, o custo dos produtos vendidos cresceu 5% em relação ao exercício anterior. Tal fato decorreu principalmente da redução das margens no segmento industrial, o qual historicamente ameniza os efeitos da sazonalidade do segmento de armazenagem agrícola.

A redução da margem bruta, a elevação das taxas de juros, a retração do mercado financeiro a partir de setembro, fruto da crise internacional, que implicaram na redução de linhas externas para financiamento do capital de giro da Companhia, obrigaram-na a direcionar suas captações de recursos para o mercado interno (taxas de juros elevadas) e contribuíram decisivamente para o crescimento das despesas financeiras, alcançando 8,9% sobre a receita líquida (4,8% em 1997).

A combinação destes fatores contribuiu para a diminuição da rentabilidade operacional e geração de recursos.

MARKETING

A sociedade consolidou seu "Market Share" na América Latina nos segmentos de armazenagem e de instalações industriais, mantendo a liderança no mercado sul-americano no que se refere a armazenagem.

Com o propósito de aumentar o valor percebido pelos clientes em relação aos produtos e serviços Kepler Weber, foi concluída a implementação da 1ª fase do "Projeto Foco do Cliente".

Pela décima terceira vez consecutiva, a Companhia recebeu o "Prêmio Destaque em Silos e Armazenagem" promovido pela revista A Granja, em eleição direta do público consumidor.

Como atividades de seu "Marketing de Relacionamento", a Kepler Weber promoveu diversos seminários para clientes, objetivando a divulgação de informações e aumentar o seu nível de intimidade com os clientes, em um processo crescente de fidelização.

INVESTIMENTOS

Face a conjuntura econômica, decorrente das elevadas taxas de juros e escassez de linhas de financiamento, o Grupo Kepler Weber adotou como estratégia postergar os investimentos relativos a ativos físicos previstos para o exercício, preservando, desta forma, os interesses das empresas e, conseqüentemente, dos Acionistas.

Por outro lado, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos tiveram continuidade, pois se trata do maior diferencial da Companhia nos seus segmentos de atuação.

GESTÃO

Em continuidade aos investimentos no Programa de Qualidade Total Kepler Weber, implementou-se o módulo de gerenciamento pelas diretrizes, o qual está em aderência ao Planejamento Estratégico.

Comparando-se a receita bruta anual com o número de colaboradores, obtivemos um valor referencial de R\$ 127,8 mil/colaborador, representando um ganho de produtividade na ordem de 8,6% se comparado ao exercício de 1997, refletindo as ações que vêm sendo adotadas.

Em continuidade à busca da excelência, fundamentada no desenvolvimento do ser humano, a Sociedade dedicou 158.070 horas de treinamento, representando 6,8% das horas disponíveis para o trabalho.

Como fonte de revigoração do quadro de colaboradores, a Sociedade manteve 14 menores aprendizes em seu Centro de Treinamento, 64 alunos bolsistas em cursos técnicos de 2o grau e 20 estagiários de engenharia mecânica.

VALOR ADICIONADO

A riqueza gerada pelo grupo Kepler Weber decresceu 4,9% em relação ao exercício de 1997. A sua quantificação e distribuição estão evidenciadas no quadro abaixo, demonstrando os dispêndios com insumos, força de trabalho, Governo, terceiros, remuneração do capital e lucros retidos para novos investimentos.

Em R\$ mil	1998		1997	
	Valor	%	Valor	%
Entradas	141.041	100	118.216	100
Receitas de bens e serviços	138.655	98	115.851	98
Receitas financeiras	2.386	2	2.365	2
Saídas	113.299	80	89.046	75
Matérias primas, merc.e bens de consumo	84.703	60	67.214	57
Capitais de terceiros (juros)	13.618	10	7.524	6
Serviços de terceiros	3.934	3	2.797	2
Depreciações e amortizações	3.962	3	3.080	3
Demais saídas	7.082	5	8.431	7
Valor adicionado	27.742	20	29.170	25
Remuneração do trabalho	20.525	15	16.333	14
Dividendos	-	-	1.162	1
Governo (impostos, taxas e contribuições)	9.445	7	8.553	7
Lucros retidos	(2.228)	-2	3.122	3

EVENTOS SOCIETÁRIOS

Em 23 de abril de 1998 a sociedade realizou Assembléia Geral Ordinária aprovando as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 1997 com pagamento de dividendos, em parcela única, em 30 de setembro de 1998, no montante de R\$ 2.106.290,21. Em 1º de maio de 1998 foi realizado o regular pagamento dos juros das debêntures simples da 2ª emissão e promovida a repactuação das mesmas para até 1º de maio de 1999, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração datada de 07 de abril de 1998.

A Sociedade é controlada pelas Fundações de Previdência Privada AERUS, PREVI e SERPROS, e os investidores BB DTVM, BB FIF Leverage e BBI.

PERSPECTIVAS

A mudança na política de taxas de câmbio, através de uma maior desvalorização do Real, aliada a uma redução da taxa interna de juros, deverá aumentar a capacidade competitiva da economia nacional.

A efetivação das exportações previstas para o exercício de 1999, proporcionará um "hedge" em relação às operações em moeda estrangeira.

Com esta perspectiva, e impulsionado pelo crescimento da safra agrícola, o segmento da agroindústria deverá se destacar no crescimento econômico.

A produção brasileira de grãos está estimada em 83,0 milhões de toneladas, o que representará um crescimento de 7,8% em relação a 1997 (77,0 milhões de toneladas)

O destaque da safra de 1998 deverá ser para o milho, cuja estimativa de produção é de 33,3 milhões de toneladas, 8,8% maior que 1997.

Os reduzidos estoques internacionais de grãos, 3% menor em relação a safra anterior, indicam a manutenção e ampliação dos preços médios dos produtos agrícolas.

Os reflexos deste ambiente favorável, somado à ampliação da participação do Grupo Kepler Weber em mercados tradicionais e em novos mercados, possibilitarão oportunidades de novos negócios para o Grupo.

Com este cenário, aliado às ações implementadas na gestão dos negócios, o Grupo Kepler Weber acredita que alcançará uma otimização nos resultados do próximo exercício.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos acionistas, clientes, parceiros, fornecedores, instituições financeiras e comunidades que nos apoiaram, registramos nossos agradecimentos.

Aos nossos colaboradores, nosso reconhecimento pela dedicação e respostas aos desafios apresentados pela Administração, e a certeza de maiores e melhores desafios e sucesso nos próximos anos.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997
(em reais mil)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
Circulante				
Disponibilidades	1.613	15	1.924	1.368
Clientes Nacionais	-	-	25.090	10.306
Clientes no Exterior	8.647	8.898	8.670	8.898
Estoques	1.094	599	21.714	17.641
Créditos com Pessoas Ligadas	180	167	-	-
Impostos a Ressarcir/Recuperar	44	35	6.005	5.767
Obras a Faturar	-	-	6.127	12.680
Outros Créditos	50	166	2.093	1.873
Total do Circulante	11.628	9.880	71.623	58.533
Realizável a Longo Prazo				
Títulos a Receber	-	3.230	5.324	11.345
Depósitos Judiciais	951	726	1.469	1.345
Partes Relacionadas	19.588	11.551	-	-
Impostos a Recuperar	4.912	-	12.979	2.477
Outros Créditos	-	3	329	501
Total do Realizável a Longo Prazo	25.451	15.510	20.101	15.668
Permanente				
Investimentos	30.170	32.725	847	995
Imobilizado	11.419	11.790	27.605	28.683
Diferido	-	-	3.050	2.699
Total do Permanente	41.589	44.515	31.502	32.377
Total do ATIVO	78.668	69.905	123.226	106.578
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores Nacionais	880	949	18.463	8.390
Fornecedores no Exterior	-	-	5.349	2.706
Instituições Financeiras	8.158	9.770	29.145	14.587
Debêntures	1.925	9.364	1.926	9.364
Comissões a Pagar	683	430	683	430
Dividendos a Pagar	-	1.162	-	1.162
Débitos c/ controladas	11.418	-	-	-
Adiantamentos de Clientes	881	1.011	3.231	11.059
Impostos, Taxas e Contribuições	246	127	2.093	2.226
Imposto de Renda e Contrib. Social	-	27	312	795
Provisão para Férias	52	5	1.940	2.002
Salários a Pagar	10	1	679	587
Outras Contas a Pagar	690	964	1.568	1.397
Total do Circulante	24.943	23.810	65.389	54.705
Exigível a Longo Prazo				
Instituições Financeiras	-	-	2.912	4.245
Debêntures	11.035	-	11.035	-
Impostos e Contribuições Diferidos	744	820	793	886
Impostos, Taxas e Contribuições	-	-	1.151	931
Credores Diversos -	-	250	-	786
Total do Exigível a Longo Prazo	11.779	1.070	15.891	6.848
Patrimônio Líquido				
Capital Social	35.104	35.104	35.104	35.104
Reservas de Capital	5	5	5	5
Reservas de Reavaliação	6.470	6.794	6.470	6.794
Reservas de Lucros	367	3.122	367	3.122
Total do Patrimônio Líquido	41.946	45.025	41.946	45.025
Total do PASSIVO	78.668	69.905	123.226	106.578

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997
(em reais mil)

	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
Rec. Bruta de Venda Produtos e Serviços	30.770	35.569	138.655	115.851
(-) Devoluções e Abatimentos	(181)	-	(771)	(958)
(-) Impostos e Contribuições	-	(71)	(11.654)	(8.875)
Receita Líquida	30.589	35.498	126.230	106.018
Custo Produtos e Serviços Vendidos	(27.177)	(29.124)	(101.102)	(78.948)
Lucro Bruto Operacional	3.412	6.374	25.128	27.070
Despesas com vendas	(2.829)	(2.940)	(12.652)	(11.130)
Despesas Financeiras	(7.629)	(4.823)	(13.617)	(7.524)
Receitas Financeiras	7.343	1.425	2.386	2.364
Despesas Gerais e Administrativas	(2.701)	(2.200)	(9.753)	(7.439)
Outras Receitas Operacionais	3.787	2.030	7.597	1.519
Outras Despesas Operacionais	(34)	(26)	(1.307)	(293)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.571)	4.027	-	-
(Prejuízo)/Lucro Operacional	(2.222)	3.867	(2.218)	4.567
Receitas não Operacionais	3	14	438	408
Despesas não Operacionais	(9)	(4)	(136)	(248)
Resultado antes do Imp. Sobre a Renda e Contribuição Social	(2.228)	3.877	(1.916)	4.727
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(27)	(312)	(877)
(Prejuízo)/Lucro do Exercício	(2.228)	3.850	(2.228)	3.850
(Prejuízo)/Lucro por ação do capital-R\$	(0,55)	0,96	(0,55)	0,96

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997
(em reais mil)

Movimentação	Capital		Reservas de Lucros					Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva para Aumento de Capital			
Saldos em 31 de dezembro de 1996	58.404	5	7.187	-	-	-	(23.300)	42.296	
Redução do Capital	(23.300)	-	-	-	-	-	23.300	-	
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	(434)	-	-	-	434	-	
Reserva Legal	-	-	-	192	-	-	(192)	-	
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(1.162)	(1.162)	
Reserva para Investimento e Capital de Giro	-	-	-	-	914	-	(914)	-	
Reserva para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	2.016	(2.016)	-	
Reversão Imposto s/ Reserva de Reavaliação	-	-	41	-	-	-	-	41	
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	3.850	3.850	
Saldos em 31 de dezembro de 1997	35.104	5	6.794	192	914	2.016	-	45.025	
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	(417)	-	-	-	417	-	
Reversão Imposto s/ Reserva de Reavaliação	-	-	93	-	-	-	-	93	
Compensação de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	(914)	(897)	1.811	-	
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	-	(2.228)	(2.228)	
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	(944)	-	(944)	
Saldo em 31 de dezembro de 1998	35.104	5	6.470	192	-	175	-	41.946	

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997
(em reais mil)

	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
Origens de Recursos				
De Operações				
(Prejuízo)/Lucro do Exercício	(2.228)	3.850	(2.228)	3.850
Resultado da Avaliação de Investimentos	3.571	(4.027)	-	-
Depreciações e Amortizações	517	519	3.962	3.316
Baixas de Bens do Imobilizado (Custo)	9	-	135	332
Baixas de Investimentos	-	4	160	4
Baixas de Investimentos (dividendos KWI)	-	951	-	-
Imp. de Renda s/Res.Reavaliação	93	41	93	59
Perdas de Capital	-	-	-	(5)
De Terceiros				
Redução do Realizável a Longo Prazo	-	-	-	1.254
Aumento do Exigível a Longo Prazo	10.710	227	9.044	501
Total das Origens	12.672	1.565	11.166	9.311
Aplicações de Recursos				
Em Investimentos	1.000	1.610	12	1.660
No Imobilizado	155	223	2.062	7.564
No Diferido	-	-	1.308	1.724
Aumento Realizável a Longo Prazo	9.941	3.271	4.434	1.544
Redução de Exigível a Longo Prazo	-	-	-	974
I.R. sobre reavaliação de controlada	17	18	-	-
Dividendos propostos	944	1.162	944	1.162
Total das Aplicações	12.057	6.284	8.760	14.628
Aumento(Diminuição) do Capital Circulante Líquido	615	(4.719)	2.406	(5.317)
Variações do Capital Circulante				
Ativo Circulante				
No Início do Exercício	9.880	15.347	58.533	53.275
No Fim do Exercício	11.628	9.880	71.623	58.533
	1.748	(5.467)	13.090	5.258
Passivo Circulante				
No Início do Exercício	23.810	24.558	54.705	44.130
No Fim do Exercício	24.943	23.810	65.389	54.705
	1.133	(748)	10.684	10.575
Aumento (Diminuição) do Capital Circulante Líquido	615	(4.719)	2.406	(5.317)

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997
(valores expressos em reais mil)

1. Atividades Operacionais

O objetivo social da Kepler Weber S.A. é exercido diretamente no que se refere às atividades de comércio exterior (Trading Company), e indiretamente, através de controladas, quanto às atividades operacionais e industriais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas consoantes as práticas contábeis determinadas na Legislação Societária (Lei nº 6.404/76) e na Lei nº 9.249/95, as quais não prevêm o reconhecimento dos efeitos inflacionários.

a) Aplicações Financeiras

Estão atualizadas pelos juros auferidos até a data do balanço.

b) Estoques

Estão demonstrados ao menor valor entre o custo médio das compras e/ou produção, e o preço de mercado ou de realização.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

c) Investimentos em Controladas

Estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e o resultado tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação de bens, uma conta de reserva de reavaliação, cuja realização ocorre proporcionalmente à ocorrida na empresa controlada.

d) Impostos a Recuperar

São contabilizados por regime de competência, em função dos créditos gerados nas operações.

e) Obras a Faturar

Estão demonstradas pelo seu valor de negociação, líquidas das Obras a Executar, conforme regime de competência.

f) Depreciações e Amortizações

As depreciações estão calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou construção e reavaliação corrigidos até 31 de dezembro de 1995, com base em taxas determinadas e em função do prazo de vida útil estimado dos bens. As amortizações estão calculadas pelo método linear sobre o custo corrigido até 31 de dezembro de 1995.

4. Demonstrações Contábeis Consolidadas

Abrangem as demonstrações de KEPLER WEBER S.A. e suas controladas, direta ou indiretamente, levantadas em 31 de dezembro de 1998 e 1997.

Práticas adotadas para a consolidação

A consolidação das demonstrações contábeis foi efetuada de acordo com a Instrução CVM nº 247 de 27/03/96, compreendendo Kepler Weber S.A., suas controladas Kepler Weber Industrial S.A., Nippon Veículos Ltda. e Cepem-Centro de Engenharia, Projetos e Montagens Ltda., e a empresa GKS International Company, subsidiária integral de Kepler Weber Industrial S.A., obedecendo os seguintes critérios:

- a) eliminação dos saldos das contas entre sociedades participantes da consolidação;
- b) os investimentos da Kepler Weber S.A. e da Kepler Weber Industrial S.A., foram eliminados contra a proporção do patrimônio líquido das sociedades controladas incluídas na consolidação;
- c) eliminação das receitas, despesas e custos decorrentes de negócios entre sociedades;
- d) destaque das participações dos minoritários nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas;
- e) as demonstrações da GKS International Company, expressas em moeda estrangeira estável (dólar), foram convertidas pelo método da taxa corrente, preconizado na Deliberação CVM nº 28, de 05/02/96.

5. Investimentos

A Kepler Weber S.A. possui investimentos nas seguintes empresas:

- a) Kepler Weber Industrial S.A., sediada em Panambi, RS, que exerce a indústria e o comércio de equipamentos agrícolas, silos e secadores, seus componentes, peças e acessórios, equipamentos para malteria e cervejaria, representação comercial, importação e exportação, comércio de tintas, vernizes, correias, comércio e indústria de equipamentos eletro eletrônicos, comércio de veículos, peças e acessórios, a prestação de serviços e assistência técnica a veículos automotores.
- b) Nippon Veículos Ltda., sediada em Panambi, RS, que vinha exercendo o comércio de veículos nacionais e importados, novos e usados, e teve as atividades reduzidas em 1997, em função das alíquotas dos tributos sobre importação.
- c) CEPEM - Centro de Engenharia, Projetos e Montagens Ltda., sediada em Bauru, SP, que exerce a indústria e comércio de sistemas em aço inoxidável destinados às indústrias de alimentos, bebidas, farmacêutica, química e outras, e a prestação de serviços de engenharia mecânica, projetos e montagens industriais.
- d) GKS International Company, sediada em George Town, Ilhas Cayman, que tem como atividade principal o comércio, a importação e exportação de produtos em geral, na qual a Kepler Weber S.A. participa indiretamente, através da subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A..

Os investimentos em coligadas e controladas apresentam a seguinte movimentação:

				<u>1998</u>	<u>1997</u>
	<u>Kepler Weber Indl. S.A.</u>	<u>Nippon Veículos Ltda.</u>	<u>CEPEM</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Investimentos					
Sujeitos à Avaliação por Equivalência Patrimonial					
Nº de Ações ou Quotas de Capital	42.035.717	399.990	758.798	-	-
Valor do Patrimônio Líquido	28.991	218	476	-	-
Percentual de participação	100,00	99,9975	99,9997	-	-
Valor da Movimentação das Quotas					
Saldos Iniciais	30.734	217	1.630	32.581	27.878
Reversão I.R. s/ Reserva Reavaliação	17	-	-	17	18
Novos Investimentos	-	-	-	-	1.610
Aumento de Capital	-	-	1.000	1.000	-
Dividendos	-	-	-	-	(951)
Resultado da Avaliação	(1.062)	1	(2.510)	(3.571)	4.026
Saldos Finais	<u>29.689</u>	<u>218</u>	<u>120</u>	<u>30.027</u>	<u>32.581</u>



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

6. Estoques

Itens	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
Produtos Acabados	-	-	2.844	3.037
Produtos em Elaboração	-	-	4.815	4.080
Matérias-primas	-	-	8.577	5.360
Materiais Secundários	-	-	73	320
Mercadorias para Revenda	1.092	544	5.197	4.469
Adiantamento a Fornecedores	2	55	208	375
Total	1.094	599	21.714	17.641

7. Imobilizado

Itens	Controladora				
	Taxa Depreciação	Valor Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	4.494	-	4.494	4.494
Prédios e Benfeitorias	4 %	11.929	6.341	5.588	5.944
Instalações	10 %	161	160	1	2
Máquinas Equipamentos	10 %	72	66	6	11
Veículos	20 %	56	27	29	38
Móveis e Utensílios	10 %	195	191	4	10
Equip. Informática	20 %	312	309	3	5
Marcas e Patentes	-	1.262	-	1.262	1.254
Direito de Uso Telefone	-	32	-	32	32
Total	-	18.513	7.094	11.419	11.790

Itens	Consolidado				
	Taxa Depreciação	Valor Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	5.017	-	5.017	5.017
Prédios e Benfeitorias	4 %	13.619	6.512	7.107	7.530
Instalações	10 %	2.193	840	1.353	1.536
Máquinas Equipamentos	10 %	21.592	13.674	7.918	8.160
Veículos	20 %	1.717	908	809	994
Móveis e Utensílios	10 %	1.651	1.421	230	263
Equip. Informática	20 %	3.428	2.082	1.346	1.311
Marcas e Patentes	-	3.216	-	3.216	3.209
Direito de Uso Telefone	-	32	-	32	32
Imobilizado em Andamento	-	577	-	577	631
Total	-	53.042	25.437	27.605	28.683

8. Diferido

Itens	Consolidado				
	Taxa Amortização	Valor Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Projeto de Novos Produtos e Sistemas	20 %	4.648	1.598	3.050	2.699
Total	-	4.648	1.598	3.050	2.699



9. Partes Relacionadas

Transações com coligadas, controladora e ligadas:

				1998	1997
	Kepler Weber Indl. S.A.	GKS International Company	CEPEM Centro Proj. Eng. Mont.	Total	Total
Ativo Circulante					
Aluguéis a Receber	179	-	-	179	167
Realizável a LP					
Contas Correntes	14.787	-	4.800	19.587	11.551
Passivo Circulante					
Contas Correntes	-	11.418	-	11.418	-
Resultado					
Outras Receitas (aluguéis)	2.086	-	-	2.086	1.771
Desp. Operac. (comissões)	-	1.228	-	1.228	600

As transações são efetuadas em condições de preço e prazo equivalentes às efetuadas com terceiros não relacionados.

10. Tributos sobre Reserva de Reavaliação

Importa em R\$ 792 o montante de encargos tributários mantidos na reserva de reavaliação, sendo R\$ 589 de provisão para imposto de renda e R\$ 203 de provisão para contribuição social, calculados e contabilizados conforme estabelece a Lei.

11. Debêntures

As 13.000 debêntures simples (segunda emissão) emitidas em 1º de abril de 1990, terão vencimento em 1º de abril de 2000. Houve regular repactuação anual e a próxima ocorrerá em 1º de maio de 1999, encontrando-se em circulação 10.660 debêntures.

12. Instituições Financeiras

Aplicações dos empréstimos e financiamentos:

Itens	1998		Consolidado 1997	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Moeda Nacional				
Ativo Permanente				
FINAME	155	52	158	198
FINEP	687	2.746	924	3.696
Capital de Giro	5.639	114	2.663	128
Moeda Estrangeira				
Capital de Giro	17.284	-	1.072	223
Adto. Contrato de Câmbio(controladora)	5.380	-	9.770	-
Total	29.145	2.912	14.587	4.245

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos:

Consolidado	1998	1997
Hipoteca de: Imóveis	14.164	10.300
Penhor de Mercadorias	12.100	-
Penhor de Máquinas, Equipamentos e Imóveis	5.090	2.188
Garantia Fiduciária	5.905	6.230

O valor referente a "FINEP" corresponde a 47 parcelas equivalentes a 1,7% da receita operacional líquida de Kepler Weber Industrial S.A., com base no do mês imediatamente anterior ao da amortização. O valor referente a "FINAME" é corrigido mensalmente pela variação da U.R. acrescida de 12% a.a. e tem como vencimento final 16/11/2000.

13. Longo Prazo

Impostos e Taxas

O saldo refere-se a 27 parcelas de "INSS" de titularidade de Kepler Weber Industrial S.A., com vencimento final em 30 de março de 2001, sendo que sobre o mesmo incidem juros a taxas vigentes.

14. Composição do Saldo de Obras a Faturar - Consolidado

Obras a Faturar	1998	1997
Obras a Faturar – Ativo	28.635	37.350
Obras a Executar – Passivo	(22.508)	(24.670)
Saldo	6.127	12.680

15. Capital Social

O capital social é de R\$ 35.104, dividido em 4.014.809 ações, sendo 2.214.039 ações preferenciais e 1.800.770 ações ordinárias.

16. Dividendos

Em 30 de setembro de 1998 foram pagos dividendos deliberados na Assembléia Geral Ordinária de 23 de abril de 1998.

17. Reservas de Reavaliação

a) de Bens Próprios

Foi realizada no exercício, mediante reversão para resultados acumulados, a parcela de R\$ 328, realização essa proporcional à ocorrida no permanente.

b) de Bens de Controladas

Foi realizada no exercício a parcela de R\$ 89, pela Kepler Weber Industrial S.A., mediante reversão para resultados acumulados.

18. Outras Receitas e Despesas Operacionais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – Ativo

A Companhia e suas controladas optaram por registrar, no Ativo Realizável a Longo Prazo, o valor líquido (diferido) calculado pela alíquota vigente (IRPJ 25% e CSLL 8%) sobre os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa da Contribuição Social, cujos valores, em 31/12/98 são: na Kepler Weber S.A., R\$ 6.484, na Kepler Weber Industrial S.A., R\$ 5.943 e no CEPEM, R\$ 1.470. Constituíram, também, provisão sobre o valor total do ativo da CSLL no valor: na Kepler Weber S.A., R\$ 1.572, na Kepler Weber Industrial S.A., R\$ 1.466 e no CEPEM, R\$ 356.

b) Créditos perante terceiros:

Foi constituída provisão para perda com créditos junto a terceiros no valor de R\$ 3.230 na Companhia e R\$ 7.829 na controlada Kepler Weber Industrial S.A.

c) A controlada Kepler Weber Industrial S.A. registrou no Ativo Realizável a Longo Prazo o crédito judicial trânsito em julgado, e garantido por penhora suficiente, no valor de R\$ 5.226.

19. Instrumentos Financeiros

Conforme estabelece a Instrução Normativa CVM nº 235/95, os valores mencionados nas notas explicativas 9, 11 e 12, representam os principais instrumentos financeiros. Os saldos contábeis mencionados correspondem substancialmente aos valores de realização e liquidação.

20. Seguros

<u>Objeto dos Seguros</u>	<u>Modalidade</u>	<u>31/12/98</u>	<u>31/12/97</u>
Estoque	Incêndio	5.372	5.692
Edifícios, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	20.907	21.006
Veículos	Resp. Civil		
	Danos Pessoais	3.990	3.727
	Danos Materiais	3.990	3.727

21. “Bug” do ano 2000

Os gastos incorridos até 31 de dezembro de 1998 na manutenção dos aplicativos montam em R\$ 281, e consistem em aquisição/adaptação de “softwares” e “upgrade” dos equipamentos de informática. Os equipamentos adquiridos de terceiros estão garantidos pelos fornecedores, quanto ao correto tratamento das datas posteriores a 31/12/1999. Os sistemas desenvolvidos internamente estão sendo adaptados de acordo com cronograma definido.

22. Eventos Subseqüentes

Em janeiro de 1999, o Banco Central do Brasil extinguiu a “Banda Cambial”, deixando ao mercado a livre negociação da taxa. No momento não é possível determinar os efeitos nas operações e na situação patrimonial futura da Companhia.



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas de
Kepler Weber S.A.

(1) Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da KEPLER WEBER S.A. e controladas, em 31 de dezembro de 1998 e 1997, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e dos controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1), representam adequadamente em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Kepler Weber S.A. e controladas em 31 de dezembro de 1998 e 1997, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas de acordo com os práticas contábeis emanadas da legislação societária.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 1999

ARTHUR
ANDERSEN

ARTHUR ANDERSEN S/C
CRC 2-SP-123-S-RJ
Roberto Wagner Promenzio
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC 15F088438/0-9-S-RS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ESTATUTO SOCIAL



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDAÇÃO PELA AGE DE 15.04.97

CAPÍTULO PRIMEIRO

Da Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º - KEPLER WEBER S/A é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Porto Alegre, RS, podendo criar, extinguir, alterar endereços de sua sede, filiais, escritórios, depósitos e outros estabelecimentos no Brasil e no exterior.

Artigo 3º - A sociedade tem por objeto:

- a) a indústria e o comércio de produtos e matérias primas relacionadas com a metalurgia em geral, a construção civil, especialmente a necessária à instalação dos equipamentos fabricados;
- b) a importação e exportação de matérias primas, produtos manufaturados, semi-manufaturados, inclusive nos termos da legislação sobre empresas comerciais exportadoras, a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior e a promoção de produtos brasileiros no mercado estrangeiro;
- c) o comércio de automóveis, de peças e acessórios, serviços correlatos, eletrodomésticos, utensílios para o lar em geral, ferragens e materiais de construção;
- d) o comércio e a representação de insumos destinados à agroindústria; a prestação de serviços técnicos de engenharia, processamento de dados e intermediação de compra, venda e transferência de cereais.

Parágrafo Único - A sociedade realizará seus objetivos diretamente ou através de empresas controladas ou coligadas, no Brasil ou no exterior.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO SEGUNDO

Do Capital e das Ações

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 35.104.850,08 (trinta e cinco milhões, cento e quatro mil oitocentos e cinquenta reais e oito centavos) dividido em 4.014.809 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.800.770 ações ordinárias e 2.214.039 ações preferenciais.

Parágrafo 1º - A sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, quando houver necessidade de recursos próprios para capital de giro ou para investimentos está autorizada a aumentar, independentemente de reforma estatutária o valor do capital social até o limite de R\$ 181.818.181,80 (cento e oitenta e um milhões, oitocentos e dezoito mil cento e oitenta e um reais e oitenta centavos), dividido em até 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 2º - Na emissão de ações ou debêntures conversíveis destinadas à subscrição pública, ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, dentro do limite do capital autorizado o Conselho de Administração poderá determinar a exclusão do direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo 3º - A integralização de ações em bens dependerá de prévia aprovação da Assembléia Geral, na forma da lei.

Parágrafo 4º - As bonificações e dividendos serão distribuídos em razão do capital realizado.

Parágrafo 5º - Nos aumentos de capital mediante subscrição de ações ou debêntures conversíveis, a Assembléia Geral ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderá estabelecer que às novas ações sejam atribuídos dividendos calculados "pro rata temporis" a partir da data da homologação ou da conversão, divulgando esta característica no anúncio próprio.

Artigo 6º - O capital da sociedade poderá ser representado por ações preferenciais, sem direito a voto, até o limite de dois terços do total das ações representativas do capital social, sem guardar proporção atual ou futura com as ações ordinárias.

Artigo 7º - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto na Assembléia Geral. As ações preferenciais não terão direito a voto. A preferência consistirá em prioridade na distribuição de dividendos no mínimo, e não cumulativos, de seis por cento ao ano sobre o capital representado pelas ações preferenciais, e em prioridade no reembolso do capital, sem prêmio.

Parágrafo 1º - As ações preferenciais participarão em igualdade de condições com as demais ações na correção anual do capital social, bem como na incorporação ao capital de quaisquer outras reservas.

Parágrafo 2º - Caso sejam distribuídos dividendos às ações ordinárias em percentual idêntico aos pagos às preferenciais, a eventual distribuição de lucros remanescentes será feita em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais que não receberem dividendos mínimos por três exercícios consecutivos adquirirão direito a voto, que conservarão até o pagamento.

Artigo 8º - As ações são indivisíveis em relação à sociedade.

Parágrafo 1º - As ações poderão ser escriturais ou representadas por títulos múltiplos e cautelares assinadas por dois diretores, inclusive por chancela mecânica, obedecidas as normas fixadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 2º - Os acionistas poderão, respeitado o artigo 21, a qualquer tempo solicitar a troca, substituição ou desdobramento dos títulos múltiplos de ações, arcando com as despesas decorrentes.

Parágrafo 3º - Em caso de conversão em ações escriturais, a instituição depositária poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência de propriedade, obedecidas as normas fixadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO TERCEIRO

Da Administração

Artigo 9º - A administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Artigo 10 - O Conselho de Administração será composto de no mínimo quatro (04) e no máximo oito (08) membros titulares que terão, cada um, o seu respectivo suplente, todos eleitos pela Assembléia Geral, escolhidos dentre os acionistas da sociedade. O suplente exercerá as atividades de Conselheiro sempre que houver ausência, vaga ou impedimento do respectivo titular.

Parágrafo 1º - O Presidente e o Vice-Presidente, serão eleitos por deliberação da Assembléia Geral. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas ausências, impedimentos ou vacância.

Parágrafo 2º - No caso de vaga ou impedimento definitivo do Conselheiro e seu Suplente, será convocada, em 10 dias, Assembléia Geral para eleição dos substitutos, cujo mandato coincidirá com o dos demais Conselheiros.

Parágrafo 3º - O prazo de gestão dos membros do Conselho será de três anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 4º - Os eleitos tomarão posse mediante a assinatura de Termo lavrado no Livro próprio.

Artigo 11 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente. Na sua ausência, pelo Vice-Presidente. Na ausência tanto do Presidente como do Vice-Presidente, por qualquer dois de seus membros titulares.

Parágrafo 1º - As reuniões serão convocadas por correspondência expedida com no mínimo cinco dias de antecedência, na qual constará a data, hora, local e ordem do dia, salvo casos de manifesta urgência, quando poderá ser reduzido este prazo, a critério do Presidente.

Parágrafo 2º - Na ausência ou impedimento do Presidente e do Vice Presidente, existindo quorum mínimo exigido, será eleito um Conselheiro entre os Titulares presentes, para presidir a Reunião.

Parágrafo 3º - As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão com a presença de quorum mínimo, equivalente a dois terços dos membros titulares eleitos, e, ainda, quando, entre os presentes, a metade seja de titulares, computado, em caso de fração, sempre o número inteiro imediatamente superior ao quociente, deliberando sempre por maioria de votos, cabendo ao Presidente, e na sua ausência, ao Vice-Presidente, o voto de qualidade no caso de empate na votação.

Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho considerar-se-ão regulares quando presentes todos seus membros, ou quando a totalidade dos titulares dispensarem as formalidades de convocação.

Artigo 12 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral nos negócios, aprovar planos estratégicos, orçamento e metas anuais, aprovar programas de investimento e contratos de financiamento com prazo maior que 12 meses, relativos à sociedade, suas controladas e coligadas;
- b) eleger e destituir os Diretores, fixando-lhes atribuições e fiscalizando suas gestões;
- c) convocar as Assembléias Gerais quando julgar conveniente, ou por determinação legal;
- d) manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da diretoria;
- e) autorizar a alienação ou transferência de titularidade, a qualquer título, de ou sobre bens imóveis e/ou móveis, e direitos integrantes do ativo permanente.
- f) autorizar a aquisição de bens móveis ou imóveis, direitos, participações acionárias, e a contratação de empréstimos, com ou sem constituição de ônus ou garantias;
- g) autorizar a aquisição de ações, debêntures ou outros valores mobiliários de emissão da própria companhia para cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação;
- h) nomear e destituir auditores independentes;
- i) deliberar sobre o aumento do capital social nos termos dos Parágrafos do artigo 5º do estatuto social;
- j) fixar e distribuir, dentro dos limites fixados anualmente pela Assembléia Geral, os valores da remuneração dos administradores, quando votada verba global;
- k) deliberar sobre o pagamento de dividendos intercalares à conta do lucro apurado em balanço semestral, ou intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas;
- l) manifestar-se sobre o encaminhamento à Assembléia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria;
- m) distribuir entre os Diretores a parcela do lucro líquido do exercício, destacada pela Assembléia Geral na forma do artigo 23 do Estatuto, como gratificação de desempenho;
- n) deliberar sobre a conveniência de fusões, incorporações, aquisições ou participação em outras sociedades, constituição de consórcio e associações com terceiros;
- o) definir previamente os atos a serem praticados pela Diretoria, em outras empresas nas quais a sociedade seja acionista ou sócia;
- p) deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias (commercial papers) e de outros títulos de crédito assemelhados;
- q) propor a política de pagamento de dividendos;
- r) aprovar a estrutura orgânica, qualificação de cargos e funções operacionais da sociedade, suas controladas e coligadas;
- s) deliberar sobre contratos que envolvam marcas registradas, patentes, processos de produção e de tecnologia de propriedade ou uso da sociedade
- t) criar, extinguir, alterar endereços de sua sede, filiais, escritórios, depósitos e outros estabelecimentos no Brasil e no exterior;
- u) deliberar sobre a adoção da forma das ações de emissão da sociedade;
- v) autorizar a prestação de fianças ou avais, ou onerar bens ou direitos do ativo permanente, em favor de controladas ou coligadas.

Artigo 13 - A Diretoria será composta de no mínimo dois e no máximo quatro membros, a critério e eleitos pelo Conselho de Administração, tendo um a denominação de Diretor Presidente e os demais a denominação de Diretor, salvo se outra lhe for conferida no ato da eleição. O Conselho de Administração atribuirá a um dos eleitos a função de substituir o Diretor Presidente na vaga ou impedimento desse.

Parágrafo 1º - O prazo de gestão dos membros da Diretoria será de três anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 2º - Os eleitos tomarão posse mediante assinatura de termo no livro próprio.

Parágrafo 3º - No caso de vaga ou impedimento definitivo de qualquer membro da Diretoria, caberá ao Conselho, no prazo máximo de trinta dias que se seguirem à vacância, distribuir as funções para os remanescentes, ou eleger novo Diretor, fixando-lhe as atribuições e o prazo do mandato.

Artigo 14 - Compete aos Diretores a administração geral da sociedade, representando-a em todos os atos da vida civil e comercial, ativa e passivamente na forma a seguir disposta:

Parágrafo 1º - A sociedade será representada por um Diretor:

- a) quando em Juízo;
- b) perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- c) para firmar correspondências;
- d) para endossar títulos para efeito de cobrança ou depósito em nome da sociedade.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Parágrafo 2º - A sociedade será representada por dois Diretores, sendo um obrigatoriamente o Diretor Presidente ou seu substituto para:

- a) outorgar procurações;
- b) assinar certificados de ações;
- c) na forma do artigo 12, "e", adquirir, alienar ou de qualquer forma transferir bens imóveis ou móveis, e direitos que devam integrar ou sejam integrantes do Ativo Permanente;
- d) na forma do artigo 12, "f", adquirir ou alienar participações societárias de quaisquer companhias;
- e) na forma do artigo 12, "v", prestar fianças ou avais, ou onerar bens ou direitos do ativo permanente, em favor de controladas ou coligadas;
- f) na forma do artigo 12, "s", firmar contratos que envolvam marcas registradas, patentes, processos de produção e de tecnologia de propriedade ou uso da sociedade.

Parágrafo 3º - A sociedade será representada por dois Diretores ou um Diretor e um procurador, para:

- a) contratar empréstimos com instituições financeiras e equiparadas, na forma do art. 12, "f";
- b) para qualquer outro ato não especificado no estatuto, ou exigido pela lei, que implique em responsabilidade ou obrigação da sociedade perante terceiros, ou exoneração desses perante ela.

Parágrafo 4º - A sociedade será representada por dois Diretores, dois procuradores, ou um Diretor e um procurador para movimentação de valores, emissão e endosso de títulos de crédito, receber e dar quitação, firmar contratos e acordos comerciais.

Parágrafo 5º - No instrumento de procuração serão especificados os poderes conferidos e o prazo de validade, que não será superior a um ano, salvo os poderes da cláusula "ad judicia et extra" que poderão ser outorgados por prazo indeterminado.

Parágrafo 6º - É expressamente vedada a prática, pelos Diretores ou procuradores, de qualquer ato que envolva a sociedade em obrigações ou negócios alheios aos objetivos ou interesses sociais, tais como a concessão de fianças, avais ou outras garantias a terceiros, excluindo dessa proibição aquelas fianças, avais ou outras garantias prestadas em favor de empresas controladas ou coligadas, ou aquelas expressamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 15 - Compete a todos e cada um dos Diretores, implementar as orientações do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Compete à Diretoria, por deliberação majoritária de seus membros:

- a) fazer proposições ao Conselho de Administração;
- b) distribuir entre os funcionários a parcela do lucro líquido do exercício destacada pela Assembléia Geral, na forma do artigo 23 do Estatuto, como gratificação de desempenho;

Parágrafo 2º - As reuniões somente se instalarão com a presença do Diretor Presidente, ou no seu impedimento, do Diretor a quem o Conselho de Administração atribuiu as funções de Presidente, nos termos do artigo 13.

Artigo 16 - Compete originariamente ao Diretor Presidente ou ao seu substituto:

- a) convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
- b) representar a Diretoria nas reuniões do Conselho de Administração;
- c) respeitado o artigo 12, "a" e "r", coordenar a atividade dos demais Diretores da sociedade e da Diretoria das controladas e coligadas;
- d) apresentar ao Conselho de Administração as proposições da Diretoria, as demonstrações financeiras, os orçamentos de operações e investimentos, o planejamento financeiro e o fluxo de caixa da sociedade e das companhias controladas e coligadas e todas as demais matérias, cuja competência caiba ao Conselho;
- e) propor ao Conselho de Administração cargos de Diretores e a nominata das pessoas pré-qualificadas em condições de desempenhar as funções;
- f) coordenar a elaboração do orçamento e fiscalizar a sua execução, através da supervisão das atividades de controladoria;
- g) supervisionar todas as atividades de controladoria;
- h) definir a política de relações com o mercado acionário;
- i) apresentar ao Conselho de Administração a estrutura orgânica, qualificação dos cargos e funções operacionais da sociedade, suas controladas e coligadas;
- j) voto de qualidade nas deliberações da Diretoria;
- k) exercer outras atribuições que forem definidas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO QUARTO

Do Conselho Fiscal

Artigo 17 - A sociedade terá um Conselho Fiscal que somente será instalado a pedido de acionistas que representem no mínimo um décimo das ações com direito a voto, ou cinco por cento das ações sem direito a voto, na forma da lei.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal terá no mínimo três e no máximo cinco membros, todos eleitos em Assembléia Geral, que lhes fixará remuneração obedecida a mínima legal, bem como observados os requisitos e impedimentos legais.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal terá duração de até a próxima Assembléia Geral Ordinária que se realizar, podendo ser novamente instalado, e reeleitos seus membros.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas físicas residentes no Brasil, terão a competência e atribuições fixadas em lei.

CAPÍTULO QUINTO

Da Assembléia Geral

Artigo 18 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei. Reunir-se-á extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem.

Artigo 19 - A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, na falta deste, pelas pessoas previstas em lei, e será instalada e dirigida por mesa composta de Presidente e Secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

Artigo 20 - O acionista que pretender ser representado por procurador nas Assembléias deverá depositar na sociedade, o instrumento de mandato no prazo de até três dias antes da data da Assembléia. Esta exigência deverá constar expressamente dos Editais de Convocação.

Artigo 21 - A partir da data da primeira publicação da convocação para realização de Assembléia Geral, ficam suspensos os serviços de desdobramento, agrupamento e transferência de ações até o encerramento da Assembléia.

Artigo 22 - Excetuados os casos previstos em lei, as deliberações sociais em Assembléia serão tomadas sempre por maioria absoluta de votos, não computando-se os em branco.

Artigo 23 - A Assembléia Geral que apreciar a destinação do resultado do exercício poderá destacar parcela do saldo do lucro líquido à sua disposição, na forma do Artigo 26 e obedecido o limite legal, para ser atribuído aos Diretores e funcionários, como gratificação de desempenho.

Artigo 24 - A Assembléia Geral estabelecerá o montante global anual para a remuneração dos Administradores. Se a Assembléia Geral não fixar a remuneração dos Diretores e Conselheiros, prevalecerá a vigorante no exercício anterior.

CAPÍTULO SEXTO

Do Exercício Social

Artigo 25 - O exercício social termina no dia 31 de dezembro de cada ano, quando a Diretoria fará levantar balanço geral e elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei. A sociedade também levantará balanço semestral no dia 30 de junho de cada ano.

Artigo 26 - Do resultado do exercício serão feitas as deduções previstas em lei e a provisão para as incidências tributárias.

Parágrafo 1º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas;
- c) 25% (vinte e cinco por cento) como Reserva para Investimentos e Capital de Giro.

Parágrafo 2º - A Reserva para Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.

Parágrafo 3º - O saldo do lucro líquido após as deduções do Parágrafo primeiro, ficará à disposição da Assembléia Geral que lhe dará a destinação.

Artigo 27 - Prescreve em três anos a ação para haver dividendos, contados da data que tenham sido colocados à disposição dos acionistas.

CAPÍTULO SÉTIMO

Da Dissolução, Liquidação e Extinção

Artigo 28 - A sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, pelo modo que for estabelecido pela Assembléia Geral, a qual designará os liquidantes que devam funcionar durante o período da liquidação.

Artigo 29 - Realizado o ativo e pago integralmente o passivo, o liquidante convocará Assembléia Geral para a prestação de contas final. Aprovadas as contas far-se-á o rateio igualitário por ação, independente de classe ou tipo, dos recursos existentes. Promovido o rateio, a Assembléia declarará encerrada a liquidação e extinta a sociedade.

CAPÍTULO OITAVO

Disposições Gerais

Artigo 30 - Nos casos de dissidência, serão observadas as normas dispostas em Lei, e em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 118 da Lei 6404/76.

Artigo 31 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sede social, sendo expressamente vedado aos intergrantes da mesa diretora dos trabalhos assembleares acatar declaração de voto de qualquer acionista signatário de acordo de acionistas arquivado na sede social, quando proferida em desacordo com o que estiver ajustado no referido acordo.

Artigo 32 - É vedado à Companhia aceitar e proceder a transferência de ações e/ou a oneração delas e/ou cessão de direitos de preferência que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado no acordo de acionistas.



COORDENADOR



Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco C, 5º andar
Brasília - DF - Brasil.

AGENTE FIDUCIÁRIO

OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA.

Avenida das Américas 500, bloco 13, grupo 20
Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

CONSULTORES JURÍDICOS

LEVY & SALOMÃO

ADVOGADOS

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2601, 5º andar
São Paulo - SP - Brasil.

AUDITORES INDEPENDENTES

ARTHUR ANDERSEN S/C

Av. Carlos Gomes, nº 403, 10º ao 12º andar
Porto Alegre - RS - Brasil.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran